

LIVRO DAS

JUVEN- TUDES

Sul-americanas

ARGENTINA



Analía Débora Perez
CONURBANAS – ENREDADAS
POR EL DERECHO A DECIDIR
Buenos Aires



Cecilia Eliana Delgado
FUNDACIÓN GENTE NUEVA
Bariloche



Cintia Monaco
JÓVENES DE PIE
Buenos Aires



Denise Altieri
CENTRAL DE TRABAJADORES
DE ARGENTINA
Território Nacional



German Wirsch
PLATAFORMA FEDERAL
DE JUVENTUDES
Território Nacional



Matias Andres
BACHILLERATI
POPULAR MADERERA
Córdoba



Nancy Suzana Armeya
AGENCIA DE
DESARROLLO LOCAL
San Salvador | Jujuy



Silvana Amato
RED DE JÓVENES Y
ADOLESCENTES PARA LA SALUD
SEXUAL Y REPRODUCTIVA
Território Nacional

BRASIL



Ana Karine Pimentel
COLETIVO NACIONAL
DE JUVENTUDE DO MST
Alagoas



Carla Akotirene
FÓRUM NACIONAL
DE JUVENTUDE NEGRA
Bahia



Cosme Aguiar
PRÉ-VESTIBULAR PARA
NEGROS E CARENTES
Rio de Janeiro



Leonardo Tolentino
GRUPO UNIVERSITÁRIO
EM DEFESA DA
DIVERSIDADE SEXUAL
Minas Gerais



Olinda Barbosa Pereira
COLETIVO REGIONAL
JUVENTUDE E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Bahia



Roseane Arévalo
JOVENS FEMINISTAS
DE SÃO PAULO
São Paulo



Sarah Nigri
ALIANÇA BÍBLICA
UNIVERSITÁRIA
Espírito Santo



Vinícius Sartorato
COLETIVO NACIONAL
DE JUVENTUDE DA CUT
São Paulo

BOLÍVIA



**Isabel Alejandra
Delgadillo**
KOPAJIRA ARI
La Paz



**Ivan Augusto
Pinto Aguillar**
MOVIMIENTO ECOS CLUBES
Santa Cruz



**Johnathan Rolando
Aripe Portillo**
HIP HOP CÍRCULO VICIOSO
La Paz



Mariana Capriles Crespo
QUIJOTADAS
La Paz



Rubén Machaca
JÓVENES DEL
CONSEJO DE AYLLUS
ORIGINARIOS DE POTOSÍ
Sucre



Shirley Sevilla
GRUPO JUVENIL
SANTA VERA CRUZ
Santa Cruz

CHILE



Iván Melillán
COORDINADORA JUVENIL
MAPUCHE NEWEN
WECHÉ MAPU
Viña del Mar



Lisette Samit
UNIÓN COMUNAL DE
ORGANIZACIONES JUVENILES
Viña del Mar



Marielle Montecinos
ASOCIACIÓN NACIONAL
DE MUJERES RURALES
Y INDÍGENAS
Santiago



Pablo Lobo
CENTRO DE ESTUDIANTES
DE ECONOMÍA
Universidad de Valparaíso



Paloma Torres
CENTRO DE
ESTUDIANTES DEL LICEO
EDUARDO DE LA BARRA
Valparaíso



Sergio Leyton
DEPARTAMENTO JUVENIL
DE LA CUT
Santiago

PARAGUAY



Augusto Isaac Acuña
JÓVENES RURALES DE
ORGANIZACIÓN DE LUCHA
POR LA TIERRA
Asunción



Clara Mabel Fernández
PASTORAL JUVENIL
DEL BAÑADO SUR
(CRISTO SOLIDARIO)
Asunción



Claudia García
MOVIMIENTO DE OBJECCIÓN
DE CONCIENCIA (MOC)
Asunción



**Diego Armando
Quintana**
CENTRO DE ESTUDIANTES
DEL CTS
Asunción

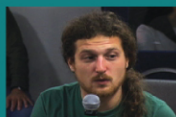


**Elyo Ulises
Ayala Yahari**
COMITÉ JUVENIL
DE COOPERATIVAS
Asunción



Suelly Emilse Miranda
CONSEJO JUVENIL
REGIONAL DE ASAGRAPA
Alto Paraná

URUGUAY



**Juan Fernando
Manfredi**
JUVENTUD SOCIALISTA
Montevideo



Lurdes Rosario Nuñez
COLECTIVO ÁRBOL
Montevideo



María Eugenia Bové
FORO SOCIAL MUNDIAL
Montevideo



Martín Collazo
PRO-DERECHOS (PRO-LEGAL)
Montevideo



Rodrigo Funes
MOVIMIENTO POR LA
LIBERACIÓN DEL CANNABIS
Asunción



Salvador Sprovieri
JUVENTUD COMUNISTA
Montevideo



LIVRO DAS

JUVEN- TUDES

Sul-americanas

Livro das Juventudes Sul-americanas

© Uma publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

RIO DE JANEIRO, MAIO DE 2010

ISBN: 978-85-89447-21-8

APOIO

**Centro de Pesquisas para o
Desenvolvimento (IDRC)**

INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS

Ibase e Pólis

ORGANIZAÇÃO

**Regina Reyes Novaes
Eliane Ribeiro**

EDIÇÃO

**Marina Ribeiro
Patrícia Lânes**

REVISÃO

Ana Bittencourt

TRADUÇÃO

Margaret Cohen

COLABORAÇÃO NAS TRADUÇÕES INICIAIS

Miguel Farah Neto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ana Dias

FOTOS

**Mariana Viriato
Patrícia Lânes
Samuel Tosta
Vanor Correia**

**Acervo das instituições
envolvidas na pesquisa
(Ibase, Pólis, Fundación SES,
CIDPA, U-PIEB, Base-IS,
Cotidiano Mujer e FCS)**

IMPRESSÃO

J. Sholna Reproduções Gráficas

Equipe da *Pesquisa Juventudes Sul-americanas:* diálogos para a construção da democracia regional

COORDENAÇÃO GERAL

Itamar Silva e Dulce Pandolfi

COORDENAÇÃO GERAL ADJUNTA

Anna Luiza Salles Souto e Pedro Pontual

CONSULTORIA TEMÁTICA

Regina Reyes Novaes

EQUIPE TÉCNICA

**Eliane Ribeiro
Marina Ribeiro
Patrícia Lânes**

SECRETÁRIAS

**Ana Cristina Xavier
Inês Carvalho**

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Av. Rio Branco, 124, 8º andar, Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil CEP: 20148-900
Tel.: (55 21) 2178-9400 Fax: (55 21) 2178-9402
ibase@ibase.br | www.ibase.br

Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Rua Araújo, 124
Centro - São Paulo - SP - Brasil CEP: 01220-020
Tel.: (55 11) 2174-6800 Fax: (55 11) 2174-6848
polis@polis.org.br | www.polis.org.br

INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS

ibase.
Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas



APOIO



***....porque en realidad
nuestro norte es el Sur.
No debe haber norte,
para nosotros, sino por
oposición a nuestro
Sur. Esta retificación
era necesaria; por esto
ahora sabemos donde
estamos.***

Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional

REDE DE TRABALHO

Equipes de pesquisa por país

ARGENTINA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Fundación SES

COORDENAÇÃO GERAL

Dana Borzese

PESQUISADORES(AS)

Cecilia López Chapato

Martín Ferrari

Roberta Ruiz

Cecilia Sleiman

Yanina Millansky

Alejandro Gaggero

Florencia Cabrera

BOLÍVIA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

U-PIEB

COORDENAÇÃO GERAL

Mario Yapu

PESQUISADORES(AS)

Erick Iñiguez

Dunia Sandoval

Donald Mamani

Rolando Mamani

Ana Evi Sulcata

Liliana Segaline

Santiago Ordóñez

Margarita Palacios

BRASIL

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Pólis

COORDENAÇÃO GERAL

Anna Luiza Salles Souto

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Helena Wendel Abramo

COORDENAÇÃO ADJUNTA

Pedro Pontual

PESQUISADORES(AS)

Júlia Thaís Ribeiro de Oliveira

Ana Paula Carvalho

Fernanda Colaço

Regina Facchini

Isadora Lins França

Anna Paula Vencato

Maria Carla Corrochano

Ana Karina Brenner

Mônica Pereira do Sacramento

Marjorie Botelho

Cláudio Paolino

Nilton Bueno Fischer

Fernanda Lanhi

Márcio Amaral

Raquel Souza

Renato Souza

Marilena Cunha

Erica Peçanha

ASSESSORIA AO GRUPO DE DIÁLOGO

BRASIL: AÇÃO EDUCATIVA

Ana Paula Corti

Raquel de Souza

Elias Evangelista

CHILE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

CIDPA

COORDENAÇÃO GERAL

Oscar Dávila León

PESQUISADORES(AS)

Felipe Ghiardo Soto

Jorge Inzunza

Héctor Solórzano

Andrea Lagos

Raúl Irrazabal

Paulina Mora

Gonzalo Brito

PARAGUAI

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Base-IS

COORDENAÇÃO GERAL

Luis Caputo

PESQUISADORES(AS)

Marielle Palau

Diego Segovia

Jaqueline Ortega

Lea Schwartzman

Manuel Cardenas

Guillermo Ortega

Jaqueline Ortega

URUGUAI

INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS

Cotidiano Mujer e

FCS Udelar

COORDENAÇÃO GERAL

Lilian Celiberti

Verônica Filardo

PESQUISADORES(AS)

Mariana Fossatti

Mariana Castaings

Maximiliano Duarte

Cecilia Tomassini

Laura Noboa

Gabriel Chouhy

Sebastián Aguiar

Leonard Mattioli

Luis Alonzo

Maite Burgueño

Natalia Magnone

PESQUISA DE OPINIÃO

IBOPE INTELIGÊNCIA

Realização do campo, seleção da amostra e tabulação dos resultados

RESPONSÁVEL

Hélio Gastaldi

OVERVIEW PESQUISA

Desenho, planejamento e acompanhamento

RESPONSÁVEL

Marcelo Nascimento

DIÁLOGOS: SER JOVEM EM SUL-AMÉRICA (DOCUMENTÁRIO)

DIREÇÃO

Beto Novaes e Cleisson Vidal

ROTEIRO/ARGUMENTO

Beto Novaes

FOTOGRAFIA

Cleisson Vidal e Alex Araripe

MÚSICA

Thomas Saboga

LEGENDA

Português, Inglês e Espanhol – 2009

SUMÁRIO

7

Apresentação

8

Para Iniciar

10

01 | O que você sabe sobre seus vizinhos da América do Sul?

24

02 | *O Projeto Juventudes Sul-americanas*: processos, tempos e técnicas de pesquisa

36

03 | Juventude/s: imagens contraditórias entre jovens e pessoas adultas

46

04 | Juventude, valores e necessidades: pontos de vista de jovens e pessoas adultas

56

05 | Distribuição, reconhecimento e participação: demandas constroem atores e agendas

66

06 | Participação juvenil: identidade/s, distâncias e aproximações

80

07 | Os espaços de mobilização, os(as) jovens como “sujeitos de direitos” e as Políticas Públicas de Juventude

96

08 | Imagens e conexões: ampliações do campo (e do alcance) das pesquisas

110

09 | Juventude e integração regional: encontros e desencontros entre o olhar da população e as iniciativas da sociedade civil e dos governos

124

10 | Repercussões de uma pesquisa em rede: destaques do balanço dos(as) pesquisadores(as)

146

Para Concluir

Juventudes sul-americanas: reflexões sobre uma experiência sul-americana de pesquisa



APRESENTAÇÃO

Um dos fatores essenciais para o incremento social e humano de uma região é, sem dúvida, a forma como se investe na qualidade de vida dos(as) jovens. Sendo assim, ampliar e qualificar o cardápio de possibilidades e oportunidades desses sujeitos pode transformar não apenas as trajetórias de vida de cada um(a), mas a própria história da região.

Acreditando que *um outro mundo é possível*, nós, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), temos o prazer de apresentar o **Livro das Juventudes Sul-americanas**, resultado de uma aposta acertada na produção de pesquisas e ações que contribuam para o conhecimento sobre o tema, sinalizando caminhos mais solidários, democráticos e esperançosos, sobretudo para setores juvenis que têm sofrido de forma mais dramática os processos de exclusão.

Para tanto, desde 2004, vimos investindo na construção de estudos sobre juventude, buscando conhecer características, problemas, demandas, formas de organização e participação, com a perspectiva de desvelar outros olhares sobre esse campo capazes de qualificar o enfrentamento de estigmas e discriminações que incidem sobre o cotidiano dos(as) jovens.

O conhecimento sobre os processos que a população jovem da América do Sul atravessa, hoje, é de grande relevância para organizações internacionais – como é o caso do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) –, setores governamentais, não governamentais, movimentos sociais etc. Espera-se, sobretudo, que o conjunto de subsídios aqui reunido possa incidir em políticas consequentes e comprometidas.

Enfim, a diversidade das informações trazidas pelo **Livro das Juventudes Sul-americanas**, fruto de distintos momentos de pesquisa, o tratamento científico adotado e as questões levantadas oferecem elementos importantes para se pensar a construção de novas perspectivas. Convidamos todos e todas, por meio da leitura, a compartilhar deste trabalho.

DULCE PANDOLFI (Ibase)

ITAMAR SILVA (Ibase)

ANNA LUIZA SALLES SOUTO (Pólis)

PARA INICIAR

São muitas as diferenças que caracterizam a história dos povos da América do Sul. Neste momento, porém, quando a região vive intensas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, evidenciam-se as semelhanças. Heranças desagregadoras de governos autoritários e de políticas neoliberais de décadas recentes, somadas aos efeitos do acelerado processo de globalização, aguçam desigualdades e processos de exclusão social que ultrapassam fronteiras de cada país.

Ao mesmo tempo, em contrapartida, múltiplas formas de participação, associativismo e redes sociais se fazem presentes no espaço público, impulsionando iniciativas governamentais em direção à ampliação de direitos sociais e à geração de oportunidades.

Neste cenário em que desafios socioeconômicos são acompanhados por esforços significativos em direção à construção da democracia, observa-se a importância de um particular segmento populacional: **a juventude**.

Vivemos o apogeu da quantidade de jovens com relação ao total da população da região, entre 20% e 25%, quadro que deve permanecer pelo menos até 2015. Habitantes de um mundo caracterizado pela rapidez das mudanças tecnológicas, os(as) jovens sul-americanos vivem problemas e incertezas semelhantes.

Qual o papel da juventude nas mudanças em curso em nosso continente? Como podem contribuir para a renovação da política e consolidação da democracia? Quais demandas, lutas políticas, formas de organização e de solidariedade esses(as) jovens têm construído no início deste novo século? Seria possível falar na existência de "identidade geracional" ou, ao menos, de uma agenda comum para ação de jovens sul-americanos?

Buscar respostas para essas questões foi o objetivo do **Projeto Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional**. O projeto foi realizado no Brasil, pelo Ibase em parceria com o Instituto Pólis, com apoio do International Development Research Centre (IDRC), em conjunto com uma rede de entidades de outros cinco países envolvidos, a saber: Fundación SES (Argentina), U-PIEB (Bolívia), CIDPA (Chile), Base-IS (Paraguai) e Cotidiano Mujer e Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República (Uruguai). Essa rede foi ampliando suas interlocuções à proporção que o projeto foi se desenvolvendo. Hoje, podemos dizer que foram cerca de 50 as organizações que contribuíram para viabilizá-lo.

Durante dois anos, foram realizadas pesquisas, intercâmbios entre pesquisadores(as), discussões no espaço acadêmico; grupos de diálogo entre jovens em cada país e de diferentes países; informações da

pesquisa foram divulgadas nos meios de comunicação, assim como, em cada país, foram utilizadas para qualificar ações de incidência de grupos, redes e movimentos juvenis no espaço público. Ao mesmo tempo, as informações acumuladas legitimaram a interlocução com os poderes públicos nos distintos países e com gestores(as) públicos(as) envolvidos(as) em espaços de articulação regional. Em conjunto, a produção de conhecimento e as ações desenvolvidas convergiram para um objetivo maior: impulsionar a participação juvenil para lograr o aperfeiçoamento e a efetividade de Políticas Públicas de Juventude.

No decorrer do processo, de acordo com as distintas fases da pesquisa, foram produzidos relatórios nacionais e regional; cadernos de diálogos nacionais e regional; publicações acadêmicas; cadernos para trabalho com jovens; dois livros coletivos e um considerável material iconográfico. Vídeodocumentários também foram produzidos por ocasião do encontro de jovens para o grupo de diálogo em cada país e no Rio de Janeiro, onde se reuniram com a participação dos seis países.

E qual o objetivo da presente publicação? Este ***Livro das Juventudes Sul-americanas*** é composto de partes independentes entre si, pode ser lido em sequências diferentes pretende trazer informações úteis e provocar reflexões. Trata-se de um livro com múltiplos usos para vários tipos de leitores(as). É um livro para iniciados(as). Pode despertar interesse de jovens ou pessoas adultas, pesquisadores(as) dedicados(as) ao tema e/ou engajados(as) nas causas das juventudes sul-americanas (militantes-estudiosos(as) e/ou estudiosos(as)-militantes); e de gestores(as) de Políticas Públicas de Juventude, pois divulga informações inéditas das pesquisas comparativas anteriormente citadas. Mas é, também, um livro para iniciantes, pois reúne informações úteis para quem começa a se interessar pelo assunto.

Acolher a diversidade de situações e interpretações é uma das características (e, a nosso ver, a maior vantagem) desta nossa experiência de pesquisa em rede. Por outro lado, os conteúdos veiculados neste livro reafirmam a nossa aposta comum nas juventudes sul-americanas e no seu potencial renovador para a democracia da região. Nada de novo se fará sem eles e elas. O vídeodocumentário *Diálogos*, que acompanha o livro, permite-nos ver imagens e ouvir algumas de suas vozes.

Boa leitura! (e boa escuta!)

REGINA NOVAES E ELIANE RIBEIRO
ORGANIZADORAS

Para saber mais sobre o ***Projeto Juventudes Sul-americanas***: *diálogos para a construção da democracia regional*, basta consultar o DVD que acompanha esta publicação, no qual você encontrará, entre outras informações: na opção “extra” do vídeodocumentário *Diálogos*, há **depoimentos de pesquisadores(as)** dos seis países sobre os impactos do projeto; o **Relatório Final** de cada país; as **referências bibliográficas** utilizadas durante todo o projeto.

O QUE VOCÊ SABE SOBRE SEUS VIZINHOS DA AMÉRICA DO SUL?

Quais características apresenta a região sul-americana? Qual a situação dos(as) jovens nestes países?



A América do Sul abriga doze países (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) e uma população total de 348 milhões de habitantes, representando 6% da população mundial. Sua extensão é de 17 milhões 819 mil 100 quilômetros, abrangendo 12% da superfície terrestre. Seus limites naturais são ao Norte, com o mar do Caribe, à Leste, Nordeste e Sudeste, com o oceano Atlântico, e à Oeste, com o oceano Pacífico. A população é basicamente formada por brancos(as), negros(as) e indígenas. Possui uma expressiva integração linguística: a população de todos os países fala o espanhol como língua oficial, exceto o Brasil, que fala o português. As línguas indígenas mais faladas na América do Sul são o quíchua, o guarani e o aimará. No mínimo, três dessas línguas indígenas (quíchua, guarani e aimará) são reconhecidas, junto com o espanhol, como línguas oficiais em seus países.

A região vem vivendo nas suas últimas décadas um processo de democratização importante, após um longo período de regime militar que atravessou basicamente todos os países que fazem parte da pesquisa. Alguns(mas) dos(as) jovens ouvidos(as) nesta pesquisa nasceram durante os últimos anos dos governos militares e a maior parte atravessou sua infância durante a década de 1990, etapa histórica de hegemonia de discursos e práticas neoliberais na América Latina, o que implicou transformações na economia, impactando os mercados de trabalho da região – processo que propiciou o acirramento das desigualdades sociais.

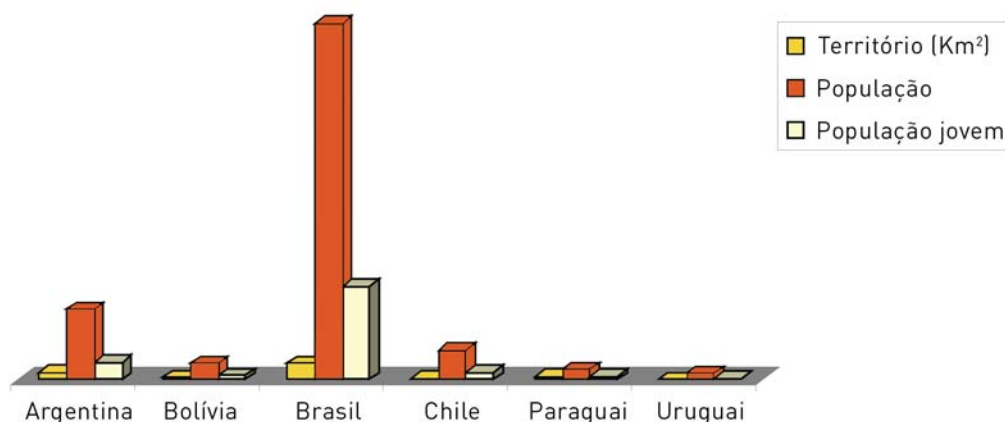
A retomada da democracia e a eleição de governos identificados com os setores mais pobres da população têm impactado a imagem da América do Sul em âmbito mundial, como exemplo pode-se citar o governo Lula, no Brasil; Evo Morales, na Bolívia; e Fernando Lugo, no Paraguai. O processo de retomada democrática tem sido fundamental para a construção de uma institucionalidade para as juventudes dos países sul-americanos.

TABELA 1 | Países participantes do Projeto Juventudes Sul-americanas

	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Território (Km²)	3.761.274	1.098.580	8.514.215,30	756.950	1.409.118	176.220
População	36.260.130	8.274.325	183.987.291	15.116.435	5.163.198	3.241.003
População jovem	9.082.984	2.265.214	48.000.000	3.742.031	1.409.118	741.906

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

GRÁFICO 1 | Território, população total e população jovem dos países participantes da pesquisa



Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

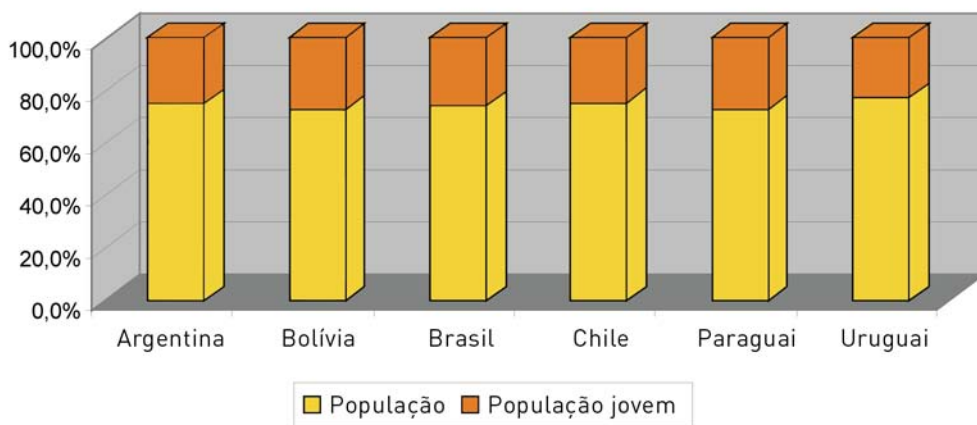
O Brasil tem o maior índice populacional e o maior território entre os países da região. Contudo, a proporção de jovens com relação ao total da população equipara-se aos demais países. Nota-se que para todos os países, a proporção de jovens está por volta de 25%. O Uruguai tem a menor proporção de jovens (22,9%) e a Bolívia, a maior (27,4%).

TABELA 2 | Proporção percentual de jovens com relação ao total populacional por país participante da pesquisa

	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
População	75,0%	72,6%	73,9%	75,2%	72,7%	77,1%
População jovem	25,0%	27,4%	26,1%	24,8%	27,3%	22,9%

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

GRÁFICO 2 | Proporção percentual de jovens com relação ao total populacional por país participante da pesquisa



Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

No grupo de diálogo regional, quando estiveram reunidos, no Rio de Janeiro, 40 jovens de coletivos juvenis da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, o grupo se deparou com o próprio desconhecimento sobre a região. Países tão próximos e informações tão circunscritas.

“Aprendemos, marcados por um perverso processo de colonização política, a olhar para o Norte do planeta como o grande exemplo de sociedade, digo sobre Europa e América do Norte. De lá, víriam as ideias e práticas que nos incluíriam no mundo civilizado. Hoje, olhamos e vemos que as possibilidades de mudança estão sendo edificadas em outros mundos, especialmente na América Latina e África. Temos de reeducar os nossos olhares e sentimentos. Essa seria uma grande tarefa da nossa geração, colocar a América do Sul como um fim em si mesma, valorizar sua experiência e suas infinitas capacidades.”

Jovem participante do grupo de diálogo regional, Rio Bonito (RJ), junho de 2009

FOTO | Patrícia Lânes / Arquivo Ibase



Jovens e pesquisadores(as) durante o Grupo de Diálogo Regional em Rio Bonito (RJ), em junho de 2009

ARGENTINA

Em 2008, os(as) jovens constituíam um grupo etário heterogêneo, que engloba um quarto da população argentina: quase 10 milhões de pessoas com idades de 15 a 29 anos, 5 milhões 31 mil 739 homens e 4 milhões 915 mil 778 mulheres, nascidos(as) e socializados(as) em contextos sociopolíticos de profundas transformações estruturais para o país e a região. Alguns(mas) desses(as) jovens, os(as) mais velhos(as), nasceram no fim da década de 1970 e início da década de 1980, durante os últimos anos da ditadura militar e do terrorismo de Estado, e aqueles(as) que nasceram depois provêm de lares cujos pais e cujas mães viveram, em sua própria juventude, essa fase da história da Argentina, de consequências traumáticas para a vida e para a participação política de amplos setores da população.

Por sua vez, a maioria dos(as) que são jovens hoje passaram a infância durante a década de 1990, período histórico de hegemonia e de práticas do discurso neoliberal em toda a América Latina, que, na Argentina, implicou mudanças estruturais na economia e no mercado de trabalho – processos que levaram a uma forte deterioração das condições de vida da população e à crescente desigualdade social em uma sociedade que tinha atingido padrões elevados de coesão social, a partir da inclusão da população no mercado de trabalho formal. Passadas duas décadas desde 1990 e do início das transformações referidas, são os(as) jovens, homens e mulheres, que estão mais fortemente afetados(as) por suas consequências sociais: a falta de acesso à educação de qualidade, a falta de emprego ou a disponibilidade apenas de trabalhos de baixa qualificação, precários e mal-remunerados são alguns dos problemas a que estão submetidos(as) em maior medida que o restante da população (BORZESE; CHAPATO, 2008).

O QUE OS(AS) JOVENS BRASILEIROS(AS), BOLIVIANOS(AS), CHILENOS(AS), PARAGUAIOS(AS) E URUGUAIOS(AS) SABEM SOBRE A ARGENTINA?

Um país grande, pecuarista, estado federativo, multicultural (imigrantes e povos nativos invisibilizados)

Educação, saúde e previdência social garantidos pelo Estado

Brecha social (urbano - rural)

Modelo neoliberal > agronegócios (monoculturas)

Violação de direitos humanos (ditadura, Mães de Maio)

Forte organização social sem participação política real (ação segmentada)

Relacionado a: Che Guevara, Gardel, Maradona, Fito, Charly e Mercedes

Os jovens:

- Organizações civis juvenis ativas / festeiros(as) / cultura machista
- demandas > trabalho (desemprego juvenil)
- participação social de base
- gênero
- diversidade sexual

BOLÍVIA

A população jovem boliviana, de 15 a 24 anos, alcança um total de 2 milhões de pessoas (Instituto Nacional de Estatísticas/INE, 2008) e estima-se que será, em 2010, de cerca de 2,08 milhões de pessoas (INE, 2005). Esta cifra significa, em termos percentuais, 20% da população total da Bolívia. A população jovem está concentrada em mais de 50% entre os departamentos de La Paz (28%) e Santa Cruz (26%) (INE, 2008).

As diferentes demandas juvenis na Bolívia também estão vinculadas à educação, ao emprego e à discriminação. Com relação à educação, a preocupação juvenil reside na baixa qualidade educativa do sistema de ensino, o que dificulta o desenvolvimento de suas capacidades orientadas ao desenvolvimento individual. A importância para os(as) jovens (principalmente estudantes) de contar com uma educação de qualidade tem a ver com as consequências para o futuro, no sentido de que quando se tem acesso a uma formação com base em princípios de qualidade educativa em âmbito escolar, esses acabam por se traduzir em mais possibilidades de competitividade em patamares superiores e por abrir mais oportunidades de emprego ao longo do tempo.

O problema do emprego, especificamente, preocupa a sociedade boliviana no seu todo. As condições exigidas pelo mercado em termos de “experiência”, “aparência” e “idade”, entre outros requisitos, à frente da “capacidade” e do “desejo de superação”, estão aumentando as desigualdades no trabalho entre os(as) jovens, com prejuízo dos(as) menos favorecidos(as) economicamente, que, vendo limitadas suas possibilidades de acesso aos sistemas de educação formal, por problemas econômicos, acabam por abrir mão de suas opções de formação.

A falta de oportunidade na educação e no emprego são dois fatores causadores de altos índices de pobreza no país, despertando sentimentos de marginalização e discriminação, principalmente com relação àqueles(as) que tiveram a infelicidade de ser pobre. Essas limitações estruturais se expressam, também, na ampliação da exclusão digital, que deixa a Bolívia em posição de desvantagem quanto ao aproveitamento dos benefícios da nova onda tecnológica no sentido de se desenvolver na direção de uma sociedade da informação (YAPU; INIGUEZ, 2008).

O QUE OS(AS) JOVENS ARGENTINOS(AS), BRASILEIROS(AS), CHILENOS(AS), PARAGUAIOS(AS) E URUGUAIOS(AS) SABEM SOBRE A BOLÍVIA?

60% população indígena | 1º governo indígena

Muito racismo (nativos x não nativos) | Educação ruim (e pouca)

Processo político intenso (Santa Cruz - El alto) | Participação / oportunidades

Riqueza natural forte

Petei Ley Guasu Pyahu

Tema ambiental (água e plantio de coca) / Tema indígena

Muita migração devido a trabalho

BRASIL

Atualmente, segundo projeções da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), de 2007, o país conta com uma população de 183 milhões 987 mil 291, sendo 131 milhões 251 mil com mais de 18 anos de idade (70% do total). O ritmo de crescimento da população vem decaindo já há mais de três décadas, por conta da queda da taxa de fecundidade; mas o peso da população juvenil, embora menor que em outros períodos, é ainda bastante grande: são 49,7 milhões de brasileiros(as) com idade de 15 a 29 anos, o que corresponde a 26,2% da população total (Pnad, 2008); destes, 40 milhões têm de 18 a 29 anos, representando 21,1% da população total.

A juventude brasileira é atravessada por inúmeras diferenças e desigualdades; nem todas essas diferenças, porém, manifestam-se do mesmo modo na conformação de situações e modos de pensar e valorar os temas que lhes afetam. Algumas diferenças pesam mais que outras na estruturação de distintos tipos de desigualdades. Gênero pesa significativamente na conformação da posição na família, no momento de casar e ter filhos, assim como na situação de atividade: as moças entram mais tarde no mercado de trabalho, e, em muito maior medida, permanecem como donas de casa ou ficam na inatividade por desalento; sofrem desigualdade no mundo ocupacional, principalmente com relação à renda obtida. A escolarização também ainda é um fator importante de desigualdade, cerca de 50% dos(as) jovens brasileiros(as) não conseguem concluir o ensino médio.

As diferenças de renda e socioeconômicas interferem profundamente na condição educacional, tanto na possibilidade de se manter como estudante como no grau de escolaridade alcançada. Modula muito evidentemente o tipo de mobilidade espacial que experimentam os(as) jovens: a migração no

O QUE OS(AS) JOVENS ARGENTINOS(AS), BOLIVIANOS(AS), CHILENOS(AS), PARAGUAIOS(AS) E URUGUAIOS(AS) SABEM SOBRE O BRASIL?

País com identidade cultural diferente, que o diferencia do restante da América do Sul (conquistado pelos portugueses, língua)

Identidade nacional muito forte (música, costumes, danças, etc)

Possui um grande desenvolvimento das organizações sociais > Movimento dos Sem Terra, Movimento das mulheres.

Religião dominante: católica

Como o restante da América Latina, teve uma ditadura militar muito forte

Nos dias atuais, neoliberal

8ª potência econômica e mundial

Exclusão social, desigualdade e falta de oportunidades

período juvenil não é grande, mas a migração típica do rural para o urbano (ou de volta ao rural) ocorre praticamente somente entre os(as) mais pobres, enquanto a mobilidade entre países só ocorre para jovens mais ricos(as). O acesso à internet e aos meios de informação impressa ainda é bloqueado, em larga escala, aos(às) mais pobres, embora essa seja a primeira geração de jovens pobres com acesso à internet (NOVAES, 2009). A situação de domicílio interfere em vários aspectos: os(as) jovens do meio rural têm menor escolaridade, menor renda e menos chances de conexão e participação. As diferenças de cor e etnia manifestam-se nos maiores índices de precariedade entre jovens negros(as), com relação à renda familiar, escolaridade, acesso ao trabalho e aos meios impressos e cibernéticos de informação. Contudo, os(as) jovens brasileiros(as) vivem um período de ampliação de seus direitos e institucionalidade (ABRAMO; SALLES SOUTO, 2009).

CHILE

A transição demográfica, já citada anteriormente, teve efeitos sobre a estruturação da sociedade chilena, tanto assim que a natalidade, a mortalidade e a migração interna, por sua vez, “são consequências do impacto dos fatores sociais, econômicos e culturais sobre os padrões de comportamento sociodemográficos em âmbito individual, de casal, de família e da sociedade” (INE, 2003, p.12). Esses novos comportamentos refletem-se em algumas estatísticas, por exemplo, a idade com que casam atualmente ou a situação conjugal que mantêm, a idade com que esperam ou têm filhos(as) e até a idade com que resolvem dissolver o vínculo matrimonial, fato sobre o qual também influíram nas mudanças legislativas dos últimos anos.

Ao situar a população jovem no contexto chileno, a partir de uma definição clássica que se constrói tomando a faixa etária de 15 a 29 anos (DUARTE *et al.*, 2004), as estatísticas oficiais do INE revelam que esse é um grupo importante, não só quantitativamente, mas por seu papel estratégico no desenvolvimento do país. Além disso, de vários tipos têm sido as interpretações acerca do papel da juventude. Claro está, e isso se discutirá mais adiante, é que representam, hoje, uma tarefa a ser cumprida dentre as ações do Estado, porque a resposta as suas necessidades como setor basicamente heterogêneo foi a do caminho da integração, porém, sob enfoques não necessariamente integradores de sua condição de jovens, mas na condição de pessoas adultas novos(as).

Partindo do mais geral, mas aludindo, ao mesmo tempo, ao marco amostral, a partir da pesquisa realizada em nosso país, foram revistas algumas estatísticas sociodemográficas para contextualizar a população jovem chilena com relação à população adulta.

A população chilena mostrou, desde o início do século 20, um crescimento gradual, o que posiciona o Chile entre os quatro países de crescimento mais lento na América Latina (INE, 2003). As projeções realizadas pelo INE e pelo Centro Demográfico Latino-americano e Caribenho da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Celade/Cepal) preveem que, em 2010, ela supere os 17 milhões de habitantes, tendência que é compartilhada por todos os países latino-americanos, certamente com ritmos distintos, e mantida até 2050. Da população total, estimada em 16 milhões 598 mil 74 habitantes, em 2007, os(as) jovens representam 24,3% (4 milhões 33 mil 331), baixo percentual com relação ao Censo de 1992, quando respondiam por 27,3%. Embora o número absoluto de jovens tenha aumentado entre uma data e outra, tal decréscimo relativo de sua participação explica-se pelo progressivo envelhecimento da população chilena (DÁVILA; GHIARDO, 2009).

O QUE OS(AS) JOVENS ARGENTINOS(AS), BOLIVIANOS(AS), BRASILEIROS(AS), PARAGUAIOS(AS) E URUGUAIOS(AS) SABEM SOBRE O CHILE?

Ditadura Pinochet

- > avanço do neoliberalismo
- > repressão aos povos nativos (mapuches)
- > privatização dos serviços públicos - educação e saúde
- > insegurança trabalhista - gênero | jovens / adultos

Jovens artistas

Reivindicações educacionais

Problemas de urbanização > Santiago x Campo / Povos nativos (migração interna)

Demandas

- > jovens pobres
- > falta acesso equitativo - educação / trabalho / moradia complexizadas por questões de gênero

Reconhecimento dos(as) Mapuches como identidade autóctone

Direitos / garantias (presos políticos - terras - trabalho)

Resultado de dinâmica inicial entre jovens participantes do Grupo de Diálogo Regional (Rio Bonito / RJ, junho de 2009)

PARAGUAI

O país tem uma elevada proporção de jovens na composição de sua população, situação que não tem correspondência quanto à disponibilidade de espaços de realização pessoal, que são escassos, da mesma forma que as escolhas possíveis para esses(as) jovens, em termos de estilo de vida. Dos 5 milhões 163 mil 198 habitantes, 1 milhão 409 mil 118 são jovens.

A primeira questão a destacar reside na pobreza da sociedade, em geral, e da juventude, em particular. Pode-se ter uma ideia do quão difícil se apresenta a condição social da maioria da juventude e das dificuldades que enfrentam para viver plenamente a condição juvenil.

A pobreza tem muitos lados: além da falta de atenção às necessidades básicas, tem-se o cerceamento dos direitos dos indivíduos, o que se agrava pelas precárias condições para se exercer o direito a um trabalho digno. Nesse ponto, emerge do estudo uma das diferenças mais importantes entre o mundo adulto e o coletivo juvenil.

O desemprego aberto e o subemprego afetam principalmente as camadas mais jovens da população, principalmente as mulheres. Não é uma questão irrelevante. Trata-se de uma perversão presente, que pode ser entendida como um sinal de miséria estrutural. O esquema é o seguinte: existe uma alta precocidade na história de trabalho dos(as) entrevistados(as), já que a média de idade quando

se começa a trabalhar situa-se por volta de 15 anos. Nisso, mais de 34% começam aos 13 anos, ou antes, enquanto quase 55% o fazem antes de 15 anos. Ao chegar a 18 anos, 80% dos paraguaios e das paraguaias já havia começado a trabalhar.

As experiências e aos sentimentos de variadas discriminações que sofre uma boa parcela da sociedade paraguaia, sobretudo por “ser pobre”, pelo “lugar onde vive” e pela “aparência” e, em menor medida, por usar “o guarani” como idioma, no caso dos(as) jovens, acrescenta-se um sentimento de indiferença e as lógicas negadoras de todo o protagonismo do presente, ou diretamente, um clima construído por um conjunto de imagens pejorativas.

Uma das razões que ainda impede o desenvolvimento da juventude na primeira década do século 21 é o fato de que a sociedade paraguaia manifesta fortemente a vigência de um critério biológico, patriarcal e autoritário de valores das pessoas adultas, que determina, em grande parte, os direitos gerais e específicos da juventude; situação que tem efeitos profundos na autopercepção do sujeito jovem. Verificou-se ainda que, no meio rural – em especial para as mulheres –, entre aqueles com menor escolaridade e menor renda, as dificuldades em se apropriar da condição juvenil são mais fortes (CAPUTO; SEGOVIA).

O QUE OS(AS) JOVENS ARGENTINOS(AS), BOLIVIANOS(AS), BRASILEIROS(AS), CHILENOS(AS) E URUGUAIOS(AS) SABEM SOBRE O PARAGUAI?

Mercosul

Localização geográfica

“Polêmica presidencial” (meios de comunicação)

Problemas étnicos (imigrantes e afrodescendentes)

Rota / corredor bi-oceânico

Língua guarani

Emigrantes perdem cultura

Canabis “paraguaia”

Orçamento k’ destinado a FFAA > educação / saúde / difusão

Serviço militar

Reivindicações camponesas

Resultado de dinâmica inicial entre jovens participantes do Grupo de Diálogo Regional (Rio Bonito / RJ, junho de 2009)

URUGUAI

O Uruguai é o país da América do Sul com maior proporção de população adulta. Vivência na região as consequências e o desafio do envelhecimento da população. A população com idades de 15 a 29 anos representa 22% do total. Esse fenômeno não é recente e se explica pelo processo de transição demográfica, uma dinâmica que se observa mais cedo que no restante da região, caracterizada pela baixa natalidade e por elevadas expectativas de vida; uma dinâmica que afeta especialmente as faixas etárias mais jovens: a migração. Dois terços dos imigrantes recentes, de 2000 a 2006, tinham de 15 a 29 anos.

Na Pesquisa Nacional Ampliada de Domicílios (Enha), aplicada pelo INE, em 2006, foram questionados os familiares dos(as) imigrantes sobre os motivos alegados para sair. A maioria apontou dificuldades de trabalho. É visível que o desemprego afeta predominantemente os(as) jovens. Há quatro vezes mais desempregados (pessoas em condição de trabalhar que declaram querer fazê-lo) entre as pessoas de 15 a 25 anos que no resto da população. Não é apenas difícil conseguir trabalho: sua qualidade é também claramente diferenciada: 75% das pessoas empregadas no setor privado de 15 a 19 anos e 39% das pessoas de 20 a 29 não são registradas na Previdência Social, proporção superada apenas pelo primeiro grupo e pelos maiores de 65 anos. Isso resulta em uma clara desigualdade de renda e acesso a serviços e cumprimento dos direitos. 30% dos(as) jovens de 15 a 29 anos migram. (CELIBERTI; FILARDO, 2008).

O QUE OS(AS) JOVENS ARGENTINOS(AS), BRASILEIROS(AS), BOLIVIANOS(AS), CHILENOS(AS) E PARAGUAIOS(AS) SABEM SOBRE O URUGUAI?

Qualidade em educação

Trabalho

Influência em políticas públicas

Participação social

Visibilidade e equidade de gênero, etnia e raça

Neoliberalismo

Laicidade

Sócio Mercosul

Patriarcal

Influência européia

Falta de consciência sobre as demandas juvenis

Resultado de dinâmica inicial entre jovens participantes do Grupo de Diálogo Regional (Rio Bonito / RJ, junho de 2009)

FOTO | Argentina / Archivo Fundación SES



FOTO | Chile / Archivo CIDPA



FOTO | Bolivia / Archivo U-PIEB



FOTO | Uruguay / Archivo Cotidiano Mujer e FCS Udelar



FOTO | Samuel Tosta / Archivo Ibase



FOTO | Paraguay / Archivo Base-IS



***Eu sou apenas um rapaz
latino-americano,
sem dinheiro no banco,
sem parentes importantes
e vindo do interior.***

Apenas um Rapaz Latino-Americano. Belchior, cantor e compositor brasileiro do Ceará. 1946

***Eu sou da América do Sul
Eu sei,
você não vão saber...***

Para Lennon e McCartney. Lô Borges, cantor e compositor brasileiro de Minas Gerais. 1952

Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo
Lo que cambió ayer
Tendrá que cambiar mañana

Todo Cambia. Mercedes Sosa, cantora e compositora argentina
de San Miguel de Tucumán. 1935-2009

***O PROJETO
JUVENTUDES
SUL-AMERICANAS:
processos, tempos e
técnicas de pesquisa***

02

As pesquisas do *Projeto Juventude e Integração Sul-americana: diálogos para a construção de uma democracia regional* reuniram estratégias metodológicas diversas para dar conta de entender processos e dinâmicas sociais em curso. Inserida nos marcos das investigações sobre o aprofundamento da democracia, a investigação tem como finalidade principal compreender *como* estão sendo construídas e reconhecidas as demandas juvenis e *quais* são as possibilidades de sua incorporação à pauta dos direitos e das políticas públicas na região.

A combinação entre diferentes técnicas de pesquisa no estudo de um mesmo fenômeno social certamente proporciona maior amplitude em sua explicação e compreensão. Explorar a complementaridade entre diferentes abordagens qualitativas e entre pesquisas qualitativas e quantitativas permite que os limites de uma técnica sejam contrabalançados com o alcance de outras.

Com esta perspectiva, o projeto realizou pesquisas em diferentes etapas, de maneira que uma influenciasse a outra, subseqüentemente. Esse percurso foi realizado por meio de pesquisas qualitativas: 19 situações-tipo (2008); 36 grupos focais (2008); uma extensa pesquisa quantitativa (*survey*), que ouviu 14 mil jovens e pessoas adultas nos seis países sul-americanos estudados (2008); e seis grupos de diálogo nacionais e um sul-americano (2009). A experiência buscou atingir os seguintes objetivos:

- » a ampliação de conhecimento sobre a realidade dos(as) jovens sul-americanos(as), especialmente sobre suas percepções sobre direitos, democracia e integração regional;
- » a apreensão dos sentidos atribuídos por jovens, pessoas adultas e mediadores(as) de demandas juvenis dos termos “jovens como sujeitos de direitos” e “Políticas Públicas de Juventude”;
- » a sistematização e visibilidade das demandas expressas por grupos e organizações juvenis;
- » o levantamento e a análise das percepções das sociedades estudadas sobre os(as) jovens e suas demandas;
- » e a disseminação de informações sobre a juventude da América do Sul, visando contribuir para a construção de uma agenda de direitos para a população jovem da região.

ABORDAGENS QUALITATIVAS: ESTUDO DE SITUAÇÕES-TIPO, GRUPOS FOCAIS E GRUPOS DE DIÁLOGO

Olhar de maneira particular e, ao mesmo tempo, relacional para as experiências sociais de diferentes coletivos juvenis constituía-se em um desafio para pesquisadores(as). Não havia tempo de fazer estudos de casos aprofundados. Também não se tratava de fazer uma tipologia dos grupos, redes e movimentos juvenis ou de construir “tipos ideais” para melhor compreendê-los. Recorremos, então, à ideia de “situação-tipo”. No que consiste esta ideia? Parte-se de um roteiro comum que orienta tanto a coleta de informações sobre as motivações e a dinâmica de um espaço particular de mobilização juvenil como (e ao mesmo tempo) indaga sobre as relações desse caso particular com dimensões nacional, regional, continental e planetária da vida social.

Neste estudo, uma premissa metodológica orientou a definição da técnica de pesquisa: os grupos, as redes e os movimentos juvenis de hoje não se conformam isoladamente. Embora haja grande diversidade entre eles, suas demandas e suas formas de organização estão historicamente relacionadas. As conexões (conscientes ou inconscientes) se fazem tanto no reconhecimento compartilhado sobre quais são os “problemas da juventude de hoje” como por meio do repertório de formas de organização e ação política que define a configuração do “espaço público” contemporâneo. Estudar “situações-tipo” é buscar compreender particularidades e inseri-las em um campo de possibilidades socialmente construído. Dessa maneira, menos do que inventariar todas as possibilidades, trata-se de contextualizar e inter-relacionar as possibilidades que conseguimos mapear.

Foram selecionadas 19 situações que refletissem demandas e consignas apresentadas pelas diversas juventudes em diferentes realidades (urbano e rural; homens e mulheres etc.): educação; trabalho; direitos humanos; proteção ao meio ambiente; cultura; circulação/mobilidade territorial; políticas públicas; diversidade e igualdade.

FOTO | Patrícia Lânes / Arquivo Ibase



Jovens e pesquisadores participantes do Grupo de Diálogo Regional após evento público realizado no Rio de Janeiro, em junho de 2009

TABELA 3 | Grupos pesquisados na Etapa Situações-tipo

País / Instituição parceira	Segmento juvenil	Organização ou grupo pesquisado	Demanda/Consigna
ARGENTINA / Fundação SES	Filhos(as) de desaparecidos políticos da ditadura militar 1976-1983 (setores médios)	H.I.J.O.S./ Buenos Aires	Direitos Humanos (direito à verdade, justiça e memória histórica)
	Jovens da cidade de Gualeguaychú (setores médios)	Assembleia Juvenil Ambiental de Gualeguaychú	Proteção ao meio ambiente
	Jovens desempregados(as) (setores populares)	Jóvenes de Pie (movimento piqueteiro na província de Buenos Aires)	Trabalho (oportunidade de emprego ou inserção produtiva) e educação
	Jovens beneficiários(as) de projetos sociais (setores populares)	Movimento Juvenil de Andresito (Província de Misiones)	Trabalho (capacitação para inserção produtiva), educação
BOLÍVIA / U-PIEB	Jovens do movimento hip hop (bairros populares)	Grupos de hip hop aymará em El Alto	Cultura (reconhecimento etno-cultural e condições para produção artística), educação e trabalho
	Jovens estudantes Moradores(as) de bairro popular (setores populares)	Movimentos estudantis em El Alto (Antonio Paredes Candía, Insea, Insthea)	Educação (movimento pela criação de uma Escola Normal em El Alto)
	Jovens empregadas domésticas (setores populares)	Federação Nacional das Trabalhadoras do Lar em La Paz	Trabalho (direitos trabalhistas/ equidade de gênero) e educação

continua na página seguinte

País / Instituição parceira	Segmento juvenil	Organização ou grupo pesquisado	Demanda/Consigna
BRASIL / Pólis (a partir de rede de pesquisadores/ instituições no Brasil)	Jovens migrantes que trabalham no corte manual da cana-de- açúcar (famílias de agricultores pobres)	Jovens do Nordeste (Maranhão e Piauí) que trabalham no interior de São Paulo	Trabalho decente (melhores condições) e educação (calendário escolar adequado)
	Jovens estudantes urbanos (maioria de classes populares, alguns de classe média)	Movimento pelo passe livre – Revolta do Buzu – em Salvador/Bahia	Circulação (locomoção para a escola/transporte/ direito à cidade) e educação de qualidade
	Jovens trabalhadores(as) do setor de telemarketing (sobretudo, setores populares, minoria de classe média)	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo e Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing na Grande São Paulo	Trabalho decente (melhores condições)
	Jovens do movimento hip hop (bairros populares)	Grupo Família MBJ, em Caruaru/ Pernambuco	Cultura (condições para produção artística e cultural, luta por reconhecimento e combate ao racismo)
	Jovens de projetos sociais e organizações voltadas para jovens (a maioria, setores populares)	Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro	Políticas públicas de juventude (participação na agenda, na elaboração e no acompanhamento)
	Segmentos juvenis diferenciados (movimentos culturais, pastorais, estudantis, jovens de ONGs, de partidos políticos etc.)	Acampamento Intercontinental da Juventude – Fórum Social Mundial (edições realizadas em Porto Alegre)	Sustentabilidade, economia solidária, direitos humanos, diversidade e igualdade: por um outro mundo possível. (influenciar na agenda e nas formas de participação do Fórum Social Mundial e nas pautas das juventudes)

continua na página seguinte

País / Instituição parceira	Segmento juvenil	Organização ou grupo pesquisado	Demanda/Consigna
CHILE / CIDPA	Jovens estudantes secundaristas (a maioria, setores populares, alguma participação de setores médios)	Movimento de protesto dos secundaristas, “Rebelião dos Pinguins”, em Valparaíso – Coordenadora de Estudantes Secundaristas de Valparaíso	Educação (demandas imediatas e de projeto educacional)
	Segmentos juvenis diferenciados que participam de projetos	Organizações juvenis que participam no Departamento de Jovens de Concepción	Políticas Públicas para a Juventude (participação ativa na definição e gestão destas políticas)
PARAGUAI / Base-IS	Jovens camponeses em região de crescimento da monocultura da soja	Associação de Agricultores do Alto Paraná (Asagrapa)	Agroecologia (terra, educação, trabalho)
	Jovens estudantes secundaristas (a maioria, setores populares e parte de setores médios)	Movimento do passe livre, Federação Nacional de Estudantes Secundaristas (Fenaes) – Assunção	Educação, circulação/ transporte
URUGUAI / Cotidiano Mujer / Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República	Juventudes partidárias	Grupos jovens do Partido Colorado, Partido Nacional e da Frente Ampla (Montevideu)	Participação política (as ênfases nas agendas correspondem ao perfil dos diferentes partidos)
	Movimento pela liberação da maconha	Plantá tu Planta, Prolegal, La Placita	Legalização da maconha (direito de escolher, cultura, meio ambiente)

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009 (situações-tipo)

GRUPOS FOCAIS

Após o estudo das “situações-tipo”, tratava-se de ampliar o escopo da pesquisa ouvindo outras vozes juvenis e, ao mesmo tempo, cotejar outras realidades com as conclusões sobre as seis principais demandas juvenis. Com esse objetivo, optou-se pelos grupos de discussão (grupos focais).

Em linhas gerais, os grupos focais são úteis para: (1) recolher as percepções dos atores sociais, sem ideias preconcebidas. As categorias de análise são construídas a partir das discussões, não se constituindo em um *a priori* das mesmas; (2) compreender e explicar os comportamentos sociais, cercado uma questão, suas causas, seus efeitos; (3) favorecer a inserção dos atores, acordando-lhes a palavra e reconhecendo que cada pessoa é a *expert* de sua própria história.

Por meio de grupos focais, buscamos conhecer os vários “porquês” e “comos” das práticas sociais de jovens, suas estratégias e escolhas, o funcionamento de suas organizações, as demandas prioritárias, sua percepção sobre estilos de gestão etc. Os grupos focais permitiram a explicitação de consensos, dissensos, perplexidades, diferenças de percepção e de perspectivas dos indivíduos jovens.

No total, foram realizados 36 grupos focais com jovens vinculados(as) a coletivos, grupos e movimentos juvenis dos seis países pesquisados. A listagem de todos os grupos participantes dessa etapa encontra-se no final deste livro no CD com os relatórios nacionais finais do *Projeto Juventudes Sul-americanas*.

A PESQUISA QUANTITATIVA

Além de dialogar com outras pesquisas sobre juventude, o questionário também incorporou indagações que surgiram no estudo das “situações-tipo” e nos grupos focais. Suas 50 questões foram resultado de encontros de trabalho de equipes dos seis países. Posteriormente, criou-se um grupo de trabalho especialmente para analisar os resultados que foram publicados no livro *Sociedades Sul-americanas*: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes. A publicação foi lançada em junho de 2009 e foi editada no Chile pelo CIDPA (Centro de Estudios Sociales).

A PESQUISA DE OPINIÃO: BREVE NOTA METODOLÓGICA

Estudo domiciliar com cobertura nas áreas urbanas e rurais dos países pesquisados, com jovens e pessoas adultas de 18 a 60 anos de idade. No extrato de 18 a 29 anos, pela sua centralidade na pesquisa, definiu-se pela super-representação desse público – representando-o de maneira desproporcional às demais faixas etárias. Com o objetivo de perceber a opinião de jovens e pessoas adultas sobre a juventude e buscando um olhar comparativo entre gerações, 50% dos(as) entrevistados(as) por país pertenciam à faixa de 18 a 29 anos e 50%, de 30 a 60 anos. O estudo foi realizado no segundo semestre de 2008.

TABELA 4

Amostras			
ARGENTINA	2.500	CHILE	2.000
BOLÍVIA	2.000	PARAGUAI	2.000
BRASIL	3.500	URUGUAI	2.000
TOTAL: 14 mil jovens e pessoas adultas			

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

O estudo obedeceu às características de uma pesquisa de opinião pública por meio de um mesmo questionário de 50 questões, versando sobre os seguintes temas: perfil do entrevistado; características do domicílio; informação e mídia; valores, sociabilidade e participação social; juventude; demandas: educação, trabalho, vida segura, cultura, transporte e meio ambiente; condições de trabalho; Políticas Públicas de Juventude e integração sul-americana. O Ibope Inteligência foi responsável pela realização do campo, seleção da amostra e tabulação dos resultados. A Overview Pesquisa participou do desenho, planejamento e acompanhamento, produzindo cruzamentos e tabulações.

GRUPOS DE DIÁLOGO

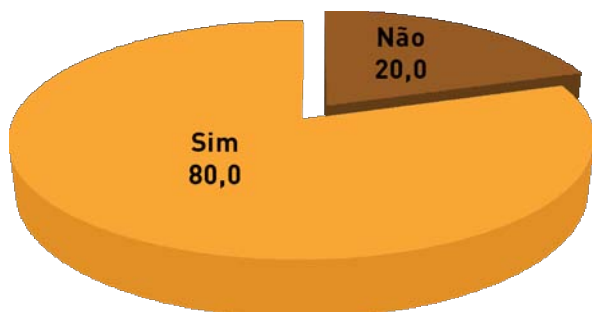
A metodologia dos grupos de diálogo, conhecida internacionalmente como *ChoiceWork Dialogue Methodology*, consiste na organização de grupos formados por cerca de 40 pessoas cada, nos quais os(as) participantes são convidados(as) a debater um assunto de interesse público. O tempo de discussão varia de acordo com o tema e os objetivos da pesquisa, mas a ideia é que dure o suficiente para que haja disseminação de informações, ampliação da compreensão e um diálogo qualificado sobre uma temática específica. O método é utilizado, sobretudo, na investigação de novas questões polêmicas ou, ainda, na pesquisa de questões já familiares em que uma conjuntura específica cria desafios que precisam ser (re)conhecidos e debatidos.

Como ponto de partida, considera-se que, de um modo geral, as pessoas desenvolvem suas opiniões e valores por meio de um processo cotidiano e coletivo de troca de ideias, e não por meio de uma avaliação deliberada e individual. Ou seja, as pessoas desenvolvem suas opiniões compartilhando pontos de vista com quem se identificam, sejam amigos(as), familiares, vizinhos(as), colegas de escola e de trabalho ou formadores(as) de opinião. Nesse percurso, são envolvidos valores profundos e reações emocionais.

No *Projeto Juventudes Sul-americanas*, a opção pelo uso dos grupos de diálogo se deu no sentido de aproximar jovens com demandas e formas de organização diferenciadas, com o objetivo de compreender diálogos possíveis para a construção de uma agenda comum aos(as) jovens sul-americanos(as).

Foram realizados seis grupos de diálogo nacionais (um em cada país) e um grupo regional, que reuniu 40 jovens sul-americanos(as). É importante ressaltar que muitos desses e dessas jovens participantes do grupo de diálogo regional percorreram parte do processo de pesquisa, ou seja, participaram das situações-tipo e dos grupos focais, conforme exposto no **Gráfico 3**.

GRÁFICO 3 | Participação em etapas anteriores da pesquisa (%)



Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

Cabe registrar que o *Projeto Juventudes Sul-americanas* realizou uma série de adaptações na matriz metodológica dos grupos de diálogo, levando em conta, sobretudo, as seguintes especificidades desse processo: reuniam-se jovens de distintos países e culturas; todos(as) com alguma experiência de engajamento social em grupos, redes e movimentos diversificados.

- » Como estimular o diálogo entre jovens que tinham diferentes experiências de participação e “opinião formada” sobre muitos assuntos?

Certamente, o fato de os(as) envolvidos(as) terem experiências de participação confere ao grupo realizado uma especificidade que não pode ser desprezada, sobretudo se levarmos em conta o fato de o próprio espaço de diálogo poder se confundir com outros espaços de participação. E, apesar de se apostar na metodologia também por se conformar como espaço de aprendizado, foi preciso que toda a equipe envolvida tivesse bastante clareza do objetivo de pesquisa e dos parâmetros metodológicos para que a disputa entre os(as) participantes não predominasse diante da possibilidade de diálogo.

Como se sabe, em sua origem, os grupos de diálogo pretendem reunir pessoas com perfis diversos (socioeconômicos, idades, locais de moradia etc.). No âmbito de nosso projeto, trabalhamos com um grupo mais homogêneo, considerando a faixa etária (16 a 30 anos) e o fato de serem jovens militantes. Isto poderia diminuir as possibilidades de uso desta ferramenta de pesquisa. No entanto, tratava-se de um grupo de diálogo com a presença de pessoas de diversos países, todas com experiências de participação. Experiências essas que, ao mesmo tempo que aproximam, de certo modo, os(as) jovens envolvidos(as), também eram muito distintas entre si, relacionadas às diferentes realidades nacionais e locais e também à temática motivadora da militância para cada um(a), bem como às muitas possibilidades e modos de participação. Por tudo isso, pode-se dizer que – tratando-se de jovens de seis países distintos, com origens socioeconômicas, locais de moradia, idades, identidades e trajetórias de participação muito diferentes entre si – tivemos um grupo com uma grande heterogeneidade. Tal heterogeneidade constitui-se em um importante elemento para despertar interesse de uns e outros e, assim, tornar o encontro uma oportunidade de intercâmbio de experiências e saberes entre eles(as).

No âmbito deste projeto, considera-se o processo investigativo também como processo de aprendizado em que os(as) participantes têm oportunidade de acessar informações, fazer conexões entre fatos e circunstâncias, perceber conflitos e se engajar em um processo coletivo. Se é verdade que não se esperava que jovens de grupos, redes e movimentos juvenis mudassem as opiniões sobre questões referentes às realidades das juventudes, podemos dizer que tanto as informações sobre os países vizinhos como aquelas sobre as causas e motivações de outros grupos juvenis mudaram posturas de uns

e outros. Foi possível também perceber como os argumentos acionados pelos diferentes atores envolvidos foram importantes para construir conjuntamente um caminho para potencializar suas lutas no âmbito de cada país e na América do Sul.

Em resumo

Alcances metodológicos dos processos de pesquisa percorridos:

- » ampliar a escuta sobre o campo da juventude. O estudo ouviu **jovens e pessoas adultas** sobre as juventudes e suas questões;
- » aplicar as mesmas estratégias metodológicas nos seis países;
- » construir instrumentos e procedimentos de pesquisa que dessem conta da diversidade da região;
- » aproximar pesquisadores(as) do campo da Juventude que atuam nos países do Cone Sul;
- » pesquisar a partir de uma rede que pôs em diálogo uma gama de instituições produtoras de conhecimento, sobretudo, universidades e organizações da sociedade civil;
- » qualificar o debate sobre produção de conhecimento no âmbito da sociedade civil.

FOTO | Patrícia Lânes / Arquivo Ibase



Plenária do Grupo de Diálogo Regional que aconteceu em Rio Bonito (RJ), em junho de 2009

Pesquisa em rede: compartilhando experiências¹

Trabalhar em rede é, sem dúvida, um grande desafio. Com base na experiência bem-sucedida da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – Participação, Esferas e Políticas Públicas* (2004-2005), que envolveu instituições de diversas regiões do Brasil, Ibase e Pólis avançaram na produção de novos conhecimentos sobre o universo juvenil, agora com o olhar voltado para o continente sul-americano. Este estudo, realizado a partir de uma rede de organizações e de pesquisadores(as) de seis países da região, reforça a nossa convicção sobre o acerto desse desenho organizacional.

Somar forças na articulação de parceiros localizados em vários países e responsáveis pelos estudos sobre distintas organizações e distintos movimentos juvenis, afinando os enfoques analíticos com vistas à elaboração de produções de conhecimento distintas.

Essa articulação, por si só complexa, constituiu-se em um dos braços de uma rede mais ampla, integrada por instituições de outros cinco países do continente. O desafio de executar uma pesquisa em rede no curto tempo disponível exigiu habilidade e sintonia da coordenação e forte comprometimento dos(as) pesquisadores(as).

A aposta na construção coletiva de novos saberes, no compartilhamento de reflexões que transcendem as dinâmicas específicas de cada país e, sobretudo, na articulação de instituições sul-americanas comprometidas com o adensamento da democracia e com a transformação social da nossa região gerou resultados positivos e proporcionou um rico aprendizado entre as partes.

Esse processo, no entanto, só foi possível graças ao esforço coletivo em vencer as barreiras do idioma, à existência de um diálogo franco e aberto entre nós e ao compromisso mútuo com os pressupostos técnicos e políticos do projeto. Nesse percurso, fomos capazes de flexibilizar sem perder o foco, criar sinergias sem apagar a diversidade, somar o acúmulo das distintas instituições e, com isso, alimentar novas reflexões e indagações que ultrapassam os limites desta pesquisa. Concluímos essa trajetória com a certeza de que as relações de confiança construídas no decorrer desse período são valiosas e respondem pelo sucesso da empreitada.

A parceria entre esse conjunto diverso de entidades e organizações do Cone Sul vai se firmando como exemplo de um feliz encontro entre instituições e pesquisadores(as) que comungam ideais, mas possuem trajetórias distintas e alguns campos específicos de atuação. A soma dos acúmulos institucionais e a concepção e condução compartilhada das pesquisas sobre juventude reverteram-se positivamente para os referidos projetos. O rico intercâmbio de experiências, o exercício de construção coletiva e os laços de amizade que nos unem vêm gerando aprendizados pessoais e para todas as organizações.

¹ Com base em texto de **Anna Luiza Salles Souto** – coordenadora executiva do Instituto Pólis, coordenadora geral da pesquisa no Brasil e coordenadora-adjunta da pesquisa sul-americana – e de **Pedro Pontual** – pesquisador do Instituto Pólis, coordenador geral da pesquisa no Brasil e coordenador-adjunto da pesquisa sul-americana.



Mapa de imagens e fotos dos(as) jovens participantes do Grupo de Diálogo Regional

JUVENTUDE/S: imagens contraditórias entre jovens e pessoas adultas



03

Com base nos resultados das diferentes etapas do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, apresentaremos, a seguir, várias dimensões que permitem melhor compreender tanto as inconsistências, ambiguidades e contradições presentes na categoria “juventude” como os processos históricos em curso que contribuem para uma aproximação geracional e para a invenção social da juventude do século 21.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DE “SER JOVEM”

“Turbulência”, “irrupção tempestuosa dos hormônios” fazem parte da percepção ameaçadora da juventude, mas essas representações convivem com as belas imagens do corpo jovem e da mente corajosa.

Em sociedades onde os meios de comunicação têm um papel ativo, visões contraditórias sobre a juventude também são incorporadas por quem é jovem. Nos grupos focais, jovens participantes de coletivos juvenis falaram sobre as vantagens e desvantagens de “ser jovem”, como é possível ver no quadro abaixo.

TABELA 5 | Principais vantagens e desvantagens de ser jovem

Vantagens	Desvantagens
Vitalidade (vigor, disposição, tesão, “saúde”, energia, resistência)	Vitalidade transformada em riscos (turbulências, delinquência, violência, alcoolismo, drogas, “libertinagem”)
Confiança (mente aberta, capacidade de adaptação e aprendizado)	Desconfiança (temores e incompreensões por parte da sociedade)
Liberdade (tempo livre decorrente de ter poucas responsabilidades)	Responsabilidades antecipadas (acessos culturais restritos)
Oportunidade de fazer escolhas	Não saber decidir/ Inexperiência/insegurança
Experimentação (criatividade e curiosidade)	Falta de espaços para participar e expressar suas opiniões

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*. Ibase, Pólis, 2009 [grupos focais]

DEPOIMENTOS DE JOVENS EM GRUPOS DE DISCUSSÃO (*FOCAL GROUPS*) REALIZADOS NOS SEIS PAÍSES

A questão da “tomada de decisões” é citada tanto como vantagem quanto como desvantagem. Pelo ângulo positivo, implica oportunidade de fazer escolhas, reafirma a ideia de que ser jovem é ter toda a vida pela frente. Pelo ângulo negativo, manifesta-se na dificuldade em tomar decisões, por razões que vão desde a pouca experiência até a falta de informações.

As vantagens surgem das relativas poucas responsabilidades da juventude, que permitem mais tempo livre – para lazer, estudo ou engajamento político. Mas neste aspecto, também se manifesta a resistência em delegar responsabilidades e poder aos(as) jovens.

Neste imaginário, destacam-se alguns pares de oposição que – segundo os(as) jovens entrevistados(as) – expressam expectativas contraditórias, tais como: viver o presente e/ou se preparar para o futuro? Despertar desconfiança e/ou representar a esperança do futuro da sociedade? Na verdade, as vantagens de “ser jovem” se convertem em desvantagens para a maior parte da juventude.

De certa forma, quem é jovem também se apropria (com maior ou menor espírito crítico) das noções de “moratória vital” (“ter muitos anos pela frente”) e de “moratória social” (tempo de espera, preparação e suspensão). Ao mesmo tempo, porém, ao falar de riscos e inseguranças, surgem os(as) jovens que não se consideram e nem são considerados(as) jovens. Para aqueles(as) que já têm filhos(as); que precisam assumir tarefas ligadas à manutenção da família; que são moradores(as) de área pobres e violentas; que são migrantes sobram as desvantagens. **A dialética entre diferenças e desigualdades sociais se faz presente no jogo das vantagens e desvantagens em “ser jovem”.**

AS CONTRADIÇÕES MAIS GERAIS DA SOCIEDADE SE AGUDIZAM ENTRE JOVENS

A pergunta “O que é ser jovem?” exige que se caracterize a sociedade de classes onde vivem diferentes juventudes atingidas por desigualdades de gênero, preconceitos étnicorraciais.

A pergunta “O que é ser jovem hoje?” exige que se fale em capitalismo globalizado, marcado pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Em vários países da América do Sul, fazer parte dos “pueblos originários” é carregar consigo marcas históricas da desigualdade social. No Brasil, para os(as) jovens militantes negros(as), é a desigualdade racial, que se cruza umbilicalmente com a condição social. Neste contexto, fala-se em “genocídio da juventude negra” e, por isso mesmo, esta condição lhes parece prioritária com relação a todas as outras.

Os(as) jovens do meio rural vivem velhas e novas contradições. A dinâmica conservadora da modernização agrícola em nossos países impõe perversos circuitos migratórios ancorados em disputas entre o agronegócio exportador e a produção ecologicamente sustentável. Por isto mesmo, segundo jovens rurais brasileiros, uruguaios(as) e paraguaios(as) ouvidos(as) nos grupos de discussão, é preciso garantir terra e condições de produção agrícola e, também, ampliar a visibilidade social das juventudes rurais.

Ser jovem?

“Depende do estrato social, depende do nível de cultura, depende, eu sei, do nível acadêmico, então depende da escala, é que ser jovem aqui hoje, eu posso dizer que é ser jovem do meu lugar (...) Claro, a partir do lugar de cada um”.

Jovem / Uruguai

“Eu não posso defini-lo fora do contexto sociocultural. Ser jovem para um garoto de uma vila é diferente do que é ser jovem para mim.”

Jovem / Argentina

“Viver no capitalismo traz um estado de barbárie para os jovens.”

Jovem / Brasil

“Fazem você trabalhar porque você está longe de sua família. Se você está sozinho, não há ninguém que te defenda, as jovens que vem trabalhar aqui estão sozinhas, são discriminadas ou exploradas, seja em sua casa ou pelos patrões, são agredidas e discriminadas”.

Jovem / Bolívia

“As pessoas que discriminam os jovens o fazem porque não o conhecem. O primeiro passo para a discriminação é a ignorância.”

Jovem / Chile

“Os jovens influenciam muito o desenvolvimento comunitário. Nós planejamos o esporte, a cultura, o acesso à festa, à música... à manifestação.”

Jovem / Paraguai

Trechos de falas de jovens participantes de grupos focais e grupos de diálogo da *Pesquisa Juventudes Sul-americanas*: diálogos para a construção da democracia regional.

Juventude migrante

PARAGUAI

Migração é condição para passar da juventude para a vida adulta

“A migração impõe aos jovens, tanto urbanos quanto rurais, papéis de adultos, tanto aos que vão quanto aos que ficam, e assim intensifica-se a exigência da sociedade para que se tornem adultos cada vez mais cedo. A exigência de migrar é muito maior para as pessoas jovens que vivem no campo uma vez que, como explicado, existem numerosas e grandes dificuldades para trabalhar na agricultura. Na cidade não existem menos dificuldades mas é como se a densidade das interações sociais que ali se dão, abrissem mais oportunidade de inserção.”

A visão dos aspectos negativos da migração preponderou nos grupos focais: “desafiador, enriquecedor, emocionante, porém ao mesmo tempo exige que se deixe para trás a família, os amigos, a própria cultura, com todo o peso emotivo que isto carrega.”

(Relatório grupos focais / Paraguai)

BRASIL

Jovem nordestino corta dez toneladas de cana por dia em São Paulo

Valdivan sempre trabalhou com agricultura em sua terra natal, ajudava a família no roçado da terra própria, em Cajazeiras, Paraíba. Tem 23 anos, é solteiro e só estudou até a sexta série. Encorajado por seu sonho de construir uma casa, “desceu” para São Paulo para o trabalho no corte da cana. Valdivan diz que se tivesse onde trabalhar e um salário bom na sua terra natal, ele não viria para São Paulo. Foi entrevistado no Sindicato de Cosmópolis, onde foi fazer uma reclamação sobre o montante de seu pagamento e sobre o atendimento médico: *“Ontem mesmo, eu estava doído, passei no médico lá e ele me deu um atestado para ficar meia hora sem trabalhar!”*.

Segundo ele, o médico é *“comprado pela usina, não olha com atenção a saúde dos trabalhadores”*. Muitos sofrem de câimbras e há várias notícias de mortes precoces nos canaviais. Convidado a pensar sobre a juventude, Valdivan acredita que quando pensar em casar e constituir família, vai deixar de ser jovem. Ao mesmo tempo, se antecipa: *“Trabalhar na cana é perder a mocidade.”*

(Relatório situações-tipo / Brasil)

PERU

Jovens imigrantes buscam trabalho no Chile

“No grupo de jovens imigrantes, o tema das vantagens de ser jovem vem imbuído dos mesmos atributos físicos, anímicos e sociais – energia, sonhos, metas, tempo, liberdade – com a diferença de que, para os jovens imigrantes, a vitalidade e a energia não são entendidos como

instrumentos para uma luta pela transformação social, pela mudança das bases que mantêm a estrutura sócio-política ou dos princípios culturais que facilitam a reprodução de uma ordem que não é desejada, porém como uma disposição física, anímica e mental para trabalhar, para destacar-se ou para surgir”.

As qualidades “próprias do ser jovem facilitam a decisão de emigrar em busca de melhores oportunidades e trazem em si maior capacidade para suportar condições de trabalho que um adulto talvez não pudesse aguentar ou não estaria disposto a tolerar”.

“À sua condição de jovens e pobres soma-se ainda uma condição de imigrante que os deixa mais expostos a abusos laborais, preconceitos salariais, maus tratos policiais e discriminações raciais”.

(Relatório grupos focais / Chile)

PERCEPÇÕES SOBRE JOVENS E JUVENTUDES: o que revela a pesquisa de opinião

Até que ponto as opiniões desses(as) jovens, ouvidos(as) a partir de abordagens de pesquisa qualitativa, encontram ressonância na opinião das juventudes em geral? Buscando perceber o que os(as) aproxima e o que os(as) distancia, indagações sobre o significado e os atributos da “juventude” foram incluídas na pesquisa de opinião.

Qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça quando digo “juventude”? Diversão, liberdade, independência, alegria, futuro, perda, esperança, falta de esperança, responsabilidade ou irresponsabilidade?

Ao todo, **1.851 palavras** foram citadas por **14 mil jovens e pessoas adultas** entrevistados(as) em uma pesquisa realizada em seis países sul-americanos.

De um conjunto tão diferenciado de atributos, no conjunto de países, destacou-se uma única conclusão: **a importância da categoria “responsabilidade” e de dois eventos marcantes no ciclo de vida, a saber: o casamento e a chegada de filhos(as), não necessariamente em tal ordem.**

Os(as) entrevistados(as) solteiros(as) têm a opinião mais positiva sobre a juventude e sobre os atributos de “ser jovem”. (liberdade, alegria, esperança). Quem assume **responsabilidade com o casamento ou com filhos(as) torna-se adulto(a) e se aproxima** mais das percepções negativas (irresponsabilidade, violência, perda...).

Já em outra questão, os(as) entrevistados(as) foram convidados(as) a comparar jovens e pessoas adultas. Os(as) jovens foram considerados(as) mais “**consumistas**”, mais “**perigosos**”, mais “**violentos**” e mais “**individualistas**” que as pessoas adultas. A opinião negativa sobre os(as) jovens predomina. Por outro lado, também são considerados(as) mais “**criativos**” e “**idealistas**”. Os atributos nos quais os(as) jovens são comparativamente mais mal-avaliados e mais bem-avaliados que as pessoas adultas são muito similares em todos os seis países, ainda que haja diferenças de gradação. Embora existam pequenas diferenças entre opiniões de jovens e pessoas adultas, neste item, elas não são significativas. **A maioria da juventude incorpora as imagens que a sociedade projeta sobre ela.**

Ser jovem na década 21 é...

... ser menos católico que a geração anterior

A transmissão intergeracional do catolicismo está em queda. Segundo as informações da pesquisa de opinião, os(as) católicos(as) ainda compõem a maioria na região, mas esta geração segue menos a religião de seus pais e suas mães.

TABELA 6

Catolicismo	Pessoas adultas %	Jovens %	Diferença %
ARGENTINA	81	73	- 8
BOLÍVIA	81	77	-4
BRASIL	67	62	-5
CHILE	65	59	-6
PARAGUAI	87	91	-4
URUGUAI	51	38	-12

Fonte: Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional, Ibase, Pólis, 2009

... estar mais conectado à internet

TABELA 7

Uso da internet	Jovens %	Pessoas adultas %
CHILE	61	24
URUGUAI	57	23
ARGENTINA	53	26
BRASIL	50	21
BOLÍVIA	39	12
PARAGUAI	29	6

Fonte: Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional, Ibase, Pólis, 2009

Ao olhar para este quadro, percebemos que a idade e a internet se potencializam mutuamente: na Argentina e no Brasil, os(as) jovens utilizam a rede duas vezes mais que as pessoas adultas; no Chile, Bolívia e Uruguai, três vezes mais; no Paraguai, quatro vezes mais.

... ter mais escolaridade que a geração anterior

Em todos os países pesquisados – considerando desde o analfabetismo até o ensino universitário –, os(as) jovens apresentam um grau de escolaridade superior às pessoas adultas. O quadro a seguir se refere ao ensino médio.

TABELA 8

Alcançaram o ensino secundário/médio de educação (completo e/ou incompleto)	Jovens %	Pessoas adultas %
ARGENTINA	56	34
URUGUAI	54	30
CHILE	46	30
BOLÍVIA	45	25
BRASIL	43	16
PARAGUAI	41	12

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

Embora o grau de escolaridade entre os jovens hoje seja mais elevado que o foi nas gerações passadas, é importante notar que é ainda grande o número dos que não chegaram a completar o ensino médio. Como veremos abaixo, “estudar e ter um diploma” ainda é uma quimera nos países estudados.

.... preocupar-se com oportunidades para entrar no mundo do trabalho

A questão do trabalho está presente de forma contundente. É centralidade na vida dos diversos(as) jovens sul-americanos(as), é percebida igualmente por jovens e pessoas adultas.

TABELA 9 | O mais importante para a juventude hoje (resposta única, em percentual)

Categoria	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	BOLÍVIA	PARAGUAI	URUGUAI
Ter mais oportunidades de trabalho	48.2	61.4	47.9	38.8	59.2	61.3
Estudar e ter um diploma universitário	29.6	20.2	16.9	32.7	22.7	11.4

continua na página seguinte

Categoria	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	BOLÍVIA	PARAGUAI	URUGUAI
Ser ouvido e atendido pelos governantes	10.2	5.7	12.2	14.5	9.0	9.8
Garantia e segurança de melhores salários / ganhos financeiros	5.6	6.7	15.7	5.1	4.9	7.6
Liderar/ participar de movimentos pela transformação política do Brasil	3.8	4.1	5.0	5.0	2.1	3.2
Viajar e trabalhar no exterior	1.5	1.7	1.9	3.4	1.8	5.5
Nenhuma das anteriores	1.0	0.3	0.5	0.6	0.3	1.1

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

- » Em todos os seis países, os(as) entrevistados(as) responderam em primeiro lugar: ter mais oportunidade de trabalho.
- » Na Argentina, na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai, “ser escutado pelos governantes” aparece em terceiro lugar”.
- » No Chile e no Brasil, “ser atendido pelos governantes” aparece em quarto lugar, logo a seguida de “garantia por melhores salários” que, por sua vez, fica em quarto lugar nos demais países.

Em resumo

Informações produzidas em diferentes etapas da pesquisa reafirmam a ideia que ambiguidades e ambivalências estão presentes nas representações que as sociedades constroem sobre suas juventudes.

Com base na pesquisa de opinião, podemos dizer que a maioria da juventude também incorpora as imagens que a sociedade projeta sobre ela. Pessoas adultas e jovens de todos os países afirmaram que os(as) jovens são mais consumistas, perigosos, violentos e individualistas que as pessoas adultas.

Por outro lado, ao definir vantagens e desvantagens de “ser jovem”, minorias juvenis participantes de grupos, redes e movimentos sociais também se apropriam (com maior ou menor espírito crítico) das noções de “*moratória vital*” (“ser jovem é ter muitos anos pela frente”) e de “*moratória social*” (juventude é tempo de preparação).

Nas sociedades sul-americanas, entre todos(as) aqueles(as) que têm de 15 a 29 anos, se consideram (e são considerados) jovens:

- » a análise dos resultados da pesquisa de opinião destacou a categoria **“responsabilidade”** – o casamento e a chegada dos filhos(as) – não necessariamente nesta ordem – como um marco para o fim da juventude. Os(as) solteiros(as) enfatizam mais os atributos positivos de “ser jovem”, os(as) que assumem “responsabilidade” veem mais negativamente a juventude;
- » segundo os estudos qualitativos realizados, a pergunta “O que é ser jovem?” remete às contradições mais gerais da sociedade que se agudizam entre jovens. Recortes de classe, gênero, pertencimentos étnicorraciais, morar no campo ou na cidade entram no jogo dialético de **diferenças e desigualdades sociais que definem vantagens e desvantagens em “ser jovem”**.

Ao mesmo tempo, como revelaram as pesquisas, podemos definir o que é “ser jovem hoje” a partir de traços gerais comuns presentes nos seis países estudados:

- » as mudanças no campo religioso, que se torna cada vez mais plural e competitivo, assim como o rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação são fatores importantes que devem ser levados em conta na caracterização do que é “ser jovem hoje”. Escolha religiosa pessoal e tecnossociabilidade redefinem relações intergeracionais e favorecem vias de identificação entre pares da mesma geração;
- » com o aumento da escolaridade, em todos os países estudados, esta geração juvenil tem mais anos de estudos que seus pais e suas mães. Mas esses anos de estudos não garantem a inserção na vida ativa condizente com o grau de escolaridade alcançado. Precarizaram-se as relações de trabalho e também as condições de entrada na vida ativa. Não por acaso jovens e pessoas adultas dos seis países elegeram *“ter mais oportunidade de trabalho”* como o fator mais importante para a juventude hoje.

Estas últimas duas dimensões devem ser levados em conta para compreender a invenção social da juventude do século 21.



JUVENTUDE, VALORES E NECESSIDADES: pontos de vista de jovens e pessoas adultas

04

Neste capítulo, vamos retomar um conjunto de informações da pesquisa de opinião. Interessa aqui tanto perceber continuidades e descontinuidades entre o que pensam jovens e pessoas adultas como avaliar até que ponto existem consensos e dissensos – entre os países e entre jovens e pessoas adultas – sobre características, problemas e necessidades da juventude de hoje. Também nos interessa explorar as semelhanças e diferenças entre essas respostas e a agenda das demandas da juventude levadas ao espaço público.

IDEIAS E VALORES: JUVENTUDE, ESPELHO RETROVISOR DA SOCIEDADE (EM MOVIMENTO)

Jovens e pessoas adultas dos seis países estudados declararam ter um alto grau de concordância com três ideias: *“todos deveriam poder expressar livremente sua opinião”*; *“os homens devem ocupar-se dos serviços domésticos”* e *“não há problema que os ricos vivam em condomínios fechados”*.²

A questão sobre *liberdade de expressão*, tomada como um indicador de convivência democrática, foi a questão que recebeu maior grau de aceitação em todos os países. Quanto maior a renda, maior o grau de escolaridade; maior acesso e uso da internet, mais na cidade e menos no campo (com exceção do Paraguai onde esse patamar se iguala), há mais concordância com esta frase. Já o recorte etário não resultou em diferença nesta questão. A premissa – atualmente disseminada como “politicamente correta” – alcança igualmente jovens e pessoas adultas.

Nos dias de hoje, declarar-se contra a *“equidade de gênero”* também não é fácil. Ainda que persistam os hiatos entre opiniões e práticas, não é de se estranhar que o grau de concordância em todos os países esteve entre 94,5 (Brasil) e 84,1 (Argentina). Neste caso, para as variações de opiniões, conta menos o padrão de renda e positivamente conta mais “ser mulher” e ter mais escolaridade. Moradores(as) das cidades se destacam em quatro países, mas, no Paraguai, rurais e urbanos se equivalem e, na Argentina, são os(as) moradores(as) do campo que mais concordam com a frase.

2 Sobre características da pesquisa de opinião, consultar o Capítulo 2 deste livro.

A ideia da “igualdade entre homens e mulheres” tem várias versões e permite múltiplas apropriações. No que diz respeito ao trabalho, por exemplo, para as mulheres das classes médias e altas, “sair para trabalhar fora” representou uma conquista; já para as mulheres das classes populares, trabalhar fora nos serviços domésticos, na agricultura ou nas fábricas sempre foi visto como necessidade. Não por acaso, esta questão hoje desalinha o tripé renda/educação/urbanidade. Tais fatores costumam funcionar juntos como indicadores de liberalidade ou modernidade. O importante a sublinhar aqui, porém, é que esta geração juvenil já convive com o constrangimento social produzido não só pelo ideário feminista, mas também com referências legais contra a violência doméstica e de gênero. Assim, compreende-se porque, neste caso, a idade dos entrevistados não faz diferença.

Quanto à afirmação “*não há problema que os ricos vivam em condomínios fechados*”, o grau de concordância maior alcançou a casa dos 70 (78,7% no Brasil e 71,3% na Argentina), Uruguai, Chile e Paraguai ficaram na casa dos 60, e Bolívia expressou o menor índice: 47,4%. No Brasil e na Argentina, que estão no topo do *ranking*, esta “solução” para questões de violência encabeça a lista. Nos outros países, talvez, a correlação entre *desigualdades sociais/ violência/ aceitação da segregação socioespacial* não seja tão óbvia. De qualquer forma, em todos os países, a renda fez diferença, são os(as) mais ricos(as) que concordam mais. Surpreendentemente, porém, de maneira geral, o grau de escolaridade contou menos e houve maior patamar de acordo na área rural. Neste sentido, diante de correlações díspares, o fato da questão etária também não ter feito diferença nesta resposta não pode ser alinhado como um indicador de postura democrática ou antidemocrática.

Nos três casos anteriormente citados, podemos observar as juventudes como espelhos retrovisores das sociedades nas quais vivem. Na América do Sul, a *liberdade de expressão* e a *equidade de gênero* já são consideradas indicadores de cultura democrática. Já a segregação socioespacial é ainda um assunto-tabu. Perante os índices de violência e o crescimento das periferias urbanas (muitas vezes, sob a égide do tráfico de drogas), os condomínios fechados aparecem como “mal necessário” e a dinâmica espacial das cidades é vista pela ótica da segurança, e não da democracia.

Vejam, agora, as respostas dadas para questões mais controversas: *o aborto deveria ser legal, ou seja, não deveria ser considerado crime?; deve haver pena de morte?; o consumo de maconha deve ser legal?; não há problemas que um professor homossexual dê aulas para menores de idade?* Nestes casos, pode-se observar sutis deslocamentos de opinião de jovens com relação às pessoas adultas.

Quatro temas polêmicos

TABELA 10 | DEVE HAVER PENA DE MORTE?

CONCORDAM que deve haver pena de morte:

	Jovens %	Pessoas adultas %
CHILE	56	61
ARGENTINA	45	48
BRASIL	46	45
URUGUAI	44	38
BOLÍVIA	43	48
PARAGUAI	30	32

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

TABELA 11 | O ABORTO DEVE SER LEGALIZADO?

CONCORDAM com a legalização do aborto:

	Jovens %	Pessoas adultas %
URUGUAI	56	53
ARGENTINA	36	46
CHILE	36	31
BRASIL	23,5	22
BOLÍVIA	16	18
PARAGUAI	15	11

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009**TABELA 12 | O CONSUMO DA MACONHA DEVE SER LEGALIZADO?**

CONCORDAM com a legalização do consumo da maconha:

	Jovens %	Pessoas adultas %
URUGUAI	45	27,5
CHILE	37	22
ARGENTINA	23	17
BRASIL	22	15,5
BOLÍVIA	7	7
PARAGUAI	6	7

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009**TABELA 13 | OS HOMOSSEXUAIS PODEM DAR AULAS PARA CRIANÇAS?**

CONCORDAM que não existe problema que um homossexual dê aulas para crianças:

	Jovens %	Pessoas adultas %
URUGUAI	84	71
CHILE	56,3	43,7
ARGENTINA	62,8	57,6
BRASIL	80,3	74
BOLÍVIA	42,8	35,4
PARAGUAI	53,4	36

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

Em geral, foi baixa a **aceitação da legalização do aborto**. Em um extremo, está o Uruguai, com pouco mais da metade da população (53,5%), e a Argentina, com menos da metade (43,4%). O Chile (32,5%) e o Brasil (22,7%) ficam em situações intermediárias e nos limites inferiores estão a Bolívia (17,2%) e o Paraguai (12,5%). Em todos os países, observa-se que maior renda e maior grau de escolaridade resultam em maior aceitação (com exceção da Bolívia). Já o pertencimento religioso e o sexo feminino favorecem menor aceitação. Com relação à legalização do aborto, o **que dizer do recorte etário? Na Argentina e na Bolívia, as pessoas adultas são mais favoráveis; no Brasil, não faz diferença; enquanto no Paraguai, no Chile e no Uruguai, são os(as) jovens os(as) que mais aceitam**. Neste caso, em que ser contra se justifica por aspectos morais e crenças religiosas, e ser a favor remete a questões de saúde e ao “direito das mulheres ao próprio corpo”, os(as) jovens parecem tão divididos(as) quanto as sociedades onde vivem, mas chama a atenção o fato de em três países os(as) jovens serem mais favoráveis ao aborto que as pessoas adultas.

Também o **grau de concordância com a “pena de morte” revela sociedades divididas**. O Chile encabeça esta lista, com 56,3%. Na casa dos 40% estão Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia. Sendo que o Paraguai se destaca pelo menor grau de aceitação (em torno dos 30%). Ser mulher ou ser homem influencia pouco. Já o grau de escolaridade médio e alto aumenta a concordância na Argentina, Brasil, Chile e Bolívia; mas não faz diferença no Paraguai. No Uruguai, os(as) que estudaram mais são os(as) que mais se opõem à pena de morte. Já o padrão de renda só é significativo no Paraguai, onde as respostas indicaram: maior renda, maior aceitação. O setor de residência não faz diferença na Argentina e na Bolívia. Já no Brasil e no Uruguai, a pena de morte é mais aceita na área rural e, ao contrário, no Paraguai e no Chile, é mais aceita na área urbana. Como se vê, este tema, que também remete à problemática atual da violência e falta de segurança, produz correlações díspares. A idade influencia? Tudo indica que sim. Salvo no Uruguai, onde o grau de aceitação fica na casa dos 40% e a pena de morte é rechaçada por quem tem mais escolaridade, nos cinco países restantes, **a pena de morte é mais rechaçada por jovens que por pessoas adultas**.

Por outro lado, **de maneira geral, é bastante baixo o grau de concordância com a legalização do consumo da maconha nos seis países**. Entre os(as) que mais aceitam estão o Uruguai (32%) e o Chile (26%). A Argentina (com 18,8%) e o Brasil (com 17,5%) ficam em posições intermediárias. O Paraguai (com 7,1%) e a Bolívia (com 6,8%) revelam menores graus de aceitação. No cômputo geral, os homens estão mais de acordo que as mulheres. Maior escolaridade e renda também jogam a favor da maior concordância (exceto na Bolívia). Em termos de local de moradia, há disparidades: no Paraguai, não faz diferença; na Argentina, Chile e Uruguai, a população urbana é mais favorável; e no Brasil e Bolívia, a maior concordância se dá na área rural. Já no que diz respeito ao recorte geracional: **em todos os países, os(as) jovens concordam um pouco mais que as pessoas adultas com a legalização do consumo da maconha**. Neste caso, as diferenças menores ficam na Bolívia e no Paraguai; as intermediárias, com Brasil e Argentina; e as maiores, com o Chile e o Uruguai.

Como se sabe, a *legalização do consumo da maconha* é bandeira de grupos de jovens ativistas em todos os países, com destaque para o Uruguai (ver estudo das situações-tipo). A concordância entre os(as) jovens, porém, não pode ser atribuída diretamente ao trabalho destes grupos. Pode advir de situações contraditórias vivenciadas pelos(as) jovens de hoje.

A maconha está presente em todos os espaços de socialização e sociabilidade juvenil (escola, universidade, locais de lazer), como nunca esteve em outras gerações. Certamente, a maioria dos(as) jovens não pode ser classificada como traficante e nem como consumidores(as). Até mesmo porque pesquisas mostram que o uso do álcool predomina entre jovens. Ou porque hoje o crack (pasta-base) se dissemina entre jovens pobres e chega com rapidez entre jovens na classe média. De qualquer forma, porém, para os(as) jovens desta geração, o tema das “drogas” é onipresente: interfere na escolha de amigos(as), de espaços de lazer, provoca mortes prematuras, impõem estratégias de sobrevivência. Por outro lado, a vida dos(as) jovens de hoje também é pontilhada de histórias sobre humilhações e extorsões presentes em suas relações com as polícias corruptas que tiram proveito da legislação proibitiva. Tal convivência cotidiana, a nosso ver, contribui para que os(as) jovens sejam mais realistas (e menos hipócritas?) que os(as) adultos no que diz respeito às fronteiras tênues entre drogas legais e ilegais.

Já no que diz respeito à concordância sobre **“não haver problemas que um homossexual dê aulas para crianças”**, temos o Brasil (76%), o Uruguai (74,9%) e a Argentina (60,5%) encabeçando o *ranking* de concordância; o Chile (47,8%) e o Paraguai (42,4%) ficaram em posições intermediárias; e

a Bolívia, com menor grau de aceitação (38,2%). Em todos os países, maior renda e escolaridade geram maior aceitação. Em cinco países (a exceção é a Bolívia), a menor aceitação é no meio rural. Em quatro países, as mulheres se revelam mais tolerantes, mas no Chile sucede o contrário. Na Bolívia, não se nota diferença nas opiniões de homens e mulheres sobre o assunto.

Contudo, **“em todos os países, a questão geracional faz diferença: há maior concordância entre jovens de que não há problemas que um homossexual dê aulas para crianças”**. As diferenças entre pessoas adultas e jovens que concordam chegam a 13% e a 12,6% no Uruguai e no Chile, respectivamente; alcançam a casa dos 6% a 7% no Brasil, Bolívia e Paraguai; e são 5,2% na Argentina. Ou seja, por meio das respostas dos(as) jovens, é possível perceber que esta geração juvenil já convive com a censura social a preconceitos contra diferentes orientações sexuais.

Ainda não de maneira consolidada, como é o caso da equidade entre homens e mulheres, este deslocamento no interior da ideologia machista entre os(as) jovens também pode ser visto como resultado de conquistas mais recentes de grupos ativistas. Os(as) jovens desta geração convivem cotidianamente com casais homossexuais, são informados(as) sobre paradas gays, deparam-se com comércio de itens de consumo especializado para pessoas de diferentes orientações sexuais etc. Além disso, no espaço público estão presentes sanções (legais e morais) que inibem manifestações homofóbicas. Assim, a legislação e as organizações de Direitos Humanos interferem na seleção do que se pode ou não dizer em público. Não podemos dizer que tal interferência anule preconceitos. Seja, porém, pela maior convivência, seja pelo constrangimento legal, há tendência de que os(as) jovens (mais que os(as) adultos) incorporem a questão da diversidade de orientações sexuais.

Outro exemplo das relações entre os(as) jovens e as questões de seu tempo pode ser dado no que diz respeito às questões ecológicas. Em um outro bloco de questões, perguntava-se: **seu maior medo na atualidade é...** Após apresentar uma lista com sete opções, pedia-se aos(as) entrevistados(as) que assinassem uma opção. A violência (contra a família) foi assinalada como o maior temor, seguida da violência contra si. Em terceiro lugar, surpreendentemente, destacou-se o temor de “*que falte água no planeta*”, opção que suplantou até mesmo o medo de ficar sem trabalho. Na composição deste *ranking*, os(as) mais jovens demonstraram ter incorporado – em seu discurso público – a preocupação ecológica.

Foto | Chile / Arquivo CIDPA



Jovens e pessoas adultas identificam obstáculos, problemas e demandas juvenis

TABELA 14 | Maiores problemas para a juventude hoje (em %)

	PAÍS											
	ARGENTINA		BRASIL		CHILE		BOLÍVIA		PARAGUAI		URUGUAI	
	IDADE II		IDADE II		IDADE II		IDADE II		IDADE II		IDADE II	
	jovem	adulto	jovem	adulto	jovem	adulto	jovem	adulto	jovem	adulto	jovem	adulto
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Transporte precário e caro	6,40	5,30	6,90	8,00	16,9	15,0	10,8	12,0	13,5	14	13,5	9,30
Indiferença e falta de ação dos jovens	16,3	17,5	12,3	12,7	12,9	17,3	18,1	16,8	14,1	12,5	15,1	20,3
Conflitos políticos	9,30	7,20	9,00	8,10	9,10	7,10	17,1	13,7	14,8	13,9	6,20	6,80
Violência / falta de segurança	42,5	43,6	45,6	47,4	27,8	33,4	30,0	31,3	45,2	45,3	42,5	39,1
Desrespeito aos seus direitos	12,9	11,4	10,3	11,6	14,8	14,1	19,8	17,7	12,6	13,9	15,0	14,3
Educação de baixa qualidade	38,1	47,9	36,1	38,4	45,8	45,1	36,4	40,7	36,0	35,2	29,2	37,8
Dificuldades relativas ao trabalho / emprego	25,8	27,9	31,6	33,2	28,2	26,1	17,4	19,8	27,1	31,3	30,7	37,0
Preconceito / discriminação racial e étnica	12,4	7,90	18,0	10,3	9,20	6,30	16,6	12,7	3,50	2,60	10,6	6,5
Dificuldade de acesso à arte e à cultura	2,90	2,30	7,60	6,50	5,20	3,60	3,80	4,00	3,50	3,30	3,50	3,00
Pobreza	29,9	24,9	20,4	20,7	26,9	27,6	24,2	24,9	28,8	26,6	30,7	22,6
Nenhuma delas	0,10	0,20		0,10		0,30	0,30	0,40		0,20	0,30	0,20

Fonte: Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional, Ibase, Pólis, 2009

No Brasil, no Paraguai e no Uruguai, a violência é mais citada. Na Argentina, no Chile e na Bolívia, a educação de baixa qualidade vem antes. A seguir, aparecem as dificuldades relativas ao trabalho/emprego e à pobreza se revezando nos países em terceiro e quarto lugares.

Para a pergunta “*Quais os maiores obstáculos para que os jovens vivam melhor o presente e conquistem o futuro?*”, em todos os países, obtivemos as seguintes respostas: educação de baixa qualidade e violência/segurança. No Brasil, no Paraguai e no Uruguai, a violência vem antes da educação. Na Argentina, no Chile e na Bolívia, a educação fica em primeiro lugar e a violência, em segundo. Depois, em terceiro e quarto lugares, revezam-se trabalho/emprego e pobreza.

Quando a pergunta é “*O que é mais importante para um jovem hoje?*”, em todos os países, os(as) entrevistados(as) elegeram “ter mais oportunidade de trabalho” seguido por “estudar e ter um diploma universitário”.³

Nas duas perguntas citadas anteriormente, não são significativas as diferenças entre as respostas de jovens e pessoas adultas. Uma diferença geracional importante aparece, entretanto, quando se pergunta sobre “*A qualidade mais importante para que um jovem consiga trabalho*”. Neste caso, experiência e grau de escolaridade estão no topo do *ranking* de todos os países. **Contudo, pessoas adultas apostam mais na escolaridade e jovens, mais na experiência.** Isso indica que os(as) jovens desta geração sabem – por observação do que acontece com outros jovens ou por experiência própria – que os diplomas são importantes, mas que não garantem, necessariamente, um emprego condizente com o grau de escolaridade atingida.

TABELA 15 | Qualidade mais importante para que um(a) jovem consiga trabalho (em %)

Categoria	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	BOLÍVIA	PARAGUAI	URUGUAI
Experiência	27.3	36.8	23.5	50.6	33.9	26.6
Grau de escolaridade	35.3	37.4	38.5	12.9	26.6	27.9
Recomendação de pessoas influentes	13.2	10.2	14.9	10.2	19.3	14.3
Aparência	4.8	2.6	6.4	2.2	2.6	5.3
Conhecimento de novas tecnologias	14.7	11.0	12.6	20.0	16.2	24,9
Idade	4.1	1.9	3.5	3.2	1.0	3.1
Nenhuma das anteriores	0.7	0.1	0.5	0.8	0.5	1.2

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

3 Ver conjunto de tabelas sobre o que é ser jovem hoje, no capítulo 3, págs. 42 a 44.

Por outro lado, a pesquisa de opinião nos permitiu perceber que há, nos seis países estudados, um considerável grau de concordância sobre quais são os principais problemas dos(as) jovens e sobre as prioridades que deveriam ser consideradas em cada país. Quando se solicitou que cada entrevistado(a) escolhesse os projetos e as ações que deveriam ser prioritárias para a juventude, destacou-se o tripé *educação, trabalho e saúde* (em particular, questões ligadas à gravidez adolescente e às doenças sexualmente transmissíveis).

No geral, estas áreas são citadas tanto para pessoas adultas como para jovens. A não ser na Bolívia, onde as pessoas adultas apostam mais na educação que os(as) jovens, e no Uruguai, onde a área de Saúde adquire maior importância para os(as) jovens. Já as questões referentes à *inclusão de minorias, transporte gratuito e políticas de redução por drogas* são mencionadas por mais jovens que pessoas adultas em três países pesquisados.

Outra pergunta testou a mesma hierarquia: “*Se você fosse presidente, qual seria sua prioridade?*”. Entre as sete alternativas apresentadas, novamente *educação, trabalho e saúde* se destacaram, seguidas por segurança com direitos humanos, transporte e cuidado com o meio ambiente. Se nestas respostas, renda e grau de escolaridade podem influenciar as respostas com algumas mudanças de ordem entre educação e transporte, por exemplo, a idade não acarreta diferenças nas respostas.

Por fim, nos interessa destacar aqui mais uma questão. Cada país escolheu quatro manifestações juvenis que tiveram alguma repercussão na imprensa e se solicitou aos(as) entrevistados(as) que manifestassem sua concordância ou discordância. Nas respostas, destacaram-se manifestações referentes às demandas de educação (qualidade, acesso, transparência dos recursos investidos). Em seguida, destaca-se a concordância com movimentos em torno do transporte escolar (meia passagem e gratuidade). No Paraguai, particularmente, recebeu grande adesão a alternativa: “*participação de jovens em protestos contra o uso de agrotóxicos*”. No quadro apresentado, demandas clássicas são atualizadas e novas *demandas de cultura esporte, lazer e direitos humanos vão sendo introduzidas*. Todos esses exemplos vêm corroborar uma certa continuidade entre o que pensam sobre a juventude maioria e minorias estatísticas.

Percepção das desigualdades e de distintas formas de discriminação

Em todos os países, o sentimento de discriminação é maior entre jovens que entre pessoas adultas. É possível dizer que os jovens(as) são sempre mais sensíveis e acusam, em maior proporção, a existência de desigualdades e discriminações. Manifestam opinião mais homogênea que as pessoas adultas, sendo suas respostas menos permeadas por diferenças de renda e escolaridade, fatores que tendem a pesar bastante, no conjunto, na percepção da existência de discriminações. É importante pontuar, nesse sentido, que as discriminações mais sentidas são as que dizem respeito à pobreza e suas marcas, seguidas (e, muitas vezes, combinadas) pelas discriminações de cunho racial ou regional.

(Relatório de pesquisa de opinião do Brasil, **Pesquisa Juventudes Sul-americanas**, Ibase / Pólis, 2009)

Em resumo

As juventudes destes seis países sul-americanos se constituem no espelho retrovisor das sociedades em que vivem. Tal espelho reflete marcas conservadoras, incoerências e contínuas transformações culturais. Neste sentido, falar sobre estas juventudes é falar sobre processos sociais em curso nestes países da América do Sul.

Olhadas na perspectiva geracional comparativa, porém, as respostas indicam que os(as) jovens de hoje – mais que as pessoas adultas – estão propensos(as) a absorver as questões que fazem parte dos embates atuais que conformam o espaço público no tempo presente.

Ao mesmo tempo, pessoas adultas e jovens demonstram ter considerável consenso sobre quais são os problemas e necessidades dos(as) jovens de hoje. Por outro lado, pensando em demandas juvenis, e considerando particularmente a resposta dos(as) jovens entrevistados(as), a mesma pesquisa nos permitiu constatar que: as percepções da maioria de jovens dos seis países, sobre os atuais problemas que afetam suas vidas, guardam significativas semelhanças com a agenda pública que vem sendo construída por grupos, movimentos e redes que se constituem hoje em “minorias juvenis ativas”.

Foto | Uruguai / Arquivo Cotidiano Mujer e FCS Udelar



DISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO: demandas constroem atores e agendas

05

Nem todas as desigualdades, discriminações e injustiças que envolvem os(as) jovens nos seis países pesquisados são percebidas hoje como “problemas sociais”, assim como nem tudo que é classificado como “problema social” chega a se traduzir em demanda.

Como se sabe, a palavra “demanda” é utilizada de diferentes maneiras na linguagem cotidiana e no âmbito das Ciências Sociais. No *Projeto Juventudes Sul-americanas*, as questões que – socialmente reconhecidas como “problemas da juventude” – são levadas ao espaço público, em busca de respostas da sociedade e dos governos, são pensadas como *demandas*. Nos seis países estudados, tanto mediadores(as) – educadores(as), políticos, representantes religiosos, agentes comunitários, pesquisadores(as), agências de cooperação internacional – como atores juvenis de diferentes tipos têm se apresentado publicamente como portadores(as) de *demandas juvenis*, apresentando problemas e propondo soluções que buscam ser legitimadas como parte da “questão social” atual.

DEMANDAS JUVENIS: DO PONTO DE VISTA DE GRUPOS, REDES E MOVIMENTOS

Embora os(as) jovens que participam de ações coletivas sejam minorias estatísticas com relação ao conjunto da juventude, suas motivações guardam continuidades com os problemas e as necessidades de sua geração. No âmbito dos diferentes grupos, redes e movimentos juvenis, demandas se traduzem em “causas”, “reivindicações”, “bandeiras de luta”. É disto que trataremos a seguir.

Estudamos 19 **situações-tipo** distribuídas nos seis países envolvidos no *Projeto Juventudes Sul-americanas*. Como já foi dito no início deste livro, por meio do estudo de uma variedade de situações e espaços de participação juvenil, entre os problemas e contradições que atingem diferentes juvenis, foi possível destacar pontos de intercessão. Chegamos, assim, às seis demandas que favorecem à construção de uma agenda comum.

» Educação pública de qualidade

A demanda mais presente nos segmentos juvenis estudados foi a educacional. Constataram-se práticas discriminatórias, processos de exclusão, mecanismos de reprodução de desigualdades que caracterizam o sistema educacional dos diferentes países. Já não se trata mais apenas de “direito à educação” ou ampliação do “acesso à escola”. A busca é por **educação pública, gratuita e de qualidade**. Para esta geração, trata-se de buscar: *maior qualidade* (melhores professores/as, currículos mais condizentes com a realidade atual e com as novas tecnologias que caracterizam a sociedade do conhecimento); *mais flexibilidade* (necessidade de calendários adaptados para combinar trabalho e estudo nas cidades e na área rural); *garantia de continuidade* educativa (secundária, técnico-profissional, universitária).

Educação de qualidade é uma demanda comum aos(as) jovens de todos os graus educativos. Para as jovens empregadas domésticas da Bolívia, acesso à educação significa ser alfabetizada e completar o ciclo educativo básico. Para jovens negros(as) ouvidos(as) no Brasil, “educação de qualidade” significa a implementação de cotas raciais que lhes deem acesso às universidades públicas. Para jovens rurais ou em situações de exclusão, a reformulação e ampliação do ensino médio (urgente nos seis países) significa a possibilidade de dar continuidade aos estudos e melhorar as condições de inserção produtiva.

» Trabalho digno e novas oportunidades de inserção produtiva

A questão do trabalho está presente de forma contundente nas preocupações da atual geração juvenil. Tem lugar central em sua vida. Enfrentando a precarização das leis trabalhistas, o desemprego, a concentração fundiária, a mecanização, as mudanças tecnológicas e as discriminações ditadas pelo fato de serem jovens, os(as) entrevistados(as) buscam oportunidades para trabalhar e se emancipar. Não demandam simplesmente trabalho, mas “trabalho digno” que assegure remuneração condizente e direitos trabalhistas. E, também, buscam incentivos públicos para o desenvolvimento de **novas ocupações criativas** na área da cultura, da agroecologia, das ocupações sociais. Para certos grupos, o objetivo é aliar inserção produtiva (individual ou em grupo) e os valores da economia solidária.

Trabalho digno e criativo é uma busca geracional comum. Para os(as) jovens trabalhadores(as) das classes populares, significa encontrar mecanismos para coibir a superexploração da força física dos(as) jovens; a discriminação salarial; a ausência de contratos. Para jovens estudantes, a demanda *trabalho digno* remete tanto ao desejo de encontrar um posto de trabalho no futuro como a, no presente, encontrar oportunidades de estágios que realmente representem aprendizado profissional.

» Cultura: valores e acessos à fruição e à produção cultural

Para a maioria das juventudes estudadas, trata-se de ampliar possibilidades de acesso e escolha de como usar o tempo livre, desfrutar dos momentos de lazer e ter acesso ao patrimônio cultural material e imaterial de seu país. Neste cenário, o “acesso à cultura” é visto como um direito a ser demandado. Por outro lado, nesta geração, ampliou-se significativamente o número de jovens voltados(as) para produções artísticas geradoras de pertencimentos, identidades e renda. Por meio da demanda “cultura”, convocam-se os poderes públicos tanto para garantir meios para lazer e fruição cultural para diferentes segmentos juvenis como para o reconhecimento e o apoio às diferentes manifestações artísticas produzidas e apreciadas pela juventude.

O acesso à cultura é uma demanda de redistribuição e de reconhecimento. Remete ao fato de que os equipamentos culturais estão concentrados em áreas centrais e nobres das cidades e longe dos(as) jovens do campo. Por outro lado, remete também a diferentes estilos e expressão cultural que têm sido marcantes entre jovens vulnerabilizados(as) por preconceitos étnicos, raciais e por serem moradores(as) de favelas e periferias.

» **Vida segura: valorização da diversidade e direitos humanos**

Esta geração de jovens sul-americanos(as) é afetada por diferentes formas de violência, física e simbólica. Uma das dimensões estudadas está relacionada ao direito à memória, negado pela violência política do regime militar. Em outras situações estudadas, segmentos juvenis socialmente vulnerabilizados dirigem-se ao poder público para reverter preconceitos e discriminações (étnicas, de gênero, por local de moradia). Em parte delas, menciona-se a opressão advinda dos confrontos entre o tráfico de drogas e as polícias que, em geral, sempre tratam quem é jovem como principal suspeito.

A concepção de “vida segura” deve articular o combate à violência com os demais eixos da agenda pública de juventude (educação, trabalho e cultura). Não por acaso, no combate às distintas formas de violência, amplia-se a referência aos direitos humanos ampliados (Desca). As Políticas Públicas de Juventude na área de Segurança devem contemplar: a) a busca de justiça e dos direitos de cidadania; b) o combate aos preconceitos e a valorização da diversidade cultural juvenil.

Recado de uma jovem negra para a Polícia Militar brasileira:

“Queremos a Juventude Negra VIVA. Pelo fim do extermínio programado dos(as) jovens negros(as).”

Jovem participante do grupo de diálogo regional, RJ, 2009

» **Sustentabilidade socioambiental: cuidado com o meio ambiente e qualidade de vida juvenil**

Nas situações estudadas, registram-se diferenciadas evocações da questão do meio ambiente e da ecologia. Daí resultam tipos diversos de ações coletivas e inéditas possibilidades de articulação intergeracional e entre jovens de classes sociais diferentes, urbanos e rurais.

A “educação ambiental”, formal e não formal, é vista como uma importante via para favorecer a circulação de informações e proporcionar elementos para negociação, escolhas e pactos societários.

Pelo caminho da ecologia, jovens da cidade e do campo se conectam com as questões de seu tempo, fazendo dialogar velhos problemas com novas motivações. Em um momento quando se esgotam oportunidades nas carreiras tradicionais e há tanta preocupação sobre o futuro do planeta, a perspectiva ecológica também acena para o fortalecimento de novas áreas de profissionalização (agentes comunitários ambientais, turismo ecológico, produtos certificados etc.).

» **Meios de transporte e locomoção (entre o campo e a cidade, pelos espaços urbanos)**

Distâncias geográficas e segregação socioespacial transformaram, nas últimas décadas, a falta de transporte em um obstáculo para o acesso a outros direitos fundamentais, como à educação, ao trabalho, à saúde.

Tanto para jovens que vivem em áreas rurais como para jovens que vivem nas grandes cidades, *a falta de linhas de transporte ou de dinheiro para pagar o transporte* tornou-se um ponto definidor de restrições para continuar estudando, para conciliar estudo e trabalho, para ter acesso ao lazer e à convivência juvenil.

Pensado da ótica do “direito à cidade”, o transporte público deveria assegurar à juventude a possibilidade de circular e se apropriar dos equipamentos urbanos. Não por acaso, o acesso ao transporte tem sido um dos motes de algumas das mais expressivas manifestações públicas de estudantes do ensino médio na região. Movimentos conhecidos como a “Revolta do Buzú”, na Bahia, Brasil, e as Manifestações da Federação Nacional de Estudantes Secundaristas, no Paraguai, são bons exemplos. Essas manifestações envolvem os(as) jovens em negociações entre poderes públicos e empresários do transporte e têm sido ocasião de renovação do movimento estudantil.

Após o estudo das “situações-tipo”, essas demandas foram submetidas a 36 grupos de discussão (*focal groups*). Os(as) participantes dos grupos confirmaram as seis demandas sugeridas e argumentaram sobre a necessidade de incluir mais uma: acesso aos equipamentos de saúde, que leve em conta a vivência da atual condição juvenil.

» **Acesso a equipamentos de saúde apropriados para as necessidades dos jovens de hoje**

Esta também é uma demanda comum com significados bastante diferenciados. Enquanto para os grupos feministas remete à sexualidade e aos direitos reprodutivos, para os(as) jovens camponeses(as) paraguaios(as), esta demanda está intimamente relacionada ao cuidado com o meio ambiente e ao controle do uso de agrotóxicos, parte integrante do modelo produtivo de agricultura mecanizada que ameaça a saúde. Para jovens dependentes químicos, significa acesso ao sistema de saúde na perspectiva conhecida como “redução de danos”.

FOTO | Paraguay / Arquivo Base-IS



Saúde como demanda juvenil

Os(as) jovens têm necessidades particulares no campo da saúde, não somente na linguagem, mas também no conteúdo e na forma da atenção. Neste momento do ciclo de vida particularmente saudável do ponto de vista de constituição biológica, grande parte dos problemas de saúde decorrem dos modos de viver a vida, dos hábitos e comportamentos em sua busca de definição identitária e satisfação pessoal. Assim, a especificidade da juventude no campo da saúde está ligada à particular inserção dos(as) jovens no mundo social.

Os(as) jovens aparecem, então, ligados a temas como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, abuso de drogas, acidentes de trânsito, homicídios e agressões resultantes do envolvimento em situações de violência.

No entanto, há múltiplos fatores na geração do adoecimento: precárias condições de vida, trabalho, cultura e lazer etc; exclusão social que nega o acesso aos direitos fundamentais de cidadania (educação, saúde em geral, assistência social, cultura, esporte, lazer).

Assim, é preciso alargar a compreensão desse contexto peculiar da vida juvenil para não limitar a abordagem de saúde às ações de caráter preventivo que são propostas contra eventuais comportamentos de risco, em uma perspectiva de controle social. É preciso abrir um novo horizonte de promoção da saúde, ofertando suporte social à realização de seus projetos de vida. Tal compreensão amplia o papel das políticas públicas de saúde e da ação de seus(suas) profissionais. Sugere a demanda por políticas articuladas de promoção da qualidade de vida dos(as) jovens.

SEIS SUGESTÕES

1. Criação de **equipamentos múltiplos**, como os **centros de juventude**, espaços para convivência dos(as) jovens, entre si e com os(as) agentes públicos, por meio dos quais informações podem ser disseminadas, demandas podem ser expressas e acolhidas, e ações podem ser formuladas, debatidas e programadas.
2. Criação de um **sistema de informação** sobre serviços voltados a jovens.
3. Formação de **recursos humanos** para o trabalho com juventude. Agentes locais das políticas públicas precisam ter uma escuta afinada e condições de acolhimento adequado à singularidade e pluralidade da condição juvenil.
4. Educação em saúde por meio da abordagem de jovens por outros(as) jovens (**educação por pares / jovens multiplicadores/as**).
5. Criação de grupos de usuários(as) que tenham participação ativa na elaboração, implementação e avaliação das ações de saúde com a juventude. Reconhecer, promover e fortalecer o protagonismo juvenil é, em si mesmo, uma ação de saúde.
6. Implementar as políticas de saúde mental em estreita ligação com as políticas de cultura e de educação e prontidão no acolhimento dos sinais importantes de sofrimento psíquico na juventude (atenção à crise).

Fonte: entrevistas com profissionais da área de Saúde e com jovens que participaram de grupos voltados para saúde reprodutiva ou que demandam "políticas de redução de danos".⁴

⁴ Ver também documento de Conclusão Projeto Juventude. Instituto Cidadania, Brasil, 2004.

Posteriormente, os **grupos de diálogo nacionais**, realizados em cada país, e o **grupo de diálogo regional**, realizado no Rio de Janeiro, retomaram a reflexão sobre as demandas juvenis. As sete demandas foram ratificadas e, por sugestão de uma parcela dos(as) participantes, agregou-se ainda uma nova demanda: a habitação.

» Acesso ao crédito jovem para habitação de jovens nas cidades e no campo

“As demandas são transversais a todas as faixas etárias porque se uma se beneficia, acaba beneficiando, também, o resto da população. Mas tem demandas que, mesmo sendo gerais, atingem mais os jovens que os adultos e os idosos. Por exemplo, no Uruguai, o maior problema é com a moradia. Eu já tinha falado no Diálogo no Uruguai. Hoje, você não tem a possibilidade de sair de casa porque não tem como pagar o aluguel. O primeiro trabalho geralmente é precário.”

Jovem participante do grupo de diálogo regional, RJ, 2009

Em outros momentos da pesquisa, esta demanda já havia aparecido mas estava, sobretudo, referida à agenda de jovens europeus. De certa forma, ela foi trazida ao debate por intermédio de pessoas e grupos que frequentam espaços internacionais de juventude. Foi incorporada por alguns grupos de diálogo realizados em âmbito nacional e, em seguida, introduzida no diálogo regional. Nos países estudados, a demanda por habitação está sendo reapropriada de acordo com situações concretas de diferentes grupos de jovens.

- » Nas cidades, ela diz respeito à busca de subsídios e créditos especiais para aquisição de moradias para jovens, considerando a instabilidade das novas condições no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, é retomada no âmbito das chamadas políticas territoriais, que visam à melhoria das condições de vida, nas favelas, periferias e conjuntos habitacionais.
- » Na área rural, a demanda por habitação contempla jovens pequenos(as) produtores(as) que já reivindicam acesso à terra e a créditos para trabalhar e, agora, para construir suas casas. Mas contemplaria, também, os(as) jovens que vivem do trabalho agrícola assalariado, a moradia própria poderia dar-lhes maior poder de barganha, evitando, assim, situações de superexploração de sua força de trabalho.

Também nos grupos de diálogo, em âmbito nacional e regional, retomou-se uma clássica questão: a participação seria mais uma demanda dentre outras? Ou, antes, é uma condição necessária e indispensável para o encaminhamento de todas as demandas? Para quais grupos, redes e movimentos juvenis seria uma demanda específica?

Participação: condição indispensável e/ou uma demanda específica?

A reivindicação por espaços de participação apareceu com bastante força ao longo da pesquisa, sobretudo em dois contextos:

- » entre jovens que participavam de movimentos, grupos, coletivos e entidades voltados não apenas para demandas juvenis (por exemplo: os partidos políticos e os sindicatos). Nestes casos, mais “participação” significa mais possibilidades para que os(as) jovens conseguissem ocupar espaços de decisão e de representação no interior de suas organizações;
- » entre jovens que participam de coletivos, grupos, entidades e movimentos diretamente envolvidos na construção da “juventude” como sujeito/ator político. Nesse caso, a participação está associada à abertura de espaços que lhes possibilitem interferir em dinâmicas de pressão e interlocução com instâncias governamentais. Participação aqui significa ter voz na elaboração, execução ou no monitoramento de um programa ou política pública especificamente dirigido aos(as) jovens.

As discussões no grupo de diálogo regional levaram em conta estas duas dimensões, e consideraram:

- » **por um lado, a participação como uma condição indispensável para encaminhamento das outras oito demandas.** Isto é, para lograr respostas para demandas de educação, trabalho, cultura, segurança com direitos humanos, saúde, transporte, sustentabilidade socioambiental e habitação, a participação de diferentes segmentos juvenis é fundamental. Sem esta participação, não há como garantir que – ao reconhecer direitos e promover acessos – governos e sociedades reconheçam as necessidades e identidades específicas de diferentes segmentos juvenis. Assim como a participação é *condição indispensável para renovar relações intergeracionais* e garantir o tão necessário exercício da democracia interna das organizações sindicais e políticas onde convivem jovens e pessoas adultas.
- » **Por outro lado, a participação como demanda específica remete diretamente aos espaços institucionais de construção de Políticas Públicas de Juventude.** Se hoje está em jogo implementar um novo paradigma de Políticas Públicas de Juventude no qual os(as) jovens não sejam apenas “beneficiários(as)”, mas “sujeitos de direitos”, co-responsáveis por programas e ações a eles(as) destinados(as), a participação juvenil nestes espaços ganha novo sentido. Trata-se de implementar canais e mecanismos estáveis de participação que garantam a presença de jovens na validação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas voltadas para jovens.

Desta forma, após o grupo de diálogo regional, a demanda “*participação*” passou a integrar a lista das demandas para a construção de uma agenda comum.

TABELA 16

NOVE DEMANDAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DAS JUVENTUDES SUL-AMERICANAS
1. Educação com qualidade (acesso e continuidade na trajetória escolar).
2. Oportunidades de trabalho digno e criativo.
3. Acesso aos bens culturais e condições para produção artística juvenil.
4. Segurança (com respeito aos direitos humanos e valorização da diversidade juvenil).
5. Cuidado com o meio ambiente para garantir qualidade de vida juvenil no campo e nas cidades.
6. Gratuidade no transporte público para jovens (nas cidades, entre o campo e a cidade).
7. Saúde (acesso a serviços de saúde que levem em conta a atual condição juvenil contemplando direitos reprodutivos; prevenção de DSTs/Aids; programas e ações de redução de danos).
8. Moradia (acesso a crédito específico para habitação juvenil, no campo e na cidade, favorecendo sua emancipação).
9. Consolidação de canais que garantam a participação de grupos, redes e movimentos de jovens na elaboração, avaliação e acompanhamento de programas e ações públicas voltadas para a juventude.

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009 (situações-tipo, grupos focais, grupos de diálogo)

E O DEBATE CONTINUA

Chegar a consensos potencializa o diálogo, mas isso não significa que todas as dúvidas e interpretações divergentes desapareçam para sempre. Mesmo concordando sobre as nove demandas, no decorrer do Grupo de Diálogo Regional, permaneceram questões referentes ao caráter das demandas juvenis. Até que ponto elas se confundem com as demandas de outros sujeitos sociais? Até que ponto elas são específicas?

Certamente, como enfatizaram os(as) jovens participantes do Grupo de Diálogo Regional, as demandas de trabalho, educação, cultura, saúde, transporte, segurança, cuidado com o ambiente não dizem respeito apenas aos(as) jovens. Estes temas se referem às lutas mais amplas da sociedade para se contrapor ao modelo de desenvolvimento hoje vigente. Houve um consenso de que as demandas são de toda a sociedade (gerais ou universais), mas visto que atingem de maneira mais contundente os(as) jovens, elas ganham especificidades, justificando uma pauta particular.

Resolvida a questão? Não. Se as demandas juvenis fazem parte de lutas mais amplas, qual o sentido de fortalecer as organizações juvenis? Não seria mais eficaz e mais importante fortalecer os(as) jovens no interior de organizações da sociedade civil voltadas para esses temas e setores?

Como contra-argumento para essa possibilidade, surgiu outra indagação: se os efeitos do modelo de desenvolvimento vigente atingem de maneira particular a juventude, como garantir que organizações sem recorte etário incorporem as especificidades juvenis nas demandas gerais para contemplar as necessidades dos(as) jovens de hoje?

A conclusão: grupos, redes e movimentos juvenis devem se fortalecer para lograr reconhecimento das demandas juvenis, seja no interior de organizações mais amplas, seja ao lado delas.

PARA NÃO ECONOMIZAR REFLEXÃO: duas questões que permanecem e merecem novos diálogos

“Articular diferentes movimentos juvenis poderia levar a uma hierarquia de demandas? Neste caso, os grupos e as redes com demandas menos gerais ficam sem voz?”

Ou então:

“Como garantir que as organizações mais estruturadas não dominem a pauta e deixem invisíveis certas demandas de grupos minoritários?”

“Como articular demandas de diferentes movimentos juvenis considerando que há diferenças ideológicas, de caráter religioso e moral entre as organizações juvenis que fazem parte da sociedade civil?”

FOTO | Patrícia Lânes / Arquivo Ibase



Trabalho em pequeno grupo durante o Grupo de Diálogo Regional, em Rio Bonito (RJ), em junho de 2009

PARTICIPAÇÃO JUVENIL: identidade/s, distâncias e aproximações

06

Ser jovem e participante

ALGUMAS HISTÓRIAS DE JOVENS SUL-AMERICANOS(AS) (DOCUMENTÁRIO *DÍÁLOGOS*)

IVÁN MELILLÁN, CHILE

“Meu nome é Iván Melillán Raimi, Mapuche Pehuenche, por parte de pai, e Mapuche Huillinche, por parte de mãe. A problemática indígena, sobretudo do meu povo, que é Mapuche, se encontra lamentavelmente numa situação caótica, produto de leis que se aplicam em meu povo por manifestar-se, que, em outras circunstâncias, não se aplicaria, que é a lei terrorista. Estamos catalogados como tal. O conflito está militarizado. As pessoas taxam o Mapuche de incendiário, bêbado, preguiçoso, contestador e o veem do ponto de vista extremista. É lamentável. As coisas não são assim. Já não importa se eles são jogadores de futebol, se são do rap, se são do hip hop, se têm uma ideologia política partidária determinada, isto não nos interessa. Algo nos une: somos todos indígenas. Somos pessoas que vivemos nesta terra e que, portanto, temos de recuperar nossa sabedoria e riqueza ancestral.”

JOHNATHAN ROLANDO ARIPE PORTILLO, BOLÍVIA

“A discriminação que sofremos é da polícia, da sociedade, por vestir roupas largas, pelo modismo que temos de dizer a verdade crua. Às vezes, nos censuram e não nos permitem, nos dão limites para podermos nos expressar. Pensam que o ambiente que nos cerca deveria ser censurado, que o hip-hop é muito violento para as crianças, mas não se dão conta que nos expressarmos é uma forma de fazer poesia. Escrever letras é realmente uma forma de desabafar com um lápis e um papel. Amanhecer pensando como fazer um novo tema, fazer uma rima perfeita para que nos entendam e que realmente deixem de nos discriminar como dizíamos, especialmente a polícia.”

ELYO ULISSES AYALA YAHARI, PARAGUAI

“Faz cinco anos que estou dentro do subcomitê juvenil. Acho que o que mais me motiva é poder mostrar aos jovens que eles podem gerar mudanças. Praticamente, levamos um pouco dos valores que trabalhamos em dois subcomitês, podendo ensinar-lhes alguma profissão e oficinas. São três as coisas importantes: trabalho, saúde e educação, são essas as grandes prioridades que nos motivam, incluindo a mim, para seguir trabalhando com eles. Porém, praticamente, eu me coloco no lugar deles, é muito difícil. No meu caso, por exemplo, meus pais são de escassos recursos e eu, com toda a limitação, pude seguir uma carreira, consegui estudar, fazendo sacrifício: estudar e, além disso, trabalhar.”

RODRIGO FUNES, URUGUAI

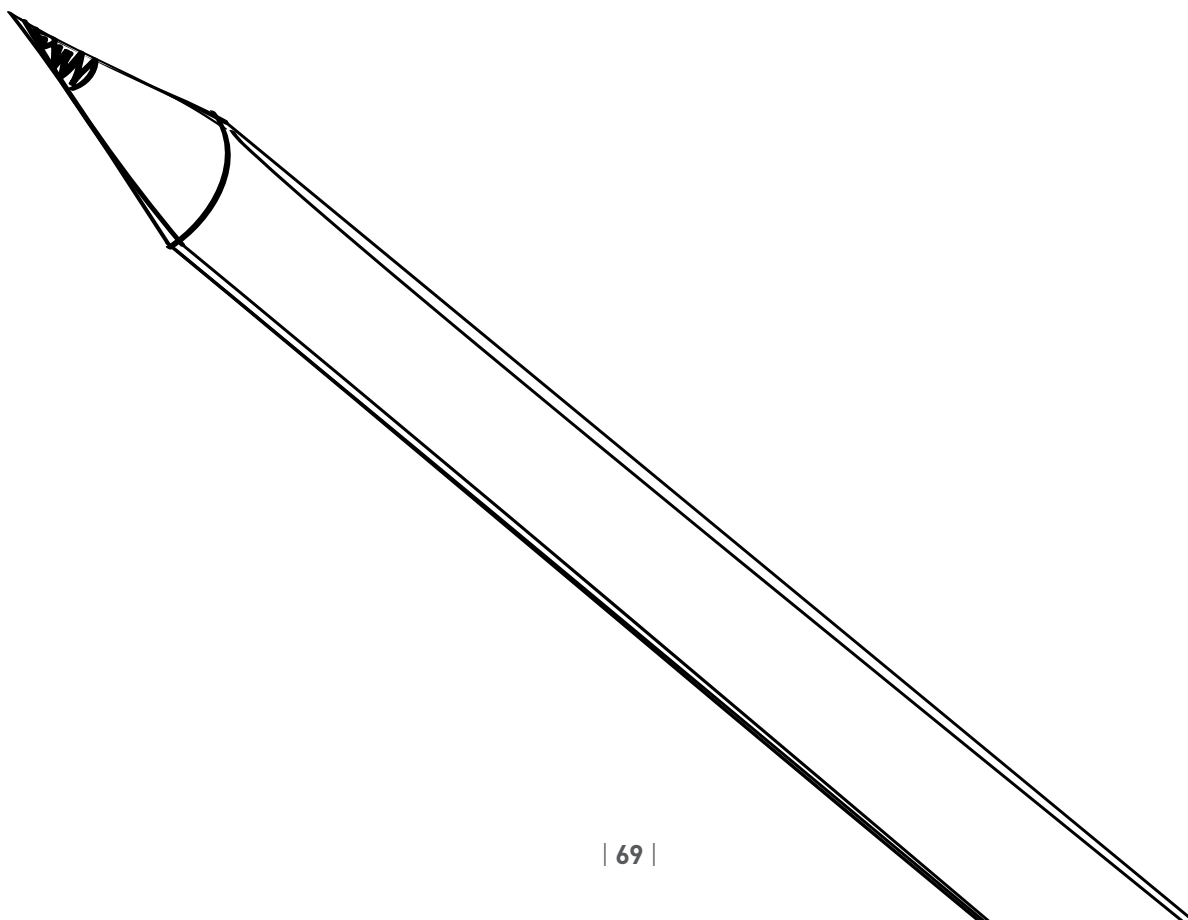
“Tenho 27 anos, sou de Montevideú, faço parte do movimento pela liberação da cannabis. Também sou músico, toco em duas bandas, “El timbre de la tierra” y “Códigos Pirén”. Com “El timbre de la tierra”, a mensagem central é o respeito entre os seres vivos deste planeta, respeito ao meio ambiente, a mensagem de paz e, sobretudo, o tema de revolucionar, mudar, criticar e propor. Também a ideia é transmitir a mensagem, dar informação sobre a cannabis. Não pretendemos fazer apologia às drogas.”

LEONARDO TOLENTINO, BRASIL

“Minha trajetória como militante da diversidade sexual surge quando eu passo, em minha história de vida, a me identificar como gay, como homossexual. Como gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, nós também nos identificamos como jovens, como negros, como pobres, ricos, uma série de outras identidades que nos determina. Porque se pensarmos, por exemplo, em políticas públicas de trabalho, ou mais oportunidades de trabalho, a pergunta é: para quem? O trabalho é uma demanda da juventude, mas é necessário pensarmos para quem é esse trabalho também. Por que as travestis estão fora do mercado de trabalho e só sobra para elas a prostituição, sem juízo moral de se prostituir ou não? Ter isso como única forma de sobrevivência é um problema. Não se pode desconsiderar os aspectos raciais, de orientação sexual, de ruralidade ou urbanidade para pensar essas transformações.”

CÍNTIA MONACO, ARGENTINA

“Minha situação pessoal começou quando comecei a estudar na Faculdade de Ciências Sociais. Aí, comecei a perceber a falta de envolvimento da universidade com a sociedade, com as necessidades mais sentidas da sociedade. Então, em um momento de crise com a profissão, eu disse: ou a deixo ou busco alguma forma de ir canalizando toda essa vontade de fazer algo. Eu vim para outra coisa na universidade, não para estudar Platão, Marx, Weber, etc., e mais nada. Isso também, mas não somente isso. Aí, me aproximei de um grupo universitário chamado “Venceremos” e, rapidamente, começamos a trabalhar nas favelas, jornadas de solidariedade e alfabetização. E quanto mais participamos, mais dados da realidade se vão incorporando. Eu sempre digo, eu terminei meus estudos, sou licenciada em Ciências Políticas, mas a maior parte do conhecimento, aprendi na militância. Estar no trabalho de campo, com as necessidades do povo, permite ver muito além dos textos. Os textos são necessários, mas devem estar articulados com a ‘práxis’. Não tem outra forma. Minha família é totalmente opositora ideologicamente ao que faço. Mas bem, é um processo que cada um tem de ir tratando de manejar também porque a família é importante para todos, mas, no projeto político, cada um decide onde tem de estar.”



Participação: distâncias e aproximações entre jovens e pessoas adultas

Do que participam ou gostariam de participar os(as) jovens em geral? Há diferenças de valores e maneiras de pessoas adultas e jovens participarem? Quais as relações de distância e/ou proximidade entre jovens “em geral” e jovens que participam? O que significa ser um ou uma jovem participante? Estas são algumas perguntas que se procurou responder ao longo da pesquisa, por meio de diferentes técnicas de investigação.

PARTICIPAÇÃO: OLHARES E EXPERIÊNCIAS DE DIFERENTES GERAÇÕES

Em uma pesquisa que compara seis países, chegar a uma conclusão sobre mudanças geracionais de valores e “padrões de participação” não é simples. Por um lado, pode-se dizer que, em geral, nestas dimensões da vida social, as diferenças geracionais influem menos que a história e a cultura política do país de residência. Ao que se pode depreender das informações recolhidas, os pertencimentos a uma determinada sociedade – assim como graus de escolaridade e renda – influenciam mais nas opiniões e práticas que o recorte geracional tomado de maneira isolada.

No entanto, ao entrevistar ao mesmo tempo jovens e pessoas adultas, a pesquisa pode detectar sutis deslocamentos de valores e opiniões que apontam para novas práticas e experiências que aproximam jovens dos distintos países. Tais percepções não são sem consequências para as possibilidades de comunicação entre jovens organizados(as) e a juventude “em geral”. Retomando alguns dados da pesquisa de opinião, realizada entre jovens e pessoas adultas dos seis países, podemos dizer que:

- » religião e esporte são espaços de agregação social. Em todos os países, destaca-se a participação em grupos religiosos católicos e evangélicos, sobretudo na área rural. Quando separamos as respostas por faixa etária, porém, entre os(as) jovens, a participação em grupos esportivos e recreativos supera os grupos religiosos;
- » nas organizações que buscam diretamente incidência política (associações de bairro, partidos e sindicatos), a participação de pessoas adultas é maior que a dos(as) jovens;
- » por outro lado, os(as) jovens conhecem mais e têm maior participação em grupos culturais (música, teatro, dança, mídias alternativas);
- » mais que as pessoas adultas, em todos os países, as pessoas jovens demonstraram maior interesse em participar de alguma organização (exceto em organizações religiosas e rurais onde as intenções são similares ou inferiores da de adultos/as). Entre as organizações que os(as) jovens gostariam de participar, destacam-se as de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

Ainda com o objetivo de comparar as opiniões de jovens e pessoas adultas sobre espaços de participação juvenil, assim como de produzir subsídios para compreender distâncias e proximidades entre jovens que têm e não têm experiências de participação social, cada país apresentou quatro exemplos

de mobilizações conhecidas pela opinião pública pedindo que as mesmas fossem avaliadas pelos(as) entrevistados(as). A análise do conjunto das respostas destaca:

- » das 25 mobilizações avaliadas, 11 dizem respeito à *educação*. Neste contexto, obtiveram alto grau de concordância, em todos os países, as seguintes reivindicações: melhoria na infraestrutura das escolas; subsídios ao transporte escolar; transparência no uso das verbas públicas destinadas à educação; acesso (cotas) para afrodescendentes nas universidades;
- » as manifestações associadas a demandas da juventude rural (acesso à terra e condições de produção agrícola) aparecem em quatro casos (dois no Paraguai; um na Argentina; e outro no Brasil) e têm um patamar de adesão muito menor quando comparadas aos exemplos de educação, com exceção da questão da utilização de agrotóxicos que aparece no Paraguai com alto grau de concordância;
- » entre as manifestações avaliadas, só uma é diretamente relacionada ao mundo do trabalho. Tratava-se da Marcha dos Motoqueiros (*motoboys* que realizam entregas em grande centros urbanos), em Buenos Aires, recebendo 47,7% de aprovação. Em 2001, a Marcha, que teve o objetivo de pressionar pelo reconhecimento da nova categoria e de sua representação (Sindicato Independente de Mensageiros e Cadetes), enfrentou repressão policial;
- » no Chile e Uruguai, foram avaliadas demandas ligadas aos direitos reprodutivos que dizem respeito, respectivamente, às manifestações pela distribuição da “pílula do dia seguinte” e “pela despenalização do aborto”. Em ambos os casos, o grau de concordância (59% e 54%) foi maior que o de discordância, mas os números expressam que a sociedade está dividida sobre o assunto;
- » o maior grau de concordância se deu no Brasil, com as mobilizações de jovens por espaços de esporte e lazer (93,3%) e, em termos de discordância, as “manifestações pela legalização da maconha” no Uruguai (que recebeu 64,6% de discordância);
- » também bastante significativo é o grau de concordância (63,8%) da população argentina – jovem e adulta – com os escraches (manifestações teatrais públicas para denunciar torturadores), realizados pelo grupo HIJOS, formado por filhos(as) de desaparecidos(as) políticos(as).

Certamente, nestas avaliações, temos de considerar que, além da causa em si, também a maneira de se manifestar pode acarretar críticas da sociedade. Nos casos das ocupações de terra no Brasil e no Paraguai e dos motoqueiros na Argentina, a repressão policial parece ter pesado contra.

Em resumo: reafirma-se a legitimidade da demanda educação. Introduce-se o recorte juvenil em demandas de trabalho e saúde. E, ainda, entre as mobilizações feitas por jovens, duas outras “bandeiras” ganham espaço: combate ao uso de agrotóxicos e mobilizações por espaços de esporte e lazer.

SER JOVEM E SER PARTICIPANTE: MAIS UM RECORTE NO INTERIOR DA SEGMENTAÇÃO DA JUVENTUDE?

Como se sabe, a partir da década de 1970, a literatura sobre movimentos sociais reconheceu e legitimou mobilizações que se davam “na esfera da reprodução” (sobretudo, de moradores/as urbanos), assim como ganharam espaço os movimentos identitários, ecológicos, de direitos humanos. A este

legado histórico, sobretudo na década de 1990, a juventude introduz os grupos artístico-culturais, as redes e a possibilidade da participação/solidariedade individual (virtual ou presencial) no inventário das “formas de participação”. Em síntese, estamos vivendo o desafio de encontrar meios para articular velhos, novos e novíssimos espaços de participação.

Observando os resultados da pesquisa de opinião, podemos dizer que, nos seis países estudados, nas organizações tradicionais, como *associações comunitárias, sindicatos e partidos*, a participação dos(as) jovens é um pouco menor que entre pessoas adultas, porém, há jovens nas associações, nos sindicatos e partidos.

Para avaliar a participação no *movimento estudantil*, considerou-se só a parte da amostra que declarou estar estudando. Chegou-se, então, nos seguintes números: Paraguai 18,2%; Bolívia 17,9%; Uruguai 10,7; Chile 6,5%; Brasil 6,5%; Argentina 5,9%.

A pesquisa também demonstra que, em todos os países, os grupos de defesa do meio ambiente só alcançam, no máximo, 6% da população consultada, entre estes predominam jovens. Considerando a média dos países, no conjunto da sociedade, cerca de 5% da população investigada participa de grupos de direitos de minorias (mulheres; homossexuais, indígenas, afrodescendentes) – entre estes e também nas ONGs e grupos de direitos humanos, destacam-se os(as) mais jovens. Por fim, é maior que as pessoas adultas e bastante significativa (entre 40% a 50% jovens do conjunto entrevistado) a quantidade de jovens que participa de grupos culturais.

Certamente, a partir dessas respostas, não podemos ir muito adiante no que diz respeito ao que é “ser jovem participante”. Podemos relacioná-las, contudo, com as informações recolhidas durante as etapas de abordagem qualitativa (situações-tipo e grupos focais), quando ouvimos justamente tais minorias ativas. Dessa escuta, pudemos apreender dois aspectos:

- a) para além dos recortes de classe, gênero, cor/etnia, local de moradia, no seio das juventudes de hoje, há uma outra “minoria”: os(as) jovens que se mobilizam acionando a identidade “juventude”;
- b) no entanto, essa identidade (ancorada em um “recorte etário”) não exige exclusividade e nem sempre prevalece. Trata-se de poderoso agregador de demandas acionado como um amálgama para interligar os diferentes tipos de participação

“A identidade juvenil que opera em certos espaços e situações sociais não é, ela mesma, ‘natural’, referida a uma essência; ela tem de ser descoberta, acionada.”

“Os jovens têm consciência que estes traços os diferenciam “da juventude em geral” (que pode, sim, ser tão individualista e pragmática como “a sociedade em geral”): ser militante também constitui sua identidade, e, em certa medida, os identifica num segmento à parte.”

Relatório grupos focais / Brasil

De fato, as discussões em grupo trouxeram muitos subsídios para pensar sobre o que significa hoje ser “jovem participante”. Segundo os dados obtidos, nem todos os(as) jovens que participam acionam o atributo “ser jovem”. Assim, a identidade juvenil nem sempre se revela necessária para a constituição de sua posição e atuação social e política. A identidade “jovem” pode conviver e se acoplar a outros recortes identitários.

“O mais importante é construir-se como sujeito, parece-me fundamental saber onde você se situa. Entender as demandas de discriminações. (...) esta coisa de conflito de lealdades, não? Bom, o que você é primeiro? Você é mulher? O que você é? Afro? O que você é? Jovem? Não! Então, bom, sou as três coisas... E nessas três coisas sofro violência, e sou discriminada devido a essas três identidades.”

Participante de grupo focal com jovens feministas / Uruguai

“Ser jovem é uma busca de solução dos nossos problemas (...) eu me descobri jovem tem mais ou menos quatro anos.”

Participante de grupo focal com jovens de movimento rural / Brasil

Os depoimentos dos(as) jovens nos grupos focais mostraram que é preciso afastar a ideia de uma identidade juvenil como uma essência. A visão culturalista de identidade – pensada como comunidade de valores *a priori* compartilhados – não é apropriada para pensar a invenção/construção social da juventude como sujeito político que reivindica políticas públicas.

Na verdade, não há uma identidade exclusiva e pronta à espera do momento certo para manifestar um consistente *ethos* juvenil. O que existem são identidades juvenis que se constroem em processos de enfrentamento, oposição, dominação, submissão e resistência. Há momentos e situações nas quais os(as) jovens se veem e agem como “nós coletivo”: nós jovens *versus* a sociedade (que nos exclui, seja por meio das disputas societárias intergeracionais, seja por meio da invisibilidade da juventude nos programas e ações governamentais). Esses momentos coletivos reafirmam pertencimentos prévios e/ou resultam em múltiplos pertencimentos.

Durante o grupo de diálogo regional, jovens ligados a movimentos setoriais (sem cortes geracionais) disseram ter percebido que, atualmente, acionar a “identidade juvenil” é um meio de dar mais peso às demandas de sua categoria. Por exemplo, assim se expressou um jovem que participa de lutas na zona rural. *“Meu coletivo deveria incorporar mais as demandas dos jovens com relação à luta no campo, ganharíamos mais com relação aos governos, pois os jovens de hoje é que vão ser responsáveis pela vida no campo nos próximos anos.”*

A ênfase na “discriminação por recorte etário” é um caminho, um ângulo, uma escolha possível que pressupõe intencionalidade. Isto é, não está dada, pressupõe a participação ativa de sujeitos jovens em sua construção. A única novidade é que, para esta geração juvenil, o “ser jovem” se apresenta como uma fluida identidade agregadora de demandas. Sua finalidade é ganhar trânsito para disputar legitimidade e recursos no espaço público.

Em sociedades estruturadas a partir de contradições de classes sociais, retroalimentadas por desigualdades de gênero, raça, etnia, local de moradia, entre outras, as representações sociais da juventude são produzidas pelo mercado, pelos meios de comunicação e pelo Estado. Neste contexto, “ser jovem participante” evoca uma nova combinação entre as clássicas demandas de educação, trabalho, saúde e cultura que atingem mais fortemente este contingente populacional, com causas identitárias e medos contemporâneos.

Assim sendo, a participação pode ser vista como mais um vetor de diferenciação interna da juventude e torna-se fundamental para o reconhecimento de suas demandas no espaço público.

Em resumo

Ser “jovem participante” é uma identidade construída, implica intencionalidade e funciona como passaporte para atuar no campo das Políticas Públicas de Juventude.

NOTÍCIAS DE UM DIÁLOGO INTRAGERACIONAL SOBRE “PARTICIPAÇÃO”

RECADOS

De uma jovem militante brasileira para os(as) “jovens não organizados”:

Precisamos caminhar juntos. Queremos aprender com vocês e ouvir o que tem a dizer. Queremos conhecer suas formas alternativas de participação!

De um militante gay do Brasil para os(as) jovens universitários(as) dos grupos de diversidade sexual:

Galera, precisamos pensar uma luta pela transformação social cada vez mais ampla, que nos permita ir além das nossas bandeiras. Entrar em contato e se deixar afetar é uma boa iniciativa.

De um jovem boliviano para os(as) jovens de seu país:

Deixar a poltrona de espectador e ocupar o cenário de participação.

De um jovem chileno para as juventudes:

Que a nossa luta não entre em decadência; que a intolerância não nos cegue, abramos os olhos e a alma para escutar, para nos articular. Não percamos o objetivo e o inimigo comum que temos, “o sistema”. Coloquemos nossas demandas sobre a mesa.

Recados de jovens sul-americanos(as) revelam disposição para dialogar com os(as) jovens de sua geração

Dos 30 recados recolhidos no final do grupo de diálogo regional que reuniu 40 jovens no Rio de Janeiro, **17 foram destinados aos seus pares: jovens em geral, jovens de cada país, jovens da América do Sul...** Os outros 13 recados dividiram-se em: quatro para governantes (sendo um para o presidente Fernando Lugo, do Paraguai, e dois recados para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil), um para o governo da Bolívia, sem especificar a quem; três para o vice-Ministério de Juventude do Paraguai; **cinco** para as organizações sociais que promoveram o grupo de diálogo regional; um para a Polícia Militar brasileira e um para a sociedade como um todo.

(Participantes do Grupo de Diálogo Regional)

No Grupo de Diálogo Regional, realizado no Rio de Janeiro, retomaram-se os dados da pesquisa quantitativa sobre a participação dos(as) jovens. Os números causaram preocupações.

“Como resolver a desmobilização generalizada da população e dos jovens em particular?”

“Não somos suficientemente sedutores para incluir outros jovens. O que pode ser feito, como jovens organizados, para atrair jovens.”

“Ir além dos que são militantes!”

“Participação é consequência do reconhecimento. Como fazer para que as pessoas jovens se reconheçam como parte de um setor, da juventude?”

A partir daí, se indagaram sobre as estratégias para ampliar essa participação. Enfatizou-se a necessidade de recursos materiais para criar meios alternativos e canais de comunicação, tanto para ampliar como para qualificar a participação.

Entre os temas discutidos, vale a pena destacar três relacionados com as relações intergeracionais; com a combinação entre velhas e novas formas de participação e com a relação entre “minorias ativas” e o conjunto da juventude.

a) Jovens e pessoas adultas convivem nos espaços de participação social, como lidar com as relações de cooperação e conflito entre distintas gerações?

“Transmitir conhecimentos significa orientar ideologicamente a juventude?”

“Adultos não querem ceder espaços em organizações onde a militância é conjunta.”

“A militância adulta deve formar a militância juvenil.”

“Transmitir conhecimentos a novas camadas”

“Não se orienta ideologicamente, mas transmite-se experiências.”

“Não se pode retirar a experiência acumulada, mas não se pode transmitir a experiência pensando que não há outra realidade.”

Os(as) jovens percebem as resistências dos(as) mais velhos(as) que temem perder espaços e poder. Mas, ao mesmo tempo, reconhecem também a importância da “experiência”, dos conhecimentos acumulados. Neste contexto, para minimizar conflitos e ampliar espaços de cooperação intergeracional, é preciso que as pessoas adultas tragam sua experiência, mas olhem a “realidade de hoje” e se abram para novas formas de participação.

b) A ideia de participação juvenil pressupõe o pertencimento a grupos organizados e bem-estruturados?

Se é verdade que a “juventude” pode ser pensada como um novo mecanismo agregador de demandas, é preciso levar em conta suas características e potencialidades. A eficácia dessa identidade agregadora, portanto, será maior à proporção que conseguir incorporar distintas possibilidades e dimensões da participação, a saber: individual e coletiva; ideológica e solidária; política, associativa, cultural e religiosa; virtual e presencial.

c) Qual é o papel das minorias ativas nos processos de transformação social?

Enquanto alguns(mas) participantes insistiram na necessidade do “trabalho de base”; outros(as) argumentavam que não se pode esperar *a participação de todos os jovens* como requisito para a ocupação de espaços políticos. Se para gerações anteriores, acionar o papel de “vanguarda” era uma forma para conciliar a distância entre as chamadas bases e suas representações, hoje, no âmbito da juventude, as minorias estão sendo desafiadas a demonstrar que podem congrega uma parte significativa da diversidade juvenil. Na impossibilidade de pensar em uma única e iluminada vanguarda, os movimentos juvenis estão sendo chamados a desenvolver um profícuo diálogo intrageracional entre as diferentes “minorias ativas” – o que pode ser uma prática democrática renovadora.

E O DEBATE CONTINUA

O debate sobre “participação” nunca se esgota, é constitutivo do “campo da juventude”. A princípio, todos(as) concordam que é preciso ampliar e qualificar a participação. Mas, logo, certas polêmicas se evidenciam trazendo instigantes indagações:

- » como fazer face à *transitoriedade* inerente à participação juvenil, que produz descontinuidade nos grupos, redes e movimentos juvenis?
- » como articular ações que envolvem organizações formais e espaços politicamente institucionalizados (que se baseiam em critérios de representação ou representatividade) com outras formas de participação juvenil baseadas em pertencimentos religiosos, culturais, territoriais ou em iniciativas individuais?
- » pode-se falar em “participação” de jovens cujas reações de “resistência” à sociedade excludente se fazem por meios ilícitos (como roubo, uso de armas, envolvimento com tráfico de drogas, rebeliões nos presídios)? Como se aproximar deste segmento juvenil?
- » participar para quê? A ideia de “participação” está ligada à mudança social? Como relacionar mudanças estruturais com interesses imediatos dos(as) jovens?

TABELA 17

GRUPO DE DIÁLOGO REGIONAL | Rio de Janeiro, 2009**Dez pontos de destaque**

1. Reconhecer que as chamadas **demandas juvenis não estão desconectadas de outros setores da sociedade e dos movimentos sociais**. As demandas juvenis articulam questões estruturais de distribuição e acesso, com a necessidade de reconhecimento do que é específico desta geração juvenil e pressupõem participação de jovens na validação e avaliação de políticas públicas.

2. Considerar **“Jovens como sujeitos de direitos”**. Superar a concepção *“de proteção e prevenção para jovens em situação de risco”*. Considerar a questão juvenil a partir da fusão entre direitos de cidadania e direitos humanos (DESCA).

3. **Articular em torno de demandas comuns as organizações formais**, os(as) jovens que participam de espaços informais, os(as) jovens que participam individualmente, os(as) jovens que participam por meios virtuais.

4. Ampliar o **“trabalho de base”** e o **exercício da democracia** no interior das redes, movimentos e organizações voltadas para as demandas juvenis. As informações das pesquisas qualitativas indicam esta necessidade.

5. Encontrar meios para **ampliar a participação juvenil**. As informações da pesquisa quantitativa evidenciam que os(as) jovens reconhecem problemas comuns e a necessidade de envolver a maioria da juventude que não participa.

6. Fazer **uso criativo das tecnologias de informação e comunicação e das novas mídias** para o fortalecimento dos coletivos já existentes; para motivar a ampliação da participação juvenil e sensibilizar a sociedade e os governos para atendimento das demandas juvenis.

7. Estabelecer **diálogos entre pessoas adultas e jovens** na sociedade, no interior dos grupos, redes e movimentos. Favorecer **aprendizados mútuos sem tutelas**.

8. A **solidariedade – como valor e motivação para a participação – deve ser o amálgama na construção do “campo da juventude”**. A solidariedade pode ser o amálgama para que as demandas comuns se fortaleçam.

9. **Criar agenda de urgências em âmbito nacional**. Os(as) jovens dos seis países reconheceram a necessidade de se construir (ou, em alguns casos, reconstruir) uma agenda de urgência que mobilizasse diferentes segmentos juvenis de cada país.

10. **Reafirmar a importância da articulação regional sul-americana** para fortalecimento mútuo e maior incidência no espaço público regional. Participar em espaços regionais convocados pela sociedade civil, buscar ampliar a participação de grupos, redes e movimentos nos espaços governamentais do Mercosul.



Momentos de debate em plenária durante o Grupo de Dialogo Regional em Rio Bonito (RJ), em junho de 2009

OS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO, os(as) jovens como “sujeitos de direitos” e as Políticas Públicas de Juventude



Se você fosse presidente, o que faria, em primeiro lugar, pelos jovens do seu país? Ao responder essa pergunta durante a fase quantitativa da *Pesquisa Juventudes Sul-americanas*, a maioria ratificou as áreas de educação e trabalho. Depois, vieram: transporte gratuito ou com desconto para jovens; inclusão de minorias; programas de redução de danos para usuários de drogas.

“O desenvolvimento do campo da juventude deve partir das lutas que as organizações lideram ao se posicionar no espaço público e no imaginário social e devem servir como marco, tanto para teorizar como para desenvolver políticas públicas de juventude.”

Relatório grupos focais / Paraguai

Neste capítulo, vamos apresentar um desenho da atual configuração do “campo das Políticas Públicas de Juventude”. Menos que um campo estruturado, com um sistema bem-definido de posições e oposições, tal como proposto na teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu, trata-se de um espaço com pouca visibilidade, com fronteiras porosas e muitas sobreposições. Para demonstrar isto, lançaremos mão de informações recolhidas durante diferentes momentos e abordagens de investigação que constituíram o *Projeto Juventudes Sul-americanas*.

O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UMA CONJUGAÇÃO DE ATORES E INTERESSES COMUNS

Como se constitui este campo?

- » Em primeiro lugar, pressupõe o reconhecimento de problemas sociais que se transformam em demandas juvenis e são levadas por diferentes atores ao espaço público.
- » Neste campo, o principal par de oposição não é *adultos versus jovens*. Para os atores presentes neste campo, a sociedade não é vista como atravessada pela oposição entre jovens e pessoas adultas. A aliança entre jovens e pessoas adultas na sociedade civil é imprescindível para a visibilidade e o fortalecimento das demandas juvenis no espaço público.

- » O Estado – em todos os seus âmbitos e esferas – é o “outro” desta interlocução. É aos poderes públicos que faz sentido exigir os “direitos da juventude”.
- » O “campo de juventude” não engloba a “juventude em geral”. São atores deste campo os(as) jovens que intencionalmente nele atuam. Pela ótica dos marcos geracionais comuns e das contradições subjetivas, é esperado e legítimo que os “organizados” busquem se entender entre si e sensibilizar o resto da juventude.

Os(as) jovens que participaram dos grupos focais não consideram que a diferença etária ou geracional constitua uma clivagem central. Nesse sentido, o “campo da juventude” é intergeracional e pressupõe intencionalidade dos(as) jovens e das pessoas adultas que se apresentam no espaço público como atores da sociedade civil interessados(as) nos problemas, demandas e direitos dos(as) jovens. Isso não quer dizer que não existam contradições entre jovens e pessoas adultas.

No âmbito de militância, explicitam-se críticas sobre as relações entre jovens e pessoas adultas no interior das organizações e movimentos sociais.

“O que acontece quando você chega a um sindicato é que as portas não estão totalmente abertas para os jovens, não há a tentativa de integrar, de formar, de transmitir experiências. (...) Acredito que o jovem é que precisa lutar para conquistar o seu espaço (...) te usam para a propaganda, para o mandato. O que os velhos não podem fazer. Pintar cartazes. Claro, e não te dão lugar nos espaços de decisão, é uma tarefa que, como jovens, temos que exigir e conquistar porque não irão dá-lo de presente, isto está comprovado.”

Participante de grupo focal com jovens sindicalistas / Uruguai

Também no Brasil, entre militantes, há críticas mais veladas ou mais abertas a certos expedientes adultocêntricos presentes nas organizações a que pertencem. Para estes segmentos, torna-se importante conseguir a ampliação de espaços de “participação” e de tomadas de decisão no interior das organizações. Contudo, no que diz respeito ao espaço público, a articulação entre jovens e pessoas adultas é imprescindível.

“O que parece mais adequado é interpretar a associação e alianças entre organizações de adultos e de jovens, como no caso da educação, por exemplo, em que uniram forças professores, procuradores e estudantes em um movimento pela educação pública, que levou à prática essa demanda por um diálogo entre gerações do qual tanto se fala, essa união entre ‘a voz da experiência’ e ‘a energia transformadora’.”

Relatório grupos focais / Chile

Por outro lado, é junto aos poderes públicos que faz sentido exigir os “direitos da juventude”. Do Estado (governos e agências governamentais) do qual se espera respostas para as demandas e fortalecimento dos espaços institucionais adequados para a implementação das Políticas Públicas de Juventude. Os ministérios, secretarias, coordenadorias, conselhos e conferências de juventude são criaturas e criadores do “campo de juventude”.

As políticas públicas se situam no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. Como lembra a pesquisadora brasileira Maria das Graças Ruas, a ideia de políticas públicas – em sua acepção mais genérica – está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Um traço definidor característico é a presença do aparelho estatal (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias.

Ou seja, a dinâmica das políticas públicas está profundamente relacionada com o contexto social e com as demandas daí emanadas. Demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas. Embora, ao longo da história, os(as) jovens sempre tenham participado de mobilizações sociais, eles e elas podem ser considerados “novos atores”? A resposta positiva a esta questão não está ligada ao recorte etário e sim à “condição juvenil”. Os(as) estudantes da década de 1960 se fizeram presentes no espaço público para pressionar o sistema político por educação ou por mudanças na sociedade em geral. Hoje, este recente “ator juvenil” está referido a problemas socioeconômicos que atingem toda a juventude (em suas desigualdades e diversidades) e também incorpora novos problemas que ou não existiam efetivamente (como a Aids, drogas etc.) ou que existiam apenas como “estados de coisas”, pois não chegavam a pressionar o sistema (como a questão ambiental).

O campo das Políticas Públicas de Juventude pressupõe:

- identificação de demandas juvenis;
- articulações intrageracionais;
- pactos intergeracionais;
- relações com os poderes públicos;
- fortalecimento das institucionalidades a juventude.

O que se entende por “institucionalidade de juventude”? “A institucionalidade pública de juventude é aquele componente da política de juventude que define o suporte organizacional, seja um organismo ou rede de organismos operado entre setores, organizados ou coordenados em função de uma missão derivada de um mandato legal e dotados de recursos materiais, humanos e financeiros provenientes do erário.”

Yuri Chillán, ex-presidente da Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ)

Nos processos de industrialização, os sistemas de proteção social repousavam na capacidade contributiva dos(as) assalariados(as), vinculados ao mercado formal de trabalho. Quando os(as) jovens se inseriam no mercado formal de trabalho, contavam com o sistema de solidariedade da Previdência Social, que se dava exatamente em uma espécie de pacto entre as gerações (trabalhadores(as) ativos(as) contribuindo para inativos(as)).

Neste contexto, o investimento em educação foi uma resposta que os Estados nacionais dos seis países – com maior ou menor sucesso – ofereceram para incorporação de novas gerações. A preocupação com os(as) jovens se circunscrevia à educação: tratava-se de desenvolver as aptidões exigidas pelo processo de qualificação da força de trabalho. Surgiram daí duas juventudes: aquela que o prepara para a vida adulta por meio da educação e a outra que não, como parte da classe trabalhadora, sequer era considerada “jovem”.

Com o esgotamento deste modelo desenvolvimentista na década de 1980, as reformas sociais de caráter liberal trataram de flexibilizar direitos sociais. Em graus diferenciados nos seis países, enfraqueceram-se os mecanismos corporativistas baseados na solidariedade trabalhista e se fortaleceram critérios relacionados à competição no mercado e à individualização dos riscos, e, por outro, as políticas sociais se reduziram à focalização para alívio imediato da pobreza, sobretudo, entre as crianças e nas famílias. Uma vez mais, os(as) jovens não encontraram seu lugar e ficaram invisíveis. A não ser aqueles que eram tidos como em “situação de risco”, para os quais foram reservados projetos específicos, os quais nem de longe se configuravam como “direitos”.

A despeito das diferenças que caracterizam a formação social de nossos países, nestas circunstâncias, evidenciam-se semelhanças marcadas pela combinação de histórias recém-passadas, comuns de governos autoritários, dificuldades de processar transições democráticas, perversos efeitos de políticas neoliberais econômica e socialmente desagregadoras, um persistente quadro de precariedades e desigualdades sociais.

Na verdade, a década de 1980 foi marcada pelo início da recessão e da expansão da pobreza na América Latina. Desafios da transição política se somaram, então, com um conjunto considerável de demandas postergadas. A crise da dívida externa eclode e os governos adotam políticas de ajuste econômico em um quadro de reestruturação das economias nacionais. Ao mesmo tempo, adotam, também, as políticas compensatórias de transferência de renda para os(as) mais empobrecidos(as), por meio de programas alimentares e empregos temporários.

Nos seis países, tais iniciativas envolveram organismos internacionais; gestores(as) e políticos nacionais, organizações não governamentais, organizações empresariais, setores de Igrejas e também um delimitado conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis. Ou seja, em um processo de mão dupla (de cima para baixo e de baixo para cima), diferentes atores políticos tomaram para si a iniciativa de anunciar publicamente a existência de “problemas de juventude” e propor soluções. Entre as ideias para “sair da crise”, gestadas em organismos oficiais e agências de cooperação internacional, reservaram um papel à população juvenil, como “agente para o desenvolvimento”. Esta proposta

buscava: enfrentar a pobreza por meio das chamadas políticas focalizadas; enfrentar a violência por meio da prevenção de delitos; enfrentar o desemprego juvenil por meio de projetos de capacitação ocupacional e inserção produtiva com ênfase no empreendedorismo juvenil.

Tendo como referência a década perdida e a necessidade de crescimento econômico, prevalece o enfoque dos(as) jovens como “capital humano” e as políticas de capacitação passam a um lugar prioritário na agenda pública. Assim, surge uma série de programas promovidos por organismos internacionais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoia o Programa de Capacitação Trabalhista para Jovens – o Chile Jovem –, iniciado em 1990, que, em seguida, inspirou programas semelhantes na Argentina e no Uruguai.

Não por acaso, a partir de 1985, justamente quando aumenta a preocupação com a incorporação dos(as) jovens excluídos(as) no mercado de trabalho, surgem espaços institucionais de juventude na Argentina (1989), no Uruguai (1990) e no Paraguai (1994). O Brasil não criou um espaço institucional de juventude nessa ocasião, mas criou vários programas para adolescentes e jovens. Entre os quais, o Planfor, que tem como público trabalhadores(as) de 15 a 30 anos, e os programas Jovem Empreendedor e o Programa Nacional de Educação Profissional de Jovens em Situação de Risco Social, mais focalizados no Ministério do Trabalho. Mais tarde, o Conselho da Comunidade Solidária, criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, teve um papel importante em realizar parcerias entre o Estado e a sociedade civil, para promover ações de “capacitação solidária” entre jovens.

INSTITUCIONALIDADES (NACIONAIS) DE JUVENTUDE NOS PAÍSES ESTUDADOS

De maneira geral, pode-se dizer que as primeiras institucionalidades nacionais de juventude foram criadas em um clima de preocupação com o cumprimento de alguns acordos de reforma do Estado, provenientes do Consenso de Washington.

Hoje, de maneira condizente com a chamada “onda democrática” presente na região e com acontecimentos internacionais que põem em destaque novamente questões acerca do “papel do Estado”, dissemina-se a perspectiva para pensar os problemas/necessidades e demandas juvenis pela ótica dos “direitos”. Como consta em documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), de 2008: o enfoque dos “direitos” **é uma ferramenta jurídica que se instala na estrutura genética do Estado para assegurar que os direitos da juventude sirvam de bússola no desenho de políticas públicas.**

Foto | Paraguai / Arquivo Base-IS



TABELA 18

País	Data de criação	Faixa etária	Institucionalidade / Atual	Mandato
ARGENTINA	1987	14 a 29 anos	Diretoria Nacional de Juventude subordinada ao Ministério de Desenvolvimento Social	Coordenar, articular e executar PPJs
BOLÍVIA	1997	15 a 24 anos	Vice-Ministério de Assuntos da Juventude, Infância e Terceira idade subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento	Desenvolver normas e PPJs
BRASIL	2005	15 a 29 anos	Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência	Integrar programas e ações do governo federal na área de PPJs
CHILE	1991	15 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, subordinado ao Ministério do Planejamento e Cooperação	Gerar e sistematizar informações sobre juventude, colaborar com o Executivo no desenvolvimento, planejamento e coordenação de PPJs
PARAGUAI	1994	15 a 29 anos	Vice-Ministério da Juventude, instância dependente do Ministério da Educação e Cultura	Orientar e desenvolver PPJs
URUGUAI	1991	14 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social	Planejar, desenvolver, assessorar, articular, supervisionar e executar PPJs

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

Jovens como “sujeitos de direitos”

Na cultura política moderna, a noção de “direito” foi a construção social que personificou e sintetizou a promoção da igualdade. Na disputa entre dominadores e dominados, em seus diferentes momentos e contextos históricos, o direito emergiu – especialmente a partir da Revolução Francesa – como a expressão de um contrapoder político, simbólico e prático. Todo ser humano reconhecido como cidadão ou cidadã passou a ser um portador de direitos. Isso serviu para assegurar formalmente a igualdade social e levou à diminuição da distância entre a elite e as classes populares ao promover oportunidades iguais de acesso à experiência, aos conhecimentos e patrimônios econômicos produzidos e acumulados pelas sociedades. Cada geração de direitos propiciou a emergência de uma nova geração de direitos, em um jogo dinâmico em que a consolidação de cada etapa abriu espaço para que a seguinte pudesse surgir:

Direitos civis e políticos (primeira geração de direitos): este grupo conforma os direitos que falam da participação na tomada de decisões, das liberdades individuais, da igualdade entre as pessoas, do direito à propriedade, da resistência à opressão e da segurança. O fundamento para este grupo é a **Liberdade**.

Direitos econômicos sociais e culturais (segunda geração de direitos): aqui falamos de que, para democracia política, as pessoas necessitam de democracia social e econômica. Estes direitos incluem os direitos das pessoas trabalhadoras, seguridade social, direito ao trabalho, salário justo, descanso, educação, garantias sociais, liberdade de sindicalização. O Estado tem o papel de criar e garantir condições para que estes direitos possam ser exercidos. Este grupo de direitos soma aos direitos individuais do primeiro grupo uma dimensão social e comunitária. Aqui a fundamentação é a **Igualdade**.

Direitos de terceira geração: este último grupo contém os direitos dos povos: o direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, ao patrimônio comum da humanidade. São princípios que interessam a todos os Estados, são produto do acordo da comunidade internacional para preservar a humanidade. O valor que fundamenta este grupo é a **Solidariedade**.

Esta terceira geração de direitos é a conquista da ação de vários movimentos sociais nas últimas décadas do século 20, e reconhecida há um certo tempo. Caracteriza-se pela consagração de direitos de incidência coletiva. É importante pontuar que, por serem direitos vinculados a grupos sociais, a violação dos mesmos compromete toda sociedade. Por exemplo, não se pode falar de uma sociedade justa se mulheres, crianças, negros(as), homossexuais ou jovens são discriminados(as) ou submetidos(as) no seio da sociedade.

Com a consagração de direitos coletivos, o mundo político sofreu uma mudança importante na sua orientação pública. Se os tempos modernos se caracterizam pela busca de igualdade ao consagrar os direitos individuais, no mundo contemporâneo a matriz política se define pelo reconhecimento e pela valorização da diferença e das identidades coletivas.

No caso das juventudes, a necessidade de articular a busca pela igualdade individual de condições com a valorização da diferença é um atributo essencial para afirmar direitos e, consequentemente, para elaborar e implementar políticas públicas. Nesse sentido, o primeiro passo é evitar o uso de um par de oposição (bastante comum e inadequado): igualdade vs. diferença. O oposto de igualdade é desigualdade e não diversidade¹. Sujacente a essa premissa está o desafio de fazer com que a sociedade compreenda que os(as) jovens – sujeitos de direitos e promotores/destinatários de políticas públicas – não aceitam participar de programas e projetos que pressuponham e/ou produzam a estandartização das práticas sociais, modos de ser e identidades que os(as) subordinem a uma cultura dominante.

PESQUISA: A OPINIÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) SOBRE AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE EM CADA PAÍS

TABELA 19 | Porcentagem de pessoas por país que responderam: “Hoje, o governo (do meu país)...”⁵

	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Não se preocupa com as necessidades dos(as) jovens	17%	24%	10%	18%	13%	8%
Conhece as necessidades dos(as) jovens mas não faz nada a respeito	74%	46%	69%	64%	79%	45%
Apoia e promove programas e ações dirigidas para a juventude	8%	26%	20%	18%	7%	43%
Nenhuma delas	2%	5%	1%	1%	1%	3%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

⁵ Sobre as respostas válidas (exclui não sabe / não respondeu)

O que os governos fazem pela juventude? No quadro anterior, podemos ver que as respostas se concentraram mais na afirmação de que os governos *conhecem os problemas da juventude, mas fazem pouco para resolvê-los*.

Em seguida, os(as) entrevistados(as) de todos os países se dividem entre: *não conhecem e não se preocupam ou apoiam e promovem programas e ações dirigidas à juventude*. Nesse âmbito: na Argentina, ganha a primeira alternativa (17%); na Bolívia, há pouca diferença entre as duas alternativas, ficando o apoio dos governos em uma posição um pouco melhor; no Brasil, aqueles(as) que acham que o governo apoia são exatamente o dobro (20%) daqueles(as) que optaram pela primeira alternativa (10%); no Chile, as duas alternativas empatam; no Paraguai, acredita-se mais que não haja conhecimento nem preocupação com os problemas da juventude; e, finalmente, no Uruguai, temos o maior índice de reconhecimento dos programas e ações governamentais voltadas para a juventude (43%).

Nos seis países, renda, escolaridade e moradia rural tendem a se conjugar com avaliação mais positiva. Mas é importante registrar duas exceções. No Uruguai, os(as) moradores(as) das cidades avaliam mais positivamente que os(as) que moram no campo, o que pode ser reflexo das específicas relações campo/cidade daquele país. Na Bolívia, são precisamente os(as) entrevistados(as) de menor renda que avaliam mais positivamente as políticas, o que parece estar diretamente relacionado com o apoio que o atual governo tem na base da sociedade.

Interessante notar, ainda, que em todos os países se observa uma menor proporção de jovens com relação às pessoas adultas no que diz respeito à avaliação positiva. Esta diferença etária é mais relevante no Chile, Brasil e Uruguai. Para explicar tal diferença, podemos recorrer tanto a um possível maior espírito crítico entre os(as) jovens ou a problemas de difusão ou de legitimidade dos programas e ações entre seus(suas) destinatários(as). As duas hipóteses parecem ser plausíveis e não excludentes.

Ou seja, as avaliações das políticas não se fazem em espaços vazios de relações sociais. É preciso contextualizar as respostas de pesquisas de opinião em cenários históricos e conjunturais. Essa premissa também é importante para analisar respostas à solicitação de que os(as) entrevistados(as) citassem espontaneamente programas e ações governamentais voltados para a juventude. As respostas a esta questão aberta indicaram um baixo grau de visibilidade dos programas governamentais para jovens: quatro quintos da mostra disse não saber responder ou não conhecer nenhum projeto. Seguem os aspectos relevantes das respostas obtidas.

- » Os patamares de conhecimento alcançam, no máximo, 20% de lembrança espontânea de, pelo menos, um projeto ou ação governamental dirigido à juventude.
- » Os(as) entrevistados(as) do Uruguai (20%), Brasil (19%) e Chile (13%) possuem lembrança moderada de projetos e ações voltados à juventude.
- » Os(as) entrevistados(as) da Argentina (7%), Bolívia (5%) e Paraguai (3%) possuem baixo patamar de lembrança de projetos e ações voltados à juventude.
- » Uruguai e Brasil se destacam como países com entrevistados(as) mais informados(as) acerca das políticas para jovens que estão em curso: um de cada cinco entrevistados(as) dizem conhecer ao menos uma.
- » No Chile, pouco mais que um(a) entrevistado(a) entre sete respondem conhecer algum projeto voltado a jovens.
- » O Brasil é o único país onde mais jovens que pessoas adultas lembram de Políticas Públicas voltadas para Juventude.

- » Em todos os países, algumas vezes, as ações lembradas são realizadas por organismos não governamentais (leigos ou religiosos) em parceria ou não com organismos governamentais.
- » Também se fazem menções a programas e ações voltados para crianças e para as famílias, não distinguindo a juventude como público-alvo específico.

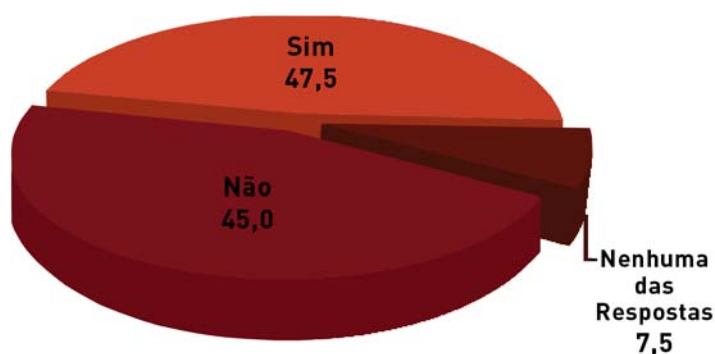
Em resumo, se é verdade que a expressão “*Políticas Públicas de Juventude*” entrou no vocabulário dos movimentos sociais e nas pautas governamentais, a pesquisa de opinião indica que ela não é conhecida do grande público. Isso não significa que se desconhecem os problemas e as necessidades dos(as) jovens desta geração; nem significa que a população não veja a necessidade de programas e ações voltados à juventude. Mas significa que conhecem pouquíssimo os programas em curso. Por um lado, não se distingue bem o que é realizado pelos governos do que é realizado por organizações do chamado Terceiro Setor. Por outro, são citados programas e ações dirigidos a crianças ou a famílias. Estas informações indicam o quanto o “campo de juventude” possui fronteiras porosas e o quanto a ideia de juventude como sujeito de direitos e específico destinatário de políticas está circunscrita a especialistas, militantes e gestores(as) de espaços institucionais de juventude.

AS “MINORIAS JUVENIS ATIVAS” E O CAMPO DA JUVENTUDE: RELAÇÕES DIFERENCIADAS

“Ser jovem participante” é uma identidade construída, implica intencionalidade e funciona como passaporte para atuar no campo das Políticas Públicas de Juventude. O uso deste passaporte, porém, dá-se por meio de diferentes lógicas, intensidades e oportunidades.

As respostas dos(as) 40 “jovens participantes” do grupo de diálogo regional podem demonstrar tais virtualidades. O questionário respondido trazia uma questão sobre participação em espaços (rede, fórum, conselhos, comissões) dedicados à elaboração de Políticas Públicas de Juventude.

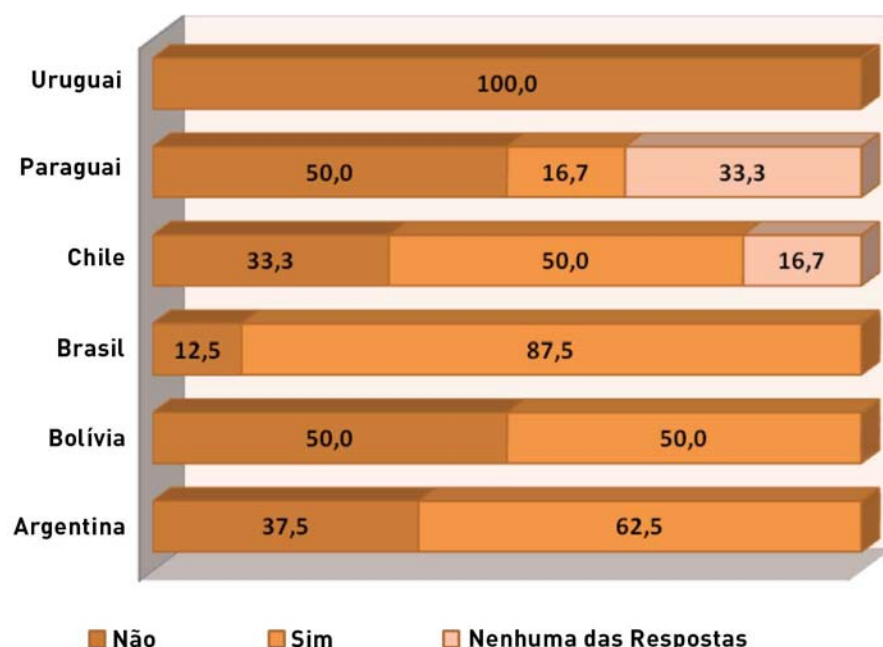
GRÁFICO 4 | Participação em espaço dedicado à elaboração de Políticas Públicas de Juventude (em %)



Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009 (grupo de diálogo regional)

Foram 47,5% dos(as) jovens que declararam participar, enquanto 45% não participam destes espaços de diálogo sobre políticas públicas voltadas para juventude. Uma observação por país possibilita diferenciar as nacionalidades dos(as) jovens inseridos(as) nos espaços de diálogo e demandas de Políticas Públicas para Juventude.

GRÁFICO 5 | Participação em espaço dedicado à elaboração de Políticas Públicas de Juventude, por país (em %)

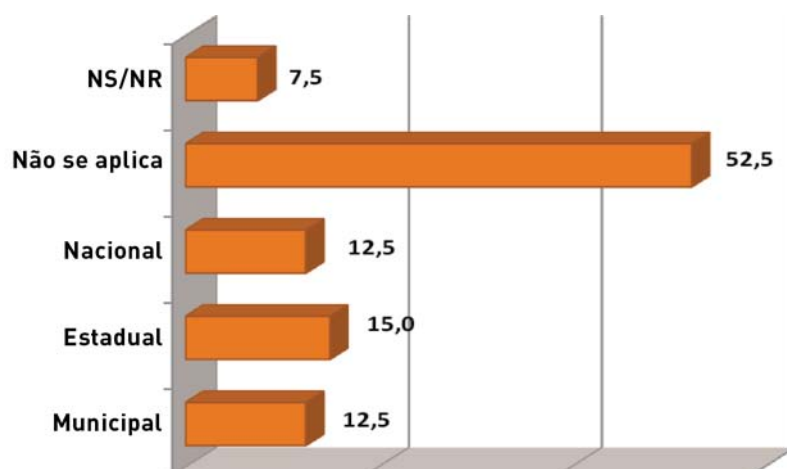


Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009 (grupo de diálogo regional)

O Brasil tem destaque quanto ao percentual dos(as) jovens inseridos(as) nesses espaços: são 87,5% as respostas positivas dos(as) jovens participantes do grupo de diálogo regional, seguido da Argentina (62,5%). Já o Uruguai destaca-se com 100% dos(as) jovens participantes do GDR que declararam não participar de nenhum espaço, cujo tema trate de Políticas Públicas para Juventude.

Dos 47,5% que declararam participar de espaços (rede, fórum, conselhos, comissões) dedicados à elaboração de Políticas Públicas de Juventude, 15% são de âmbito estadual e 12,5%, de âmbito nacional e municipal, respectivamente.

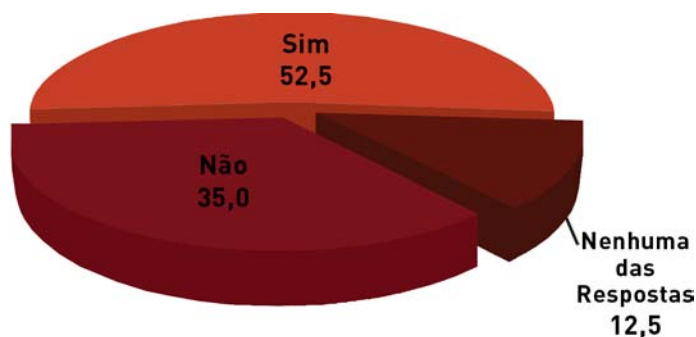
GRÁFICO 6 | Em que âmbito (em %)



Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009 (grupo de diálogo regional)

Quando abordada a participação dos(as) jovens em fóruns/espços de articulação juvenil em seu bairro ou cidade, 52,5% declararam que “sim”.

GRÁFICO 7 | Participação em algum fórum/espço de articulação juvenil do bairro/cidade (em %)



Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009 (grupo de diálogo regional)

O gráfico acima mostra que – entre os(as) participantes do grupo de diálogo regional – o Chile e a Bolívia possuem o maior índice percentual de jovens que participam de fóruns/espços de articulação juvenil, com 66,7% das respostas, seguidos de Brasil e Argentina, com 62,7% dos(as) jovens.

Em resumo

Estas informações demonstram que quase a metade dos(as) jovens – que têm engajamento social – não se envolvem diretamente em espços de demandas específicas “de juventude”. O que ratifica duas outras conclusões do *Projeto Juventudes Sul-americanas*:

- 1) “ser jovem participante” não é uma identidade única que dê conta de todas as formas de mobilização juvenil;
- 2) o campo das Políticas Públicas de Juventude está em conformação, ainda pouco consolidado nos seis países estudados.

GRUPOS, REDES E MOVIMENTOS JUVENIS *VERSUS* GOVERNOS E INSTITUCIONALIDADES DE JUVENTUDE: CONTROVÉRSIAS

Um dos pontos que mais suscitou controvérsia no grupo de diálogo regional foi a relação entre sociedade civil e Estado, pensada a partir da relação dos movimentos sociais nos quais os(as) jovens participam e os governos de seus países, como se pode observar no trecho da discussão transcrito a seguir:

“Estado produz inequidade, pois é uma relação de poder. Por isso, a alternativa é construir um Estado diferente.”

“A cooptação dos Movimentos Sociais é um risco.”

“Não somente enfrentar o Estado... O relacionamento depende do contexto.”

“Não se pode separar o Estado dos movimentos sociais. A possibilidade de cooptar depende de onde estamos situados. É necessário imiscuir-se para funcionar com sua lógica até transformá-lo.”

As argumentações trouxeram à tona clássicas discussões sobre como lidar e transformar o “Estado burguês”. Para uns, para evitar “cooptação”, é preciso evitar relacionamento. Para outros, relacionar-se significa cobrar que o Estado implante políticas públicas e os governos incorporem demandas juvenis. O que se entende por Estado, governos, instituições públicas? Como se relacionar com os governos? Como distinguir questões de governos (que passam) e de Estado (que fica)? Como fortalecer as organizações sociais para se relacionar com os governos sem perder a autonomia e a identidade? Questões como estas tomaram boa parte da plenária. Alguns manifestaram discordância total ou parcial da orientação dos seus governos questionando, assim, a possibilidade de participar desse tipo de espaço.

Na verdade, não se logrou um consenso sobre este ponto. Em um encontro que reuniu jovens de distintos países, entre participantes de movimento estudantil, movimentos agrários, grupos identitários e religiosos e partidos políticos, não se esperava chegar a uma estratégia única para a transformação social. De certa maneira, o grupo de diálogo regional mostrou que entre os(as) “jovens participantes” – que atuam em grupos, redes e movimentos de um mesmo país e de distintos países – existem diferenças que podem ser denominadas de “ideológicas”. Próximos em termos de faixa etária e compromisso social com as juventudes de seus países, muitas vezes, distanciam-se em termos de visão de mundo e de caminhos para a transformação social. Isto se manifesta nas diferentes concepções sobre o papel do Estado e a constituição da sociedade civil. Não por acaso, nas discussões, surgiram referências a utopias socialistas; utopias ambientalistas; assim como posições mais práticas que apontam para demandas democráticas de curto prazo.

FOTO | Vanor Correia / Arquivo Ibase



Entretanto, a partir da caracterização da juventude como “sujeito de direitos”, os governos (por outra porta de entrada) voltaram à cena. Se os(as) participantes concordavam tanto com a necessidade de construir uma agenda de demandas comuns a diferentes segmentos juvenis com a necessidade de potencializar diferentes formas de participação, restava explicitar: a quem deveriam ser dirigidas suas demandas? Qual é o objetivo da participação? As duas últimas perguntas geraram um consenso: para incidir no espaço público, é preciso reconhecer as instâncias governamentais para as quais se devem encaminhar as demandas.

Certamente, não há como deixar de considerar a complexidade do funcionamento das instituições governamentais e o perigo de perder-se nas prioridades dos governos. Experiências dos distintos países foram relatadas durante a discussão⁶. De maneira geral, os(as) jovens dos diferentes países reconhecem que, em seus países, as chamadas “institucionalidades de juventude” não são suficientemente fortes e legitimadas, nem para promover a efetiva participação de jovens nem para encaminhar as demandas dos(as) jovens no interior dos governos. No entanto, não se trata de prescindir de secretarias, coordenadorias, diretorias, vice-Ministérios ou institutos de juventude. As relações com os poderes públicos dependem da história e das conjunturas políticas de cada país.

Para se posicionar e agir no interior do “campo de juventude”, torna-se necessário levar em conta o respaldo social de cada demanda que compõe a agenda; considerar o perfil das diferentes organizações que são portadoras destas demandas; analisar conjunturas políticas e o grau de sintonia (maior ou menor) dos governos com os movimentos sociais em geral e, em particular, com as organizações juvenis.

Ou seja, mesmo que os(as) jovens dos seis países possam dialogar sobre estratégias comuns, não há como chegar a um consenso em termos das ações concretas que devem ser levadas adiante em cada país. Há diferenças históricas que refletem na formação econômica e social de cada país e, também, especificidades de conjunturas e correlações de forças sociais.

E O DEBATE CONTINUA: DOS DOIS LADOS, PRÁTICAS A REVER

Este trecho do relatório dos grupos focais do Chile deve ser lido com atenção porque aponta tanto para a necessidade de refletir sobre a fragilidade das institucionalidades governamentais de juventude como a necessidade de refletir sobre as práticas de movimentos juvenis que só se preocupam em obter recursos dos governos para seus projetos e ações.

“Instituições encarregadas das políticas de juventude que buscaram acomodar de maneira forçada os jovens e seus alinhamentos de políticas e mecanismos de participação formalizados não sempre se ajustam às formas de organização juvenil e não sempre interpretam o sentido de seus interesses. Pelo outro lado, as organizações juvenis tendem a manter uma relação meramente instrumental com as instituições – obter alguns recursos financeiros via projetos concorrentes – não sempre efetiva, sem que isto reduza a reivindicação feita à autogestão.”

Relatório grupos focais / Chile

⁶ Por exemplo: a Federação de Jovens da Argentina, o Conselho Nacional da Juventude do Brasil (Conjuve).

A juventude é vista como tempo “de preparação”, quando indivíduos iniciam sua emancipação e processam sua inserção nas diversas dimensões sociais da vida adulta (produtiva, sexual, familiar, política). A maioria dos(as) jovens sul-americanos(as), porém, já exerce atividades de total imersão social (estudo, trabalho, sexualidade, responsabilidades familiares). As dificuldades para vivenciar a condição juvenil atingem, sobretudo, os(as) mais pobres, os(as) que são estigmatizados(as) por sua origem social, relações de gênero, etnia, raça e local de moradia.

A partir da década de 1990, velhas contradições da sociedade capitalista aguçadas por rápidas mudanças tecnológicas – que atingiram o mundo do trabalho e fragilizaram fronteiras nacionais – produziram demandas juvenis.

Levada ao espaço público, a perspectiva “jovens como sujeitos de direitos”, está a exigir respostas da sociedade e dos governos. Neste contexto histórico, a expressão “Políticas Públicas de Juventude” entra no vocabulário político e na agenda cidadã.

Foto | Patrícia Lânes / Arquivo Ibase



Trabalho em pequeno grupo durante o Grupo de Diálogo Regional, em Rio Bonito (RJ), em junho de 2009

IMAGENS E CONEXÕES: ampliações do campo e do alcance das pesquisas



Este capítulo traz informações sobre o uso de diferentes tecnologias de informação e comunicação (TICs) por jovens dos seis países estudados. Seu objetivo é refletir sobre os efeitos destas tecnologias na socialização, na sociabilidade e nas formas de participação social destes(as) jovens.

Em um primeiro momento, sempre no âmbito do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, focalizaremos um conjunto de jovens que participam de grupos, redes e movimentos. Os estudos qualitativos com jovens que participam de mobilizações juvenis (situações-tipo e grupos focais), deixaram evidente a importância da produção de imagens e da comunicação virtual em espaços de participação social. No atual contexto histórico, cada vez mais, torna-se importante analisar as relações entre as mídias alternativas e os grandes meios de comunicação.

Em um segundo momento, focalizaremos os(as) “jovens em geral”, isto é, uma amostra representativa, em cada país, de um contingente populacional cuja faixa etária compreende de 18 a 29 anos e, por esse prisma, pode ser comparado com as pessoas adultas que têm de 30 a 60 anos. A pesquisa de opinião realizada no âmbito do *Projeto Juventudes Sul-americanas* trouxe informações sobre patamares de “exclusão digital” nos diferentes países, mas também evidenciou o maior acesso dos(as) jovens da atual geração juvenil às redes virtuais – o que, sem dúvida, reflete-se nos padrões de socialização e sociabilidade da juventude contemporânea.

Em um terceiro momento, focalizaremos o vídeodocumentário *Diálogos*, que acompanha este livro. Produzido durante um encontro de jovens dos seis países (grupo de diálogo regional), este documentário oferece uma oportunidade para indagar como as filmagens podem produzir conhecimento; podem oferecer uma via particular (linguagem cinematográfica) para apresentar o conhecimento produzido e, finalmente, podem ser úteis para suscitar debate e reflexão sobre o tema pesquisado. Se é verdade que esta geração convive com uma vasta proliferação de imagens, o novo espaço comunicacional que caracteriza o mundo contemporâneo também deve ser considerado quando se trata de apresentar e disputar imagens e concepções de juventude.

COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS: COMPLEMENTARIDADES

Esta é a primeira geração juvenil que convive com a profunda interseção entre relações presenciais e virtuais. Pensar os padrões de socialização e sociabilidade da atual geração juvenil exige que se faça referência à internet – o que, no geral, desperta temores e preocupações. Costuma-se dizer que os expedientes virtuais, vinculados às novas tecnologias de informação, afastam os(as) jovens do mundo real, exacerbam o isolamento e o individualismo. Certamente, estas “novas formas de estar no mundo” podem afastar os(as) jovens entre si e da realidade social em que vivem. Mas também não se pode negar que as TICs abrem novas possibilidades de aproximação entre jovens de diferentes setores sociais e, ainda, produzem novas formas de incidência no espaço público.

O sociólogo catalão Manuel Castells, em seu livro *Comunicación móvil y sociedad. Una perspectiva global*, publicado em 2007, em Madrid, pela Ariel-Fundación Telefónica, utiliza a noção de “tecnosociabilidade” para pensar “as tecnologias de comunicação, não como ferramentas, mas como contextos, condições ambientais que tornam possível novas maneiras de ser, novas correntes de valores e novas sensibilidades sobre o tempo, o espaço e os acontecimentos culturais”. Ora, também a política faz parte destes “contextos e condições ambientais”. Assim sendo, a participação política não está hoje, necessariamente, restrita às relações presenciais.

De fato, as novas tecnologias de informação e comunicação (tais como telefone celular, Internet – *blogs*, *fotologs*, páginas pessoais, fóruns de discussão, entre outras) surgem como importantes instrumentos de convocação, de registro de atividades, de disseminação das demandas e mobilização entre os(as) jovens organizados(as).

Imagens e conexões nas ações coletivas de jovens uruguaianos(as)

Além do boletim impresso denominado em guarani *Ere Era* (“decí lo que sea”) e dos grafites e cartazes que são colocados em lugares estratégicos das cidades, a telefonia celular tem papel de destaque nas lutas levadas pela Federação de Estudantes Secundaristas (Fenaes) por transporte e melhores condições de ensino. Estudantes de ensino médio, a maioria de escolas públicas, a quase totalidade destes(as) jovens possui telefone celular e o utiliza para organizar reuniões, marchas e outras atividades. Por meio de mensagens de texto no celular, os(as) jovens convocam reuniões, avisam o lugar onde se realizarão encontros. Assim como avisam se houver mudança de planos. Essa forma ágil e fluida de comunicação permite um contato quase permanente entre os membros. Nos celulares, registram também pequenos filmes (“testemunhos oculares”) de suas manifestações, de suas experiências no espaço público.

O site <www.fenaes.org.py> também é muito usado para obter informações sobre a organização, artigos de análise e colecionar fotos. Como o acesso à internet nos domicílios ainda é bastante restrito, os(as) jovens acessam do lugar onde trabalham, em centros de estudos ou nos cibercafés. (Relatório situações-tipo / Paraguai)

Hip hop aymara – Circuitos alternativos bolivianos

A gravação e comercialização de CDs fazem parte da dinâmica dos grupos juvenis que trabalham com música. Os coletivos de hip hop aymara, na cidade de El Alto, na Bolívia, envolvem-se em redes sociais que permitem desde a pré-produção das músicas até a distribuição dos CDs para a venda. Esta dinâmica – comum na cultura hip-hop – mobiliza interlocutores(as) e mediadores(as). As rádios comunitárias são fundamentais para divulgar músicas, agendas de eventos e os debates dos quais participam. Mas é também por meio da internet que suas imagens e músicas circulam dentro e fora da Bolívia. Esta conjugação (local e global) de meios resulta em um bom caminho para denunciar e reverter os estigmas e condições de vida denunciadas por meio das letras que compõem.

A *web* está presente em vários movimentos políticos e interfere no modo pelo qual a política tem se transformado. Os estudos de grupos, redes e movimentos juvenis realizados no âmbito do *Projeto Juventudes Sul-americanas* trazem exemplos de usos destas novas tecnologias de comunicação. *E-mails*, *blogs*, *fotologs* e fóruns de debate estão presentes entre diferentes grupos, tal como o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, que tem como causa “*a implantação de políticas públicas para jovens*”. Assim como se fazem presentes em outros espaços de agregação juvenil, tais como: no Sindicato de Telemarketing de São Paulo, conhecido como “o sindicato mais jovem do Brasil”; nos grupos de hip hop aymara formados no populoso “Barrio de Al Alto”, na Bolívia; entre os “Jóvenes de Pie”, como se intitulam aqueles que reivindicam oportunidades de emprego na Argentina. No Chile, são fortes as referências às TICs, tanto entre jovens que se vinculam ao Departamento de Juventude, na cidade de Concepción, como entre aqueles que participaram do “movimento dos Pinguins”, como ficaram conhecidos os(as) estudantes secundaristas que lutaram por transporte e por melhoria nas condições de ensino no país. Ou seja, tanto grupos e coletivos de estudantes como jovens de bairros e classes populares se valem destes meios para se comunicar com seus pares, para se dar a conhecer, para incidir no espaço público.

É preciso sublinhar, contudo, dois outros aspectos sobre o uso das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto das estratégias que fazem parte do esforço dos grupos para se manterem mobilizados e amplificarem o debate acerca de suas demandas.

Por um lado, o uso de novas tecnologias não faz com que outros meios saiam de cena. Muitos grupos seguem divulgando suas ações e demandas por meio de materiais impressos, como *folders*, boletins, cartilhas e também no boca a boca. A tendência é fazer combinações, o que institui localmente a chamada “convergência de meios”. Nos casos do movimento hip hop aymara (Bolívia) e da Assembleia Juvenil Ambiental (Argentina), por exemplo, o *site* na internet não diminui a importância do espaço na rádio local. Por outro lado, os criados ou utilizados diretamente pelos grupos como forma de expressão e comunicação também podem ser importantes para pautar os meios de comunicação de massa e/ ou comerciais que jogam importante papel no processo de dar maior visibilidade às demandas e a seus atores.

No caso dos(as) jovens de hip hop da Família Morro do Bom Jesus, em Caruaru, aparecer na mídia contribuiu para reconfigurar a relação entre eles(as) e seus(suas) familiares, que passaram a valorizá-los mais. Também, segundo relato de estudantes secundaristas da Fenaes, no Paraguai, graças aos meios de comunicação, que acabaram por difundir uma “imagem positiva” da luta pelo “boleto libre”, pais, mães e familiares começaram a compreender e a valorizar suas ações.

Na chamada “Revolta do Buzu”, como ficou conhecida a luta por transporte de estudantes secundaristas, em Salvador, a grande mídia também teve um papel relevante. Ao noticiarem suas manifestações, os jornais televisivos acabaram contribuindo para agregar outras escolas e estudantes ao movimento, assim como contribuíram para inserir a questão na agenda dos(as) governantes. Em outros casos, como o do Movimento Estudantil Secundário, no Chile, os meios de comunicação – ao entrevistarem jovens “pinguins” envolvidos(as) – também se tornaram espaços de legitimação das demandas.

De maneira geral, pelos grandes meios de comunicação transitam imagens estigmatizantes dos(as) jovens, reforçando a ideia que eles(as) seriam sujeitos “incapazes” ou “incompletos”, perigosos(as) ou baderneiros(as). Com o objetivo de agregar outras imagens e disputar sentidos sociais, os grupos, redes e movimentos juvenis estabelecem relações com a imprensa falada, escrita e televisionada, buscando estratégias tanto para evitar a tendência dominante de reforçar estigmas (e favorecer sua criminalização) como para passar suas mensagens.

Para a *Coordinadora por la Legalización de la Marihuana*, do Uruguai (que reúne vários movimentos e atua basicamente via internet), os meios de comunicação eram vistos como “inimigos”, visto que – em geral – apoiam uma postura repressiva. No entanto, depois do evento organizado pelo grupo, que reuniu mais de 6 mil pessoas, em 5 de maio de 2007, a *Coordinadora*, por sua capacidade de mobilização, foi legitimada pelos próprios meios de comunicação e tornou-se uma interlocutora sobre o tema.

Não há dúvida, os meios procuram acontecimentos que produzam notícias. Por isso mesmo, pode-se dizer hoje que as novas tecnologias de informação e comunicação às quais os(as) jovens têm acesso tornam-se também instrumentos para pautar a mídia. Entre o Movimento de Jovens Camponeses (Asagraha), do Paraguai, os acampamentos juvenis se tornaram estratégia não só para intercâmbio entre jovens do campo, mobilização de novos jovens e ampliação do movimento, mas também de maior visibilidade pública para o coletivo. Neste caso, avaliam os envolvidos, foi o caráter inovador da ação que atraiu a atenção da mídia e acabou contribuindo para atrair outros(as) jovens.

Interessante, porém, notar como essas relações são dinâmicas. Em conjunturas diferentes, a chamada grande mídia pode ganhar ou perder a importância. Na Argentina, os *escraches* – um tipo de dramatização teatral que se faz em pontos da cidade onde vivem ou trabalham torturadores – foram criados pela organização HIJOS. Como filhos e filhas de pessoas mortas e/ou desaparecidas durante a ditadura militar na Argentina, esses(as) jovens lutam pelo resgate da memória e por direitos humanos. Os *escraches* começaram a ser organizados em dias da semana e em horários justamente para garantir notícias na grande mídia, sobretudo, a cobertura das redes de televisão, já que as imagens têm um papel fundamental nesse tipo de performance política. Em determinado momento, porém, os(as) organizadores avaliaram que – mesmo perdendo a repercussão dos noticiários – era importante mudar horários e dias para favorecer a presença de pessoas da vizinhança nas ruas. Nesse momento, o tradicional boca a boca e os meios virtuais cumpriram a função de convocar participantes e repercutir os acontecimentos.

Dessa forma, pode-se dizer que a relação dos movimentos com os meios de comunicação de massa é ambivalente. Tal ambivalência se revela exemplarmente no caso do Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ), que se organiza a cada edição do Fórum Social Mundial. Os meios de comunicação, sobretudo aqueles da cidade-sede de diversas edições do encontro, Porto Alegre, divulgam notícias polares sobre o acampamento. Ora o tratam como o lugar do exótico, da baderna, da desorganização, do consumo de drogas, do desvio; ora chamam a atenção para o

convívio entre diferentes expressões da juventude mundial e a opção daqueles(as) jovens em pôr em prática as questões debatidas durante o FSM (autogestão, economia solidária, diversidade cultural, sexual e religiosa etc.). Por sua vez, o Comitê Organizador do Acampamento busca influenciar e monitorar a cobertura da mídia e, ao mesmo tempo, cria uma estrutura dentro do acampamento para produção de conteúdos próprios durante o encontro (para rádio, internet etc.).

foto | Bolívia / Arquivo U-PIEB



Em síntese, em todas as situações estudadas, evidenciam-se influências mútuas entre o uso de tecnologias virtuais e os meios de comunicação de massa. A repercussão jornalística – a princípio, encarada com desconfiança pelos(as) jovens pesquisados(as) – é também vista como necessária para conquistar visibilidade e respostas para suas demandas. Ao mesmo tempo, a internet e os telefones celulares se somam, como as rádios alternativas/comunitárias, aos panfletos e grafites, tanto para produzir comunicação inovadora como para provocar renovação da grande mídia.

RESULTADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO: NOTÍCIAS SOBRE USOS E ACESSOS À INTERNET

Segundo a pesquisa de opinião realizada no âmbito do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, os seis países apresentam diferentes patamares de exclusão digital, a saber: a utilização habitual do computador na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai corresponde a cerca de 30% dos(as) entrevistados(as), enquanto Bolívia e Paraguai chegam a 22,6% e 14,5%, respectivamente.

Por outro lado, nos seis países estudados, os(as) entrevistados(as) com graus mais elevados de escolaridade e de renda alcançam patamares mais altos de utilização da internet. O uso da internet nas áreas urbanas chega ao dobro (ou até ao triplo, em alguns países) com relação às áreas rurais. Ou seja, “exclusão digital” continua sendo uma realidade que reflete desigualdades sociais pré-existentes.

No entanto, nos seis países, há uma tendência comum: a internet joga a favor das populações mais jovens. Certamente, entre jovens também há diferenças da frequência e qualidade de acesso, mas esta é a primeira geração juvenil em que as novas tecnologias de informação e comunicação têm alguma presença na vida de jovens de todas as classes sociais.

TABELA 20 | Uso da internet nos seis países pesquisados

	Jovens %	Pessoas adultas %
CHILE	61	24
URUGUAI	57	23
ARGENTINA	53	26
BRASIL	50	21
BOLÍVIA	39	12
PARAGUAI	29	6

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas*: diálogos para a construção da democracia regional, Ibase, Pólis, 2009

As novas tecnologias se embrenham em aspectos relevantes da socialização, da construção de subjetividade e de identidade, das formas de estar no mundo desta geração. A internet faz parte do processo educativo, da capacitação para entrar no mundo do trabalho, do lazer, das maneiras de fazer amigos(as), das relações afetivas, da escolha de religiões.

Esta é a primeira geração em que jovens com pouca escolaridade têm acesso à internet. Os computadores baratearam e são vendidos a crédito. Ao mesmo tempo, também houve a ampliação da presença de computadores nas escolas, o aumento dos espaços de conexão subsidiados por organismos governamentais; a proliferação de espaços comerciais em favelas, bairros e periferias com preços acessíveis (cibercafés, *lanhouses* etc.). Tudo isso permite que jovens de diferentes classes sociais utilizem redes sociais, como *Facebook*, *Orkut*, *Twitter* etc.

Morando em seis diferentes países da América do Sul, os(as) jovens do grupo de diálogo regional se encontram no Facebook

Facebook é uma rede social criada nos Estados Unidos, em 2004. A princípio, esteve restrita aos(as) estudantes de Harvard; depois, expandiu-se pelo mundo afora. Hoje, tem mais de 120 milhões de usuários(as) que se comunicam em diferentes línguas. Seu objetivo expresso é: “*ajudar você a se comunicar com seus amigos no mundo todo e a compartilhar momentos especiais de sua vida*”.

A quase totalidade de jovens que participaram do grupo de diálogo regional, realizado pelo **Projeto Juventudes Sul-americanas**, conectam-se atualmente por meio do *Facebook*. Para relembrar aquele “*momento especial de suas vidas*”, compartilharam suas (muitas!) fotos. São imagens dos caminhos pelos quais passaram, das atividades das quais participaram, dos momentos descontraídos entre as atividades e dos passeios pelo Rio de Janeiro. Nesse espaço cibernético, portanto, pode-se ter acesso a um considerável acervo fotográfico que documenta um inédito encontro de 40 jovens, de seis países da América do Sul.

Ao mesmo tempo, quem for também convidado(a), poderá ler instigantes avaliações sobre temas que fizeram parte do grupo de diálogo. As discussões sobre as necessidades, demandas e sonhos desta geração juvenil continuam. Mas não é só isso. Atualmente, os(as) jovens também utilizam essa ferramenta para divulgar a “agenda de juventude em seus países”, para contar sobre outras articulações das quais participam e, ainda, para trocar informações práticas de como organizar um evento cultural ou um protesto político. Há espaço ainda para comentar acontecimentos de diferentes países (por exemplo, eleições no Uruguai, na Bolívia, no Chile, Conferência de Copenhague, marcha de camponeses/as no Paraguai etc.). Mas nem por isso, deixa-se de comentar o futebol, entre os(as) jovens do grupo de diálogo do Rio de Janeiro sempre há brincadeiras com torcedores(as) de um time que perdeu um jogo, assim como são muitas as expressões de alegrias dos torcedores(as) de times vitoriosos.

Novas fotos, pensamentos e textos são constantemente postados, esperam-se comentários. Assim, são muitas as oportunidades para que uns(umas) deixem mensagens nos “cadernos” dos(as) demais. Por tudo isso, o *Facebook* também pode ser considerado parte do campo de pesquisa.

Isso remete a uma questão bem atual: a urgência em encontrar técnicas apropriadas para compreender as especificidades deste “campo de pesquisa” e para apreender as repercussões de redes virtuais, como esta, sobre o repertório de práticas que produzem incidência no espaço público contemporâneo.

No entanto, se é verdade que esta é a geração da “tecnossociabilidade”, é preciso não minimizar a convivência das novas tecnologias com diferentes agências de socialização, tais como família, bairro, escola, igrejas. A sociabilidade de determinado segmento juvenil é sempre fruto de diferentes combinações de espaços de socialização. Isso porque o “atual” é composto por uma variedade de arranjos, entre tradição e inovação, presentes na vida de diferentes segmentos juvenis. Sem levar em conta esses aspectos, corre-se, mais uma vez, o risco de homogeneizar a juventude. Compreender a existência de diferentes dinâmicas no uso das tecnologias é também uma forma de transpor obstáculos para que as chamadas “minorias ativas” (jovens que participam de grupos, redes e movimentos) se aproximem mais da realidade da maioria da juventude de cada país.

Por fim, outro aspecto importante a ser mencionado são os “sites de juventude”, que oferecem resultados de pesquisas, artigos de especialistas e notícias sobre grupos, redes e movimentos juvenis voltados para diferentes causas e pertencimentos. O *Projeto Juventudes Sul-americanas* tem seu site e, por seu intermédio, é possível fazer links para outros tantos sites “de juventude”.

ESTA É A PÁGINA DA PESQUISA JUVENTUDES SUL-AMERICANAS NA INTERNET <http://www.juventudesulamericanas.org.br/>

igase. conheça o Ibase | comunicação | contribua agora | webstera | fale conosco

Juventudes Sul-americanas

O Projeto / El Proyecto Pesquisas / Investigaciones Rede parceira / Red de Investigación Biblioteca

- Principal
- Notícias / Noticias
- Opinião / Opinión
- Multimídia / Multimedia
- Links Relacionados / Enlaces Relacionados
- Equipe / Equipo
- Fale Conosco / Hable con Nosotros
- Banco de dados / Banco de datos
- Receba o boletim / Reciba el boletín
- Trabalha com juventude? Registre-se!

Banco de dados

América do Sul

A pesquisa "Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional" buscou aprofundar questões relativas à participação juvenil, políticas públicas e integração regional em seis países da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O trabalho foi desenvolvido em três etapas. Confira o banco de dados relativos à segunda etapa, quantitativa, na qual foi realizada a aplicação de um questionário nos seis países, com 14.000 entrevistados, sendo 3.500 no Brasil, 2.500 na Argentina e 2.000 nos demais, cobrindo as áreas urbanas e rurais destes países. Com o objetivo de perceber a opinião de jovens e adultos(as) sobre a juventude e buscando um olhar comparativo entre gerações, 50% dos(as) entrevistados(as) por país pertencem à faixa de 18 a 29 anos e 50% de 30 a 60 anos. A aplicação dos questionários foi realizada pelo Ibase, de 16 de agosto a 2 de novembro de 2008. Além dos bancos de dados, brasileiro e regional, obtidos e utilizados na segunda fase, aqui você também encontra um pequeno resumo de apresentação da pesquisa.

[Escrever um comentário \(1 Comentário\) >>](#)

[Leia mais... >>](#)

Confira a lista de publicações referente a pesquisa Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional

América do Sul

A pesquisa "Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional" chega ao fim. Aqui reunimos todas as publicações referentes a este trabalho de Ibase, Polís e seus parceiros: SES, U-PIEB, Cidra, Base-It, Cotidiano Mujer e Udelar.

[Escrever um comentário \(0 Comentário\) >>](#)

[Leia mais... >>](#)

Juventudes Sul - Americanas: diálogos para a construção da democracia regional

América do Sul

Confira as entrevistas com os coordenadores de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, integrantes da pesquisa "Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional".

[Escrever um comentário \(0 Comentário\) >>](#)

[Leia mais... >>](#)

O que dizem jovens e adultos sobre as juventudes?

América do Sul

Acompanhe as matérias do Jornal Futura, do SBT Brasil e do Jornal das Dez, da GloboNews, sobre a pesquisa "Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional".

[Escrever um comentário \(0 Comentário\) >>](#)

[Leia mais... >>](#)

Fala Jovem

América do Sul

Ao longo da pesquisa "Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional" jovens de diferentes países foram entrevistados à respeito de suas visões sobre política e juventude, e relataram suas experiências de lutas em organizações e movimentos pelos direitos dos jovens e de toda a sociedade. Confira!

[Escrever um comentário \(0 Comentário\) >>](#)

[Leia mais... >>](#)

Enquetes/Encuesta

O que você acha do site? Que pensa sobre o site?

☐ Regular

☐ Bom/Buena

☐ Ótimo/Muy bueno

Notas

Qui Feb 11 (BR) - CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Sex Feb 12

DIÁLOGOS: UM VÍDEODOCUMENTÁRIO PARA PESQUISAR, CONTAR E PROVOCAR O DEBATE

As filmagens do documentário *Diálogos* foram realizadas durante um encontro no Rio de Janeiro (grupo de diálogo regional), promovido pelo *Projeto Juventudes Sul-americanas – Diálogos para a Construção da Democracia Regional*, coordenado por Ibase e Pólis, com o apoio do IDRC.

Com 30 minutos de duração, apresenta um painel diversificado de rostos, trajetórias, demandas e reflexões de jovens de seis países da América do Sul. Seus(suas) protagonistas participam de distintos grupos, redes e movimentos juvenis. São jovens que narram suas experiências de vida, marcadas pelas rápidas mudanças no mercado de trabalho e pela defasagem dos currículos escolares. Descrevem as distintas formas de violência física e simbólica que os(as) atingem como jovens, mulheres, negros(as), indígenas, moradores(as) de áreas rurais e de periferias urbanas. Questões sobre diferentes orientações sexuais e sobre a descriminalização da maconha também fazem parte de um rico debate entre jovens que buscam caminhos para fazer valer seus direitos perante a sociedade e o Estado.

No âmbito do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, este documentário foi útil *para descobrir* (aprender detalhes e ângulos do tema pesquisado), *para contar* (socializar, por meio da linguagem cinematográfica, os principais achados da pesquisa) e *para discutir* (provocar o debate em diferentes espaços sociais).

Para descobrir...

O antropólogo brasileiro Milton Guran, em seu texto *Fotografar para descobrir, fotografar para contar*, analisa o lugar da fotografia no âmbito da pesquisa antropológica, destacando duas finalidades distintas: a fotografia feita com o objetivo de se obter informações; e a fotografia feita para demonstrar ou enunciar conclusões.

Discorrendo sobre a contribuição da fotografia para a pesquisa, o autor enfatiza a especificidade das informações obtidas por meio de imagens. Seu papel não é apenas expor o que é visível, mas, sobretudo, *tornar visível o que nem sempre é visto*. Nesse sentido, fotografar é, antes de tudo, atribuir (ou reconhecer) valor a um aspecto determinado de uma cena. O “bom resultado” – além dos pré-requisitos técnicos – depende de uma fração de segundo e um momento de intuição.

No caso do vídeodocumentário, diferentemente da fração de segundo que caracteriza a fotografia, as filmagens se fazem por tempos contínuos. Nesse sentido, as descobertas são menos intencionais. Ainda que a edição final seja sempre resultado de escolhas, o processo de montagem não depende só do que se quer enfatizar. O estoque de imagens e falas disponíveis pode vir a surpreender, ampliando ou limitando a edição.

No caso de *Diálogos*, desde o início, a intenção não era nem fazer um produto didático (para “formar” jovens lideranças) nem usar a linguagem cinematográfica para traduzir um relatório de pesquisa. Tratava-se de usar outro recurso de comunicação, com suas possibilidades e seus limites.

O uso de imagens permite obter novas informações sobre formas de interação juvenil, sobre traços comuns e também sobre as diferenças culturais e pessoais de jovens de um mesmo país e entre jovens de diferentes países. Silêncios, troca de olhares, expressões faciais, mímicas, gestos, linguagem corporal não são detalhes, são informações cruciais, sobretudo quando os(as) protagonistas (da pesquisa e do documentário) são jovens. Dessa forma, as filmagens também são úteis para o processo de pesquisa porque trazem informações que, dificilmente, poderiam ser obtidas por outros meios.

Olhar próprio

No encontro de jovens sul-americanos(as), retratado no documentário *Diálogos*, chamou a atenção a presença de um jovem boliviano que – com sua pequena câmera – filmou o tempo todo do encontro. Sua imagem (produzindo imagens) evidencia uma peculiar combinação entre a afirmação da tradição étnica e as potencialidades das novas tecnologias. Com sua câmera, o que ele pôde levar de volta ao seu grupo não é apenas um relato ou um relatório, são imagens que ele mesmo produziu sobre a experiência vivenciada no Rio de Janeiro. Dessa maneira, culturas territoriais locais e o uso de novas tecnologias não apenas convivem, mas se influenciam mutuamente. Perguntado sobre a importância de “estar filmando”, o jovem boliviano de Potosi, respondeu: *“O uso deste equipamento e desta tecnologia não existia naquele tempo por causa dos nossos usos e costumes indígenas originários. Agora, o avanço da tecnologia modificou bastante isso. Aconteceu o mesmo com a máquina fotográfica. Isto é importante para levar informação”*.

A rigor, todo vídeodocumentário é produto tanto da intenção/preparação como de acasos. Em outras palavras, a despeito de roteiros e guias preparados com antecedência, as filmagens permitiram trazer à tona outras dimensões que não se pretendia enfatizar. Assim sendo, o processo de montagem de um documentário depende tanto do que se quer enfatizar como do estoque de imagens e falas disponíveis a editar.

No documentário *Diálogos*, por exemplo, era importante retratar todos os segmentos juvenis presentes no evento. Embora tenha havido intenção e preparação para dar conta de tal diversidade – de nacionalidades, gêneros, causas e pertencimentos – isso, porém, não se realizou. Na realidade, nem todos os(as) jovens que participaram do diálogo regional se dispuseram (certamente, por motivos diversos) a ser filmados e a falar sobre suas trajetórias pessoais. E, entre os(as) que se dispuseram, alguns(mas) não ficaram à vontade o suficiente para se fazer compreender. A princípio, esta seleção de depoimentos poderia ser contrabalanceada pela participação de outros(as) jovens durante o encontro. Reforçando, porém, ainda, a dificuldade de dar visibilidade a todos os segmentos juvenis, a participação nos grupos e nos momentos coletivos também não foi homogênea. Em resumo, apesar das intenções do roteiro, a diversidade juvenil retratada no documentário ficou aquém do planejado.

Na pesquisa sociológica, as diferenças de participação são dados que devem ser levados em conta nas análises. Os silêncios também são reveladores.

Nas filmagens, para além dos silêncios, também podem ser levados em conta os gestos, as expressões, os cochichos etc. Além daqueles que dão depoimentos ou discutem com veemência, outros(as) jovens são protagonistas do documentário *Diálogos*. Imagens dos momentos mais quentes da discussão mostram jovens que falam ao mesmo tempo, se olham, confabulam, se mostram agitados(as), deixam transparecer expressões de dúvida, concordâncias e discordâncias. Nesse caso, são as imagens que, por si, evidenciam o envolvimento de um conjunto mais amplo de jovens com as questões em pauta.

Da mesma forma, as imagens da Praia de Copacabana – com banhos de mar e jogo de futebol – também permitem descobrir outras facetas dos(as) “jovens participativos(as)”, que, muitas vezes, só se apresentam e são vistos(as) pela ótica militante.

Enfim, neste contexto, as fronteiras entre o “tempo da pesquisa” e o “tempo da filmagem” tornam-se frágeis. Isso não quer dizer que todas as informações obtidas devam ou possam ser transformadas em texto. De fato, a conjugação entre imagens e falas em um documentário produz emoções que nem sempre se prestam a ser enquadradas na lógica do discurso científico. São modos diferentes de se aproximar da realidade, mas que podem se somar como vias complementares.

contar...

Cada documentário busca um casamento peculiar entre imagens e falas para tratar de um tema. No caso do documentário em questão, relacionado ao *Projeto Juventudes Sul-americanas*, o objetivo era sondar as possibilidades e os obstáculos para o estabelecimento de um diálogo entre jovens dos seis países estudados.

Como se sabe, um conjunto razoável de resultados de outras etapas do projeto – dos estudos de caso (situações-tipo), dos grupos focais e da pesquisa de opinião – foi divulgado em livros, artigos em revistas especializadas, brochuras e vídeos produzidos pelas equipes nacionais. Esses resultados, sem dúvida, foram importantes para viabilizar os grupos de diálogo nacionais e o próprio diálogo regional. Tratava-se agora, no entanto, de fazer um novo produto que não substituísse livros e vídeos já realizados, mas pudesse complementá-los. Isso tanto no que diz respeito a novas informações como no que diz respeito à especificidade concernente ao uso de imagens para comunicar resultados de pesquisa.

Assim sendo, o objetivo não era enfatizar a técnica de pesquisa utilizada (*choicework dialogue*), mas retratar o que se passou em um determinado espaço e tempo, de maneira a gerar interesse de outros(as) jovens e, ao mesmo tempo, de oferecer a estudiosos(as) do tema algum material e achados de pesquisa.

No documentário, destacam-se algumas trajetórias pessoais de jovens. São eles e elas que contam como se relacionam com seus pais e suas mães, como se sensibilizaram por questões sociais, como se sentem e o que querem como jovens. Seus rostos e expressões abrem possibilidades de ampliar o conhecimento sobre juventude, mas também emocionam.

Esses depoimentos pontuam uma estrutura narrativa que busca – por meio de cenas de trabalho em grupo e de reuniões plenárias – destacar os pontos de consenso, as controvérsias e as dúvidas presentes no processo de construção de uma identidade política entre jovens sul-americanos(as). Tal narrativa é composta por três blocos:

- 1) o que se entende por “demandas juvenis?”;
- 2) o que significa hoje falar em “participação juvenil?”;
- 3) como grupos, redes e movimentos juvenis devem se relacionar com os governos e com o Estado?

Enfim, o que esse documentário nos conta? Por meio de uma particular articulação entre imagens e falas, o documentário dá conta de explicitar as tensões constitutivas do “campo da juventude” que se constroem nesta primeira década do século 21. É a partir da apreensão das controvérsias em curso que o documentário pode ser útil para provocar reflexão acadêmica e debate em espaços de participação social.

provocar o debate...

Problemas específicos nas áreas de educação, trabalho e violências físicas e simbólicas atingem hoje particularmente a juventude. A transformação desses problemas sociais em demandas socialmente reconhecidas exige pactos intergeracionais; alianças entre segmentos juvenis e um novo paradigma para formulação e implementação de políticas públicas de juventude.

O documentário *Diálogos* pode ser um instrumento para qualificar o debate em curso. Pode ser utilizado como um disparador de discussão em diferentes espaços, com objetivos diversos, seja por imediata identificação ou aproximação; seja por estranhamento ou oposição. Vejamos alguns exemplos.

1. Apresentação do documentário para outros grupos e movimentos sociais (não demarcados pela identidade juvenil)

Como já foi dito, o documentário registra as tensões e as controvérsias que os grupos, redes e movimentos juvenis enfrentam para caracterizar suas “demandas”, para alargar as definições de “participação” e para estabelecer relações com os governos e com o Estado. Esses pontos aproximam o “campo da juventude” de outros movimentos sociais que não são recortados pela questão etária. Nesse sentido, apresentar o documentário em espaços de participação social não caracterizados como “de juventude” pode ser útil tanto para disseminar informações sobre a atual “condição juvenil” como para provocar a reflexão (e, em alguns casos, até mesmo para renovar concepções) sobre as atuais e diferentes formas da participação social, provocando um necessário *diálogo intergeracional*.

2. Apresentação do documentário para diferentes coletivos de jovens

O documentário registra formas bem diversas de participação. Estão presentes os(as) jovens de organizações tradicionais, como partidos políticos, sindicatos e movimento estudantil. Também estão presentes jovens de movimentos identitários, como os étnicorraciais, de gênero e orientação sexual. Entre os grupos culturais, destacam-se jovens de teatro, hip hop e de comunicação. Também estavam presentes jovens católicos(as), evangélicos(as), de tradição indígena e africana, embora o recorte religioso não tenha ficado evidente no documentário.

Sem buscar anular ou subestimar diferenças, o próprio encontro foi uma oportunidade para provocar olhares e escutas mútuas. Nesse sentido, a mesma experiência pode ser multiplicada e potencializada por meio da exibição do documentário. Cada exibição pode ser vista como uma oportunidade de entender as razões do outro, sem necessariamente lhe dar razão. Por exemplo, em determinado momento do filme, uma jovem brasileira – participante do movimento negro – classifica como uma forma de “participação” (reação ao *status quo*) as ações ilícitas praticadas por jovens “excluídos do sistema”. Um jovem uruguaio, vinculado a um partido político, reage a esta formulação. Depois de argumentos e contra-argumentos, fica a questão: como as chamadas “juventudes organizadas” se relacionam (ou não) com segmentos excluídos da juventude? Um outro exemplo. Após a apresentação do documentário em um grande Festival de Juventude, na Argentina, os(as) jovens de coletivos juvenis – sobretudo, ligados(as) a projetos sociais – ali reunidos(as), manifestaram-se contra a postura de certos protagonistas do filme considerados como “donos da verdade” que querem “ensinar caminhos” para outros(as) jovens. Nesse caso, o documentário parece ter contribuído para a explicitação da crítica dos modos tradicionais de se fazer política (que também se reproduzem entre os/as jovens).

Vejam, ainda, um último exemplo. As questões dos(as) jovens do meio rural estão menos presentes no documentário que, por exemplo, as questões que afetam os(as) jovens urbanos e as causas étnico-raciais, de orientação sexual etc. No entanto, convidar jovens rurais para debater sua própria situação a partir dessa certa “ausência” pode ser estimulante. Além disso, a comparação – por meio do estabelecimento de semelhanças e diferenças – entre o que se passa com outros segmentos juvenis pode se tornar uma oportunidade para enriquecer a pauta dos jovens rurais. De certa forma, foi isso que aconteceu em dezembro de 2009, durante o encontro de jovens que participam da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf). Naquela ocasião, os(as) participantes se apropriaram de duas questões presentes no documentário, a saber: *como seria possível ampliar a participação dos jovens rurais?*; *como se relacionar com as agências governamentais e com o Estado?* Essas questões pautaram o trabalho em grupo que se seguiu à exibição. Dessa maneira, o vídeodocumentário motiva a ampliação da discussão e provoca a conexão de demandas específicas com problemas comuns à atual condição juvenil.

Aliás, a apresentação do documentário para específicos segmentos juvenis pode ser tanto ocasião para afirmação dos aspectos particulares de cada segmento juvenil como ocasião para se estabelecer uma dinâmica de identificação de traços geracionais comuns. Dessa maneira, o documentário pode contribuir para o desenvolvimento do *diálogo intrageracional*, condição indispensável para construir uma pauta comum e se fazer presente no espaço público.

3. Apresentação do documentário para autoridades e gestores de Políticas Públicas de Juventude

O documentário *Diálogos* apresenta as juventudes sul-americanas em seus múltiplos segmentos. Isto é, não particularizada, os(as) jovens são reconhecidos(as) como “público-alvo” ou como “interlocutores” de um ou outro ministério, secretaria ou espaço institucional de juventude. Não por acaso, em uma exibição feita para autoridades na Argentina, o representante de um programa voltado aos(as) “jovens excluídos(as)” afirmou que aqueles que estavam no documentário não eram os “seus jovens”. De fato, o que se apresenta é um conjunto peculiar de jovens a partir do qual se produz um novo “sujeito político” (ou, pelo menos, um novo “público-alvo”).

Falar de “juventude como sujeito de direitos” questiona recortes de políticas setoriais. Se é verdade que este sujeito/público-alvo foi a motivação para a criação de “espaços institucionais de juventude” nos seis países estudados, também é verdade que permanece a dificuldade de disseminar a visão de “desenvolvimento integral” da juventude, com suas desigualdades e diversidades. Trata-se, agora, de superar as concepções de “prevenção” ou de “contenção” que, desde a década de 1990, balizam programas e ações voltadas para a juventude.

Com efeito, as imagens e as falas do documentário apresentam, com contundência, demandas juvenis que ultrapassam as fronteiras que separam setores do Estado (Educação, Trabalho, Cultura, Segurança, Saúde, Meio Ambiente, Transporte etc.). De fato, elas reafirmam a necessidade que o tema da juventude esteja presente em diferentes ministérios e secretarias (evocam *transversalidade*), assim como reafirmam a necessidade de *integração de programas e ações* voltados para diferentes segmentos juvenis. Nesse sentido, sem ser uma tese ou um informe político, o documentário *Diálogos* – apresentando imagens e falas jovens – pode contribuir para sensibilizar as autoridades em direção à inovação de concepções e práticas no que diz respeito às Políticas Públicas de Juventude.

Por fim, é importante lembrar que uma cópia do documentário *Diálogos* acompanha este livro e pode ser projetada em diferentes espaços e situações. Voltado para um segmento populacional marcado pela “tecnossociabilidade” e pela ampliação do acesso à internet e aos celulares, o documentário

terá usos, sentidos e apropriações diversas por grupos, redes e movimentos juvenis. Cópias serão feitas e seus usos não são totalmente previsíveis e controláveis. Seu lugar se definirá ao lado de outras tantas filmagens que, certamente, serão feitas por outros(as) pesquisadores(as) e pelos(as) próprios(as) jovens, como já é o caso do jovem boliviano de Potosi.

PARA ALÉM DO DETERMINISMO TECNOLÓGICO E DO PESSIMISMO CULTURAL

“O pensamento atual acerca das relações entre cultura e tecnologia se detém ao chegar, majoritariamente, a conclusões desesperançadas. Para os conservadores culturais, a televisão a cabo é a última oferenda da caixa de Pandora e a transmissão por satélite irá coroar a torre de Babel. Ao mesmo tempo, uma nova classe de intelectuais, que dirige os centros nos quais operam as novas tecnologias culturais e de informática, fala com segurança de seu “produto”. Nenhuma dessas posturas pode ser considerada solo firme. O que temos é uma péssima combinação de determinismo tecnológico e pessimismo cultural.”

Raymond William, *Cultura*, Ed. Paz e Terra, 1992

Questionando a propagação do “pessimismo cultural”, Jesus Martin-Barbero, antropólogo colombiano, mostra como as novas tecnologias de comunicação e informação empurram as sociedades a uma intensificação de seus contatos e conflitos, expondo todas as culturas umas às outras, como nunca ocorreu antes. Neste sentido, é fundamental chamar a atenção para a velocidade com que “as maiorias” – ou seja, os(as) jovens dos estratos sociais mais pobres – estão tendo acesso ao telefone celular e à internet, como já mencionados nos resultados da pesquisa de opinião. Por meio desse novo espaço comunicacional, trocam *e-mails*, músicas, fotos e vídeos. Nesse novo espaço, também renovam as formas de atuar no espaço público, como ocorre nas mobilizações juvenis estudadas.

As relações entre cultura e comunicação se acentuam para a atual geração juvenil justamente porque, nos dias de hoje, as transformações culturais mais decisivas provêm de mutações tecnológicas. É neste cenário histórico que a “idade” ou o “ser jovem” pode se tornar um recorte produtor de demandas de reconhecimento. E, dessa maneira, deixar de ser apenas um “recorte” para – em determinados espaços e ocasiões – expressar uma identidade/ um novo sujeito que se constrói na busca de respostas para suas necessidades cidadãs. Além disso, as redes digitais tecem um potencial estratégico para a integração sociocultural dos(as) jovens sul-americanos(as).

Como era de se esperar, porém, também o espaço de comunicação virtual é disputado por valores distintos e forças antagônicas. No futuro, marcos regulatórios mais gerais deverão ser produto de negociações de atores públicos. No presente, cabe aos estudiosos, aos grupos, às redes e aos movimentos juvenis – com seu conhecimento, seus valores e suas causas – disputarem também o ciberespaço e as mensagens e imagens que nele circulam. Para tanto, é preciso apropriar-se das novas tecnologias para produzir contrainformação, divulgar informações qualificadas, mobilizar a imaginação e participar da construção do espaço público ampliado. Em vez de se opor (ou submeter um polo ao outro), é preciso combinar razão e imaginação, ciência e arte, o livro e os meios audiovisuais. Levar em conta a especificidade de cada linguagem é fazê-las convergir na direção das demandas de emancipação dos(as) jovens de hoje, sobretudo, daqueles(as) mais atingidos(as) por processos de exclusão social.

JUVENTUDES E INTEGRAÇÃO REGIONAL: encontros e desencontros entre o olhar da população e as iniciativas da sociedade civil e dos governos



RECADOS DE JOVENS CHILENOS(AS) E BRASILEIROS(AS) PARTICIPANTES DO GRUPO DE DIÁLOGO REGIONAL (JUNHO DE 2009, RIO DE JANEIRO, BRASIL)

“É importante tentar a união. A integração latino-americana é possível e necessária, temos muito em comum, construamos um movimento regional e transformemos nossos países, democratizemos, repartamos de melhor maneira os recursos, etc.”

“É hora de acordar a fim de unir forças com outros jovens do mundo e, movidos pela rebeldia peculiar do “Ser jovem”, avançemos para a tão sonhada transformação social. Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!”

“Discutir com jovens de outros países sobre temas tão sérios e importantes fez com que eu me sentisse um jovem sul-americano. Precisamos nos reconhecer como uma grande nação latino-americana.”

Os depoimentos citados foram feitos durante um encontro de 40 jovens que participam de grupos, redes e movimentos sociais. Nestes tempos de globalização, entre os(as) jovens participantes, começa a se delinear um pertencimento militante que extrapola fronteiras nacionais e vai chegando à América do Sul, à América Latina, à Ibero-américa, às lutas por uma outra globalização (não necessariamente nesta ordem linear e progressiva). Para tanto, certamente, contam tanto iniciativas não governamentais – como aquelas que se congregam há quase uma década em torno do Fórum Social Mundial – como iniciativas governamentais – como aquelas que dizem respeito às atividades que focalizam os países do Mercosul ou íbero-americanos.

Contudo, há uma defasagem entre essas minorias juvenis mobilizadas e o conjunto desta geração. Os resultados da pesquisa de opinião ratificam esta constatação, mas, ao mesmo tempo, trazem informações intrigantes que diferenciam um pouco as relações entre vizinhos e entre os países vizinhos com países ibero-americanos, sobretudo Espanha.

Neste capítulo, vamos tratar deste assunto, começaremos pelos resultados da pesquisa de opinião para olhar a “integração sul-americana” do ponto de vista de cidadãos(ãs) jovens e pessoas adultas dos seis países. Em seguida, ofereceremos ao público leitor um glossário de siglas e temas que precisam ser conhecidos por quem está pesquisando ou atuando nos espaços de juventude. E, por fim, traremos mais uma contribuição da pesquisa quantitativa, cotejando algumas respostas com a visão dos(as) jovens participantes do grupo de diálogo, o que nos dá uma medida de como os(as) jovens dos seis países pesquisados encaram seu próprio futuro, de seu país e da América do Sul.

REALIDADES E DESEJOS DE JOVENS SUL-AMERICANOS(AS): SUBSÍDIOS PARA PENSAR A INTEGRAÇÃO REGIONAL

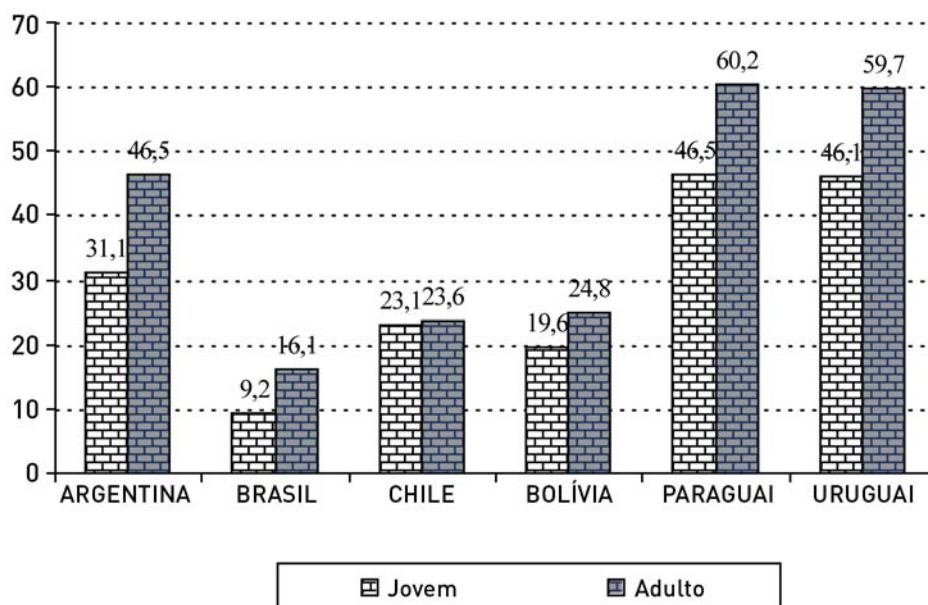
Um dos objetivos da pesquisa foi analisar as potencialidades das juventudes dos seis países estudados em reconhecer os problemas comuns e construir uma pauta regional. Por este motivo, buscou-se conhecer para onde migram e por onde circulam os(as) jovens da região, assim como a percepção da população com relação às principais iniciativas de integração regional.

Como e por onde circulam os(as) jovens da região?

De um modo geral, pesquisas têm evidenciado que a migração entre os(as) jovens é marcada, de um lado, por um conjunto de oportunidades e, de outro, por um conjunto de riscos. A partir dos resultados dos índices construídos na pesquisa de opinião, pode-se afirmar que a população jovem circula de forma bastante limitada intrapaíses da região.

- » O país que traz o maior índice global de circulação, entre outros países da América do Sul e de outros continentes, é o Uruguai, e o Brasil apresenta o menor índice de circulação. Para a América do Norte e Europa, encontramos os seguintes índices: 6,54% de argentinos(as); 5,1% de bolivianos(as); 3% de brasileiros(as); 3,4% de chilenos(as); 2,2% de paraguaios(as) e 11,7% de uruguaios(as).
- » Se considerada globalmente, a maioria dos(as) respondentes afirma não ter viajado a outros países, sendo que o Uruguai (56,3%) e o Paraguai (55,2%) representam as exceções. A Argentina (41,9%), o Chile (23,5%) e a Bolívia (22,8%) ocupam posições intermediárias, ao passo que o menor índice de mobilidade geral pode ser observado no Brasil (13,9%).
- » A diferenciação do Brasil com relação aos demais países no campo da mobilidade, entre os países da América do Sul, pode ser explicada por conta das suas dimensões continentais, pela diferença da língua e história de colonização. Mas mesmo assim, surpreende o baixo grau de contato que a população brasileira mantém com os seus “países-irmãos”.
- » Para todos os países investigados, as pessoas adultas apresentam maiores índices de mobilidade que os(as) jovens, exceto o Chile, que apresenta basicamente os mesmos índices entre jovens e pessoas adultas – 23,1% e 23,6%, respectivamente.

GRÁFICO 8 | Mobilidade global entre os países, segundo jovens e pessoas adultas (em percentual)



Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

E quais os principais motivos para a circulação?

TABELA 21 | Índice de mobilidade global entre os países da região, por turismo, trabalho e estudo, segundo jovens e pessoas adultas (em percentual)

Motivação	ARGENTINA		BRASIL		CHILE		BOLÍVIA		PARAGUAI		URUGUAI	
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
Por turismo	20,9	42,4	7,7	12,7	20,0	18,1	15,3	16,3	33,0	36,5	43,4	51,8
Por trabalho	3,4	8,1	2,1	4,9	2,7	7,1	4,5	9,9	15,7	30,1	6,3	17,6
Por estudos	1,8	2,0	0,3	0,6	2,2	0,3	1,5	1,5	3,0	3,1	2,5	4,2

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

- » Quando perguntados se já visitaram outro país da América do Sul, com exceção dos países da pesquisa, o país mais frequentemente apontado é o Peru. Já com relação a países de outro continente que planejam visitar, os países mais frequentemente apontados são Espanha e Estados Unidos. Quando perguntados se teriam algum familiar ou amigo(a) vivendo em outro país da América do Sul, observa-se o grande contingente de paraguaios(as) – 71% – e bolivianos(as) – 44,7% – nessa condição.

TABELA 22 | Índice de mobilidade de familiares e amigos(as), segundo países da região (percentual)

	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Familiar	11,5	44,7	3,4	16,4	71,0	31,5
Amigo(a)	6,8	7,8	3,2	7,8	18,3	16,0

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

A mesma pergunta, dirigida aos países da América do Norte e Europa, de um modo geral, eleva as diferenciações e a situação de circulação para a região.

TABELA 23 | Índice de mobilidade de familiares e amigos(as) para países da América do Norte ou Europa, segundo países da região (percentual)

	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Familiar	21,8	38,8	13,8	18,9	40,4	35,7
Amigo(a)	13,3	10,6	11,4	9,7	16,3	22,7

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

O que dizem sobre a integração?

Sobre as iniciativas importantes para aproximar os países da América do Sul, jovens e pessoas adultas de todos os países, nas suas respostas, seguiram uma mesma tendência: investimento em comércio, infraestrutura, trabalho e programas de estudo.

- » Recorrentemente, os maiores índices percentuais (acima dos 80%) referem-se à construção de obras que liguem os países do continente às iniciativas de integração mais solidária entre os povos.
- » A proposta de iniciativas que promovam uma integração mais solidária entre os povos da região ficou assim representada: 81,7% de argentinos(as), 86,2% de bolivianos(as), 87% de brasileiros(as), 75,3% de chilenos(as), 80,6% de paraguaios(as) e 82,5% de uruguaios(as).
- » Investir em programas que possam facilitar os(as) jovens sul-americanos(as) a estudar e/ou trabalhar em outros países da região foi considerado relevante para a maioria: na Argentina, 80,5%; na Bolívia, 86,3%; no Brasil, 80,5%; no Chile, 80,2%; no Paraguai, 83,3%; e no Uruguai, 81,6%.

Em resumo

A questão da integração regional ainda não chegou à maioria da população e, especialmente, às diversas juventudes. A própria ideia de região ainda não está consolidada. As informações aqui apresentadas fotografam um tempo quando as opiniões e percepções sobre a questão ainda aparecem de forma fragmentada e pouco estabelecida, refletindo os processos históricos, políticos e culturais vivenciados, durante séculos, pelos países sul-americanos, profundamente afastados uns dos outros.

A maioria dos(as) jovens destes países percebe “a região” como um local de poucas oportunidades, ainda não vislumbrando uma cidadania que ultrapasse fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, são altas as percentagens de concordância com investimentos em comércio, infraestrutura, trabalho e

programas de estudo na região. Essa incongruência pode revelar um momento histórico específico quando os países deixam de estar totalmente voltados para Europa e Estados Unidos, em termos comerciais e culturais, e começam a se enxergar como países vizinhos – mas ainda estão entre os preconceitos e a identificação de oportunidades.

DATAS, SIGLAS E CONVENÇÕES: A JUVENTUDE ENTRA NAS PAUTAS INTERNACIONAIS DA SOCIEDADE CIVIL E DOS GOVERNOS

São muitos os desafios para a construção de uma integração política e social da América do Sul. Essa integração também vem sendo pensada como estratégia importante para impulsionar conquistas para as juventudes dos diversos países, e vice-versa. Ela também pode ser uma força motriz para impulsionar avanços democráticos na região.

Do ponto de vista das demandas juvenis, espera-se que uma relação mais próxima e estabelecida entre países possa influenciar no aperfeiçoamento de organismos nacionais e, também, em instâncias regionais de incentivo e controle mútuo voltadas para a melhoria da qualidade de vida das juventudes sul-americanas.

A partir de 1985, justamente o ano da Juventude no âmbito das Nações Unidas, entre as recomendações gestadas nos organismos bilaterais e nas agências de cooperação internacional, para que os países latino-americanos saíssem da crise econômica e combatessem a pobreza, destacou-se a preocupação de inserção social de jovens.

A juventude pensada como “agente para o desenvolvimento”, parte importante do “capital social” de cada país e da região, deveria ser encarada “não como problema, mas como solução”, até mesmo porque a favor desse segmento etário havia um bônus demográfico bastante favorável. A partir daí, várias iniciativas marcaram o cenário internacional, como se pode ver na cronologia aqui apresentada. Chegamos ao ano 2000, com vários espaços internacionais e regionais, setores dos governos e parcelas organizadas das sociedades civis preocupados com questões gerais desta *geração, com seu desenvolvimento integral* e com a necessidade de promover aproximações entre diferentes segmentos juvenis. Por meio da Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ), iniciam-se, então, as negociações para a aprovação da “Convenção Ibero-americana dos Direitos da Juventude”. A partir de 2005, o desafio se transforma em fazer valer essa Convenção, para ter força de tratado internacional tanto para coibir abusos como para gerar oportunidades para os(as) jovens de cada país e na região.

foto | Argentina / Arquivo Fundación SES



Acontecimentos e documentos internacionais que repercutiram na configuração da “questão juvenil” na América do Sul

1985

Ano Internacional da Juventude – ONU

1991

Criação do Mercosul

1992

Fundação da Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ)

1994

Criação do Fórum Latino-americano de Juventude (Flaj)

1995

Lançamento do Programa de Ação Mundial para Jovens (IpamJ/ONU)

Criação da Mercocidades, iniciativa de prefeitos da região

1998

Plano de Ação de Braga I Conferência Mundial de Ministros da Juventude

Declaração de Lisboa Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas

2001

“Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude”, documento elaborado em evento no Senegal

2003

Criação do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul (FJP)

2005

Finalizado o texto da “Convenção Ibero-americana dos Direitos da Juventude” pela OIJ

Criação do Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS) foco em jovens e mulheres, rurais e urbanos

2006

I Encontro por um Mercosul Social e Produtivo, Córdoba / Argentina

Criação da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul, Córdoba / Argentina

Criação da Unidade Temática Juventude / Mercocidades

E o que vem a ser o Projeto “Mercosul Social”?

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, criando o Mercosul, que constitui o projeto internacional mais relevante com o qual estão comprometidos estes países. Os primeiros anos foram marcados por uma ótica economicista, pela perspectiva restrita de integração de mercados. No início de 2000, porém, reuniões especializadas foram ampliando seus objetivos.

Buscando uma nova institucionalidade e uma participação mais efetiva da sociedade civil, surgiu o I Encontro por um *Mercosul Social e Produtivo*, por ocasião da XXX Conferência de Chefes de Estado do Mercosul (em julho de 2006, Córdoba). Como fruto mais imediato, houve a realização da *Cumbre do Mercosul Social*, em Brasília, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2006. Dela, vale ressaltar os chamados *Objetivos Macrorregionais*: constituir um espaço de discussão de políticas regionais com respeito à participação social e à agenda social do Mercosul. E o *tema transversal*, “Desenvolvimento regional e participação social: do Mercosul que temos ao Mercosul que queremos”. A convocação do evento coube ao Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul, à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e à Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. E entre os organizadores constavam: ONGs, movimentos sociais, centrais sindicais, associações, campanhas etc.⁷

Nessa conjunção, os(as) jovens, como *sujeitos de direitos*, vêm ganhando espaço, culminando, no ano de 2006, na criação, no âmbito do Mercosul, da Reunião Especializada em Juventude (REJ), que tem se mostrado com potencial para se tornar um fórum relevante para a ação da sociedade civil, especialmente no âmbito de construção e monitoramento de políticas públicas. Mesmo assim, o espaço reservado à juventude na estrutura do Mercosul ainda é pequeno. Os limites do processo de integração do Mercosul estão postos, sobretudo, por contemplar, basicamente, aspectos econômicos e comerciais, secundarizando, sobremaneira, as demandas e políticas sociais. Potencializar o lado social e solidário do Mercosul ainda é um desafio para os povos da região.

7 Ver também Declaração de Assunção “Rumo a um Mercosul Social como instância articuladora das políticas sociais na região”; Assunção, 1º de junho de 2005, e Declaração de Buenos Aires, “Por um Mercosul com rosto humano e perspectiva social”, Buenos Aires, 14 de julho de 2006.

Foto | Uruguai / Arquivo Cotidiano Mujer e FCS Udelar



Vocabulário

Para compreender as principais iniciativas que envolvem as juventudes sul- americanas

Organização Íbero-americana de Juventude (OIJ) | foi fundada em 1992, é um organismo multi-governamental, que reúne órgãos de juventude dos governos nacionais. Além dos países envolvidos nesta pesquisa – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai – são membros Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana e Venezuela. Entre seus objetivos centrais, destacam-se: o político, que visa promover a geração de Políticas Públicas de Juventude nos distintos países; o técnico, que visa investigar as diferentes realidades dos(as) jovens e capacitar funcionários(as) e representantes juvenis; o de cooperação, que visa promover projetos de integração para jovens em âmbito nacional e regional. A Convenção Íbero-americana de Direitos dos Jovens deverá cumprir um papel de integração e de promoção desses três objetivos. A Secretaria Geral da OIJ funciona em Madri, na Espanha, e o escritório regional do Cone Sul em Buenos Aires, Argentina oijconosul@oij.org. Para saber mais, consulte: <www.oij.org>.

Convenção Íbero-americana dos Direitos dos Jovens | documento que foi elaborado com a participação de representantes de todos os países que fazem parte da OIJ e assinado, em 2005, pela maioria destes países. Esse documento define um conjunto de direitos dos indivíduos que têm de 15 a 24 anos e são cidadãos(ãs) ou residentes dos países íbero-americanos (América Latina, Espanha e Portugal). É o primeiro documento dessa natureza a tratar especificamente de juventude. Trata-se de um marco jurídico que deverá ser ratificado pelos poderes Legislativo e Executivo de cada país. Com seus 44 artigos, a convenção objetiva ter força de tratado internacional, que pode ser acionada para proteger e exigir os direitos dos(as) jovens. Para conhecer o conteúdo da convenção, acesse: <www.oij.org>.

Reunião Especializada de Juventude (REJ) / Mercosul Social | na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul de Córdoba, em julho de 2006, foi instituída a Reunião Especializada de Juventude (REJ). Tecnicamente, trata-se de um órgão de assessoramento do Grupo do Mercado Comum (GMC) para os temas relativos à juventude. A sessão inaugural da REJ ocorreu no Brasil, em janeiro de 2007, durante a Cúpula dos Chefes de Estado do Rio de Janeiro. A segunda ocorreu no Uruguai. Segundo a Ata da Terceira Reunião da REJ, realizada em Buenos Aires, em junho de 2008, “os participantes acordaron definir los siguientes temas como prioritarios dentro de la Agenda Política Estratégica de la REJ, sobre la base de la investigación “Juventud e Integración Sudamericana”: Trabajo; Decente; Educación; Movilidad Urbana (transporte público); Cultura (Acceso y producción); Diversidad; Ambiente sustentable; Salud y Voluntariado”. Negociações posteriores, realizadas no âmbito da REJ, resultaram em um acordo para que cada país indicasse até três organismos da sociedade civil para participar das discussões, em caráter consultivo. Organizações da sociedade civil participaram do Encontro de Salvador, na Bahia, em dezembro de 2008. Atualmente, movimentos juvenis e organizações da sociedade civil se articulam para ampliar essa participação.

Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) | durante os debates do seminário prévio à Reaf, realizada em 2006, surgiu como linha prioritária trabalhar a questão da juventude rural vinculada à agricultura familiar, em cuja instância se criou o **Grupo Temático de Jovens Rurais**, como forma de incorporar as demandas da juventude rural do Mercosul, com especial ênfase nas questões de gênero. A partir desta instância, está sendo realizado um curso de formação de jovens rurais, no qual se incorporou a socialização e o debate da publicação “6 demandas para construir uma agenda comum”, primeira publicação da *Pesquisa Juventudes Sul-americanas*, através de seu parceiro no Paraguai, Base-IS.

Reunião Especializada de Mulheres (REM) | desde 2000, também discute questões referentes a relações de gênero entre jovens.

Fórum de Juventudes Políticas (FJP) | articulação entre juventudes partidárias no âmbito do Mercosul, iniciada em 2003, em Assunção, Paraguai. Em 2007, o Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul (FJPM) reuniu-se, em seu quarto encontro, para aprofundar dois eixos: a integração regional e a questão específica da juventude. No documento desse encontro, de acordo com o relato das oficinas, concluiu-se que “as juventudes políticas têm muito a contribuir no aprofundamento deste projeto de integração regional, intentando ampliar suas dimensões a partir de todas as expressões das lutas dos e das jovens (trabalhadores, feministas, estudantis, da luta ambiental, livre orientação sexual, indígena, campesina e do movimento negro)”.

Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS) | é uma plataforma de trabalho que envolve 17 organizações não governamentais (sete na Argentina, três no Brasil, duas no Chile, três no Paraguai e duas no Uruguai) que atuam no campo do desenvolvimento local, da educação e comunicação popular, da cidadania e da participação e cerca de 200 organizações sociais de base (OS's) destes países (jovens, mulheres, rurais e urbanos).

Mercocidades | foi fundada em 1995, por iniciativa de administradores e prefeitos da região, com objetivo de favorecer a participação dos municípios no processo de integração regional, promover a criação de um âmbito institucional para as cidades no seio do Mercosul e desenvolver o intercâmbio e a cooperação horizontal entre as municipalidades da região, segundo o estipulado em seus estatutos. As cidades fundadoras foram doze: Assunção (Paraguai), Rosário, La Plata, Córdoba, Buenos Aires (Argentina), Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador (Brasil), e Montevideu (Uruguai). Desde então, a rede vem sendo ampliada e incorporando novos membros. Atualmente, conta com 198 cidades associadas da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia e Peru, onde vivem mais de 80 milhões de pessoas.

Unidade temática Juventude/Mercocidades | foi criada em março de 2006, em Montevidéu. A Unidade Temática de Juventude tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento das políticas locais de juventude nas cidades do Mercosul, promovendo a participação dos(as) jovens em sua formulação e execução, mediante o fortalecimento dos processos de descentralização e integração regional. Como objetivos específicos se propõe:

- a) refletir sobre os avanços e dificuldades dos processos de descentralização e integração regional e propor ações nessa direção;
- b) potencializar a rede existente de organismos locais de juventude, com a finalidade de fomentar o intercâmbio de experiências em políticas locais de juventude e participação juvenil;
- c) comparar mecanismos de funcionamento das secretarias e departamentos de juventude com o objetivo de integrá-las, por meio da Unidade Temática de Juventude, ao desenvolvimento da rede Mercocidades, incorporando a perspectiva juvenil ao debate das diferentes Unidades Temáticas da rede.

Fórum Latino-americano de Juventude (Flaj) | é uma associação não governamental que representa movimentos juvenis e organizações de toda a região. O Fórum nasceu em 1994, a partir de outras experiências de articulação de coletivos juvenis apoiadas pela Unesco, entre 1987 e 1994. Segundo seus documentos, “nasceu com uma ampla e irrevogável vocação de pluralidade (...) com a finalidade de transformar-se em um local de apresentação, coordenação e cooperação com todas as organizações latino-americanas de juventude, a fim de reforçar suas capacidades e os seus valores, tais como a democracia, a liberdade, a justiça, defesa dos direitos humanos, defesa da vida e do ambiente, da solidariedade e promoção da América Latina. O FLAJ se apresenta como “a coordenação continental de juvenis de entidades não governamentais organizadas; ligação com as plataformas nacionais e internacionais que trabalham no continente”. Os objetivos da organização:

- 1) constituir-se como um lugar que reúne conselhos nacionais e internacionais de organizações juvenis e aquelas com um caráter técnico especializado;
- 2) desenvolver e reforçar a associação da juventude como um instrumento de participação nas estratégias de “desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da juventude”;
- 3) constituir-se em uma instância de debate e consulta entre jovens, organizações não governamentais, organismos e agências de cooperação internacional, estruturas nacionais e órgãos governamentais;
- 4) motivar e coordenar trabalhos de investigação e de projetos comuns entre as organizações filiadas;
- 5) reforçar as capacidades técnicas das organizações filiadas FLAJ. O site do FLAJ é <www.flaj.org>.

MAIORIAS E MINORIAS JUVENIS: OTIMISMO QUE PREVALECE COM RELAÇÃO AO FUTURO

Como acreditam que estarão suas vidas dentro de dez anos, levando-se em conta aspectos da vida pessoal, familiar, cidade, país e continente?

O Brasil é o país que apresenta as maiores taxas de otimismo com relação ao futuro da situação das pessoas entrevistadas, da situação da sua família, da sua cidade, do seu país e da América do Sul, tanto por parte de jovens como pessoas adultas. Os(as) jovens, sem dúvida, são mais otimistas em qualquer situação abordada.

TABELA 24 | Grau de otimismo comparando jovens e pessoas adultas

	Jovens (em %)	Pessoas adultas (em %)
BRASIL	83	79
PARAGUAI	81	84
URUGUAI	70	63
BOLÍVIA	66	61
CHILE	66	55
ARGENTINA	61	56

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, Ibase, Pólis, 2009

Em todos os países, com exceção do Paraguai, os(as) jovens acreditam mais que as pessoas adultas que estarão melhores daqui a dez anos.

E como os(as) jovens analisam os seus países com relação ao futuro? Quantos(as) acreditam que estará melhor? Em 2008, brasileiros(as) e paraguaios(as) eram mais otimistas.

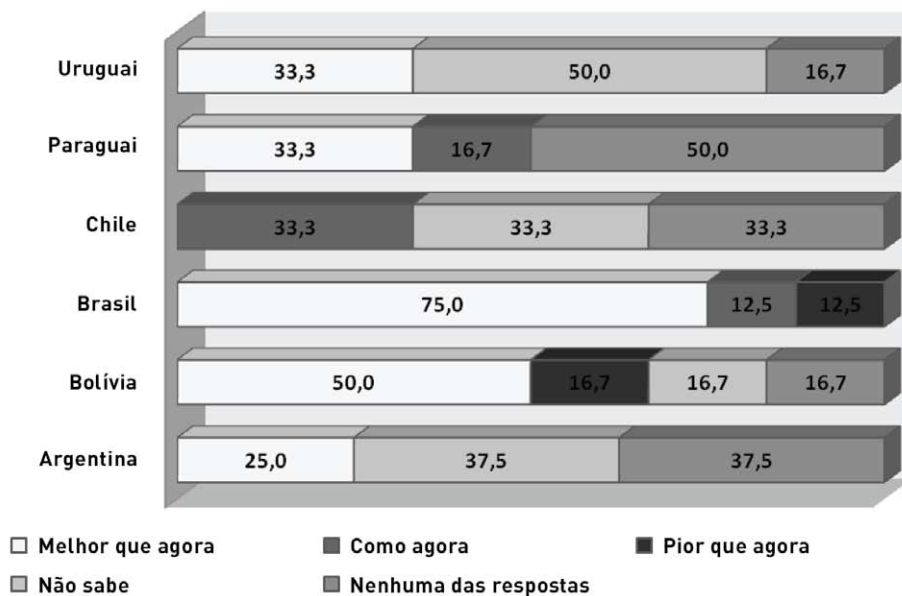
- ✓ Jovens argentinos(as) – 47,8%
- ✓ Jovens bolivianos(as) – 55%
- ✓ Jovens brasileiros(as) – 75,9%
- ✓ Jovens chilenos(as) – 54,7%
- ✓ Jovens paraguaios(as) – 76,5%
- ✓ Jovens uruguaios(as) – 64,7%

Vejamos, agora, como os(as) jovens que participaram do grupo de diálogo regional, em 2009, responderam as mesmas questões.

Quanto à situação pessoal, 72,5% acreditam que nos próximos dez anos estarão melhor que agora. Os(as) jovens brasileiros(as) têm destaque com 100% das respostas no item “melhor que agora”. Quanto ao seu país? 41% acreditam que estará melhor em dez anos.

Quanto à América do Sul, 37,5% responderam de forma otimista. Brasil (75%) e Bolívia (50%) são os mais otimistas e o Chile (33,3%), o mais pessimista quanto ao futuro da América do Sul.

GRÁFICO 9 | Perspectivas para o(a) jovem em dez anos: quanto à América do Sul, por país (em %)

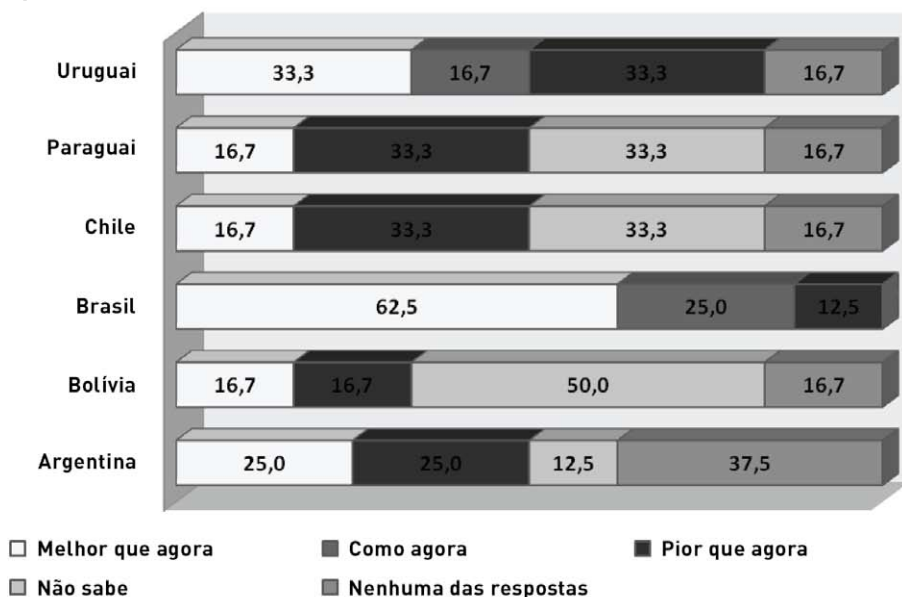


Fonte: Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional, Ibase, Pólis, 2009

30 % dos(as) jovens militantes acreditam que o mundo em que vivemos estará melhor daqui há dez anos e 25%, pior que agora.

Por país, encontramos nos(as) brasileiros(as) os maiores índices de positividade com relação ao futuro do mundo (62,5%).

GRÁFICO 10 | Perspectivas para o(a) jovem em dez anos: quanto ao mundo em que vivemos, por país (em %)



Fonte: Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional, Ibase, Pólis, 2009

Comparando os(as) jovens entrevistados(as) na pesquisa de opinião, em 2008, com os(as) jovens participantes de coletivos juvenis que fizeram parte da última etapa da pesquisa em grupo, observa-se pouca diferença entre eles com relação à perspectiva de futuro.

PARA O DEBATE CONTINUAR, UMA NOVA AGENDA DE PESQUISAS

A América do Sul vive hoje o aprofundamento de processos econômicos, sociais e culturais que ultrapassam o controle democrático de qualquer país. O *Projeto Juventudes Sul-americanas* tratou um momento deste processo no qual se tornou – por uma conjugação de fatores ligados à nova geopolítica mundial – necessário e oportuno construir condições para ampliar a “integração regional”.

Constatamos que há um considerável desencontro entre o que pensam e o que fazem os atores (da sociedade civil e dos governos) que estão voltados para esta possibilidade e o que é pensado e conhecido pela população em geral.

Entre jovens, porém, organizados ou não, notamos um ponto de encontro: com relação aos(as) adultos, há maior otimismo, não só sobre si próprios e sobre seus países, mas também sobre o “continente”.

Seria apenas um otimismo próprio da idade? Otimismo próprio de quem viveu (e se decepcionou) menos? Ou, neste otimismo da juventude – classificado ora como ingenuidade; ora como disposição para enfrentar obstáculos – é que estaria a energia vital necessária para assegurar o futuro da democracia? Ou, no cenário atual, se trataria mais diretamente de um indício da existência de maiores possibilidades objetivas (predominantemente mercadológicas, mas também de comunicação virtual de estilos) para que os(as) jovens destes países se vejam mutuamente? Sendo assim, haveria uma maneira de pesquisar e compreender melhor porque existe tanta diferença de graus de otimismo entre países que estão vivendo processos semelhantes? O tema é muito recente, merece novas pesquisas.

Entre os temas a pesquisar, destacamos um: como pensar a “integração sul-americana” a partir de jovens que vivem justamente nos espaços fronteiriços entre os diferentes países estudados? A ideia é olhar a “integração de baixo”, descortinando o ponto de vista de jovens que expressam tanto conflitos de interesses de países vizinhos e situações de grande insegurança e carência econômica como vivências e ajudas mútuas entre jovens de grupos populares de diferentes países que fazem acontecer uma “integração” impulsionada por necessidades imediatas e pela solidariedade.

FOTO | Bolívia / Arquivo U-PIEB



REPERCUSSÕES DE UMA PESQUISA EM REDE: destaques do balanço dos(as) pesquisadores(as)



As conclusões dos(as) pesquisadores(as) responsáveis pelo *Projeto Juventudes Sul-americanas* nos diferentes países estão reunidas no CD que acompanha este livro. Estas conclusões se constituem em um mosaico de interpretações que refletem diferentes realidades históricas políticas, e culturais destes seis países do nosso continente. Assim como revelam diferentes processos de construção da “juventude” como categoria de análise e como identidade política e social presente no espaço público.

Neste capítulo, conservando os estilos e abordagens teóricas, daremos destaque a alguns trechos destes Relatórios. A aproximação de algumas das ênfases das análises contidas nos Relatórios permite não só localizar os avanços e as repercussões destes dois anos de trabalho conjunto, como também identificar questões e linhas de trabalho que permanecem ainda inexploradas.

ARGENTINA: VISÕES HEGEMÔNICAS E ALTERNATIVAS

Ao longo das diferentes etapas da pesquisa, pudemos observar uma diversidade de visões coexistentes acerca do que é ser jovem. Não obstante, algumas aparecem com mais frequência que outras.

Desta forma, foi possível detectar que, tanto a população argentina de modo geral como os e as jovens organizados(as) com algum tipo de participação política e social veem a juventude da mesma forma, por meio de três grandes categorias: como uma moratória social, como uma moratória vital e/ou como um ator político de transformação social. Como pudemos perceber, essas categorias também atravessam a nossa história.

É importante levar em conta que as imagens que coexistem acerca do que significa ser jovem se mesclam em um contexto geral caracterizado pela reclusão em respostas individuais e do âmbito privado como solução para os problemas sociais. Soluções estas que relegam as ações coletivas que contenham a participação social como componente principal.

Neste contexto, as representações com maior presença tanto entre jovens como entre pessoas adultas são aquelas que identificam juventude com sua cronologia e materialidade, associando o ser jovem à energia particular existente nesse período da vida (moratória vital). Essa visão é mais presente entre os(as) próprios(as) jovens e é apoiada por 25% da população em geral. A partir dessa concepção, a juven-

tude é associada a um grupo etário que compartilha o potencial físico-biológico trazido pela idade. Essa primazia na associação de juventude com vitalidade nos dá a entender que, na população, prevalece a ideia de que ser jovem é fazer parte de uma etapa caracterizada pela energia e pelo excedente vital.

A associação de juventude à ideia de moratória social, isto é, a uma etapa de preparação e formação para a vida adulta, é apoiada por quase 20% da população e também, em maior grau, pelos(as) jovens. A prevalência dessa visão sobre a juventude é reforçada pela primazia que adquire a visão acerca de que o “dever” dos(as) jovens consiste em “se preparar para o futuro” (quase metade da população jovem e adulta pensa assim), como também pelo fato de que 56% da população defende que os(as) jovens devem apenas estudar e não trabalhar. Essa visão tem sua origem em nosso país, com a formação e consolidação precoce de um sistema educativo nacional.

Devemos ressaltar que, apesar da visão de juventude como etapa de transição ser hegemônica, juntam-se a ela, e com a mesma força, outros sentidos: de um lado, os que vertem esperanças nos(as) jovens e continuam a vislumbrá-los como atores de mudança; e de outro, as visões defensivas, articuladas em torno do temor aos(as) jovens e a visões que mostram preocupação por eles e também a visão que registra as dificuldades de que padecem na atualidade para projetar o seu futuro. Interessa-nos, então, nos aprofundar nessas visões que estão presentes tanto entre a população adulta como entre os(as) próprios(as) jovens. Em primeiro lugar, ergue-se aquela que vislumbra o(a) jovem como portador de aspirações e ideais de transformação social, como um ator de mudança. Entre aqueles(as) que defendem esta visão, a juventude conforma um grupo social que, em virtude de sua idade, resultaria mais sensível que as pessoas adultas com relação às problemáticas que afetam a sociedade, surgindo, a partir disto, uma “promessa” de mudança nas situações de injustiça e desigualdade. Essa concepção ganha força em nosso país a partir do envolvimento político apoiado na universalização do sistema educacional e na extensão dos processos de cidadania social. Tais processos permitiram uma corrente de mobilização política e social que teve na juventude sua principal protagonista, em especial a partir e durante as décadas de 1960 e 1970.

Apesar dos processos repressivos vividos em nosso país durante a última ditadura militar, somados à consequente retração dos patamares de politização da população em geral (e da população jovem, em particular), que trouxeram incorporadas as políticas neoliberais das últimas décadas; destaca-se que a associação da juventude com a ação política continua presente no imaginário social. A década de 1990, cenário da mencionada retração, viu surgir, também em nosso país, diferentes manifestações políticas juvenis, tais como a Agremiação HIJOS, que fez sua aparição na cena pública, exigindo o julgamento e o castigo para os crimes cometidos pela última ditadura, assim como grupos estudantis de defesa da gratuidade da educação, entre outros. Com relação à representação da juventude como grupo que apresenta sérias dificuldades para projetar o seu futuro (jovens com problemas), podemos dizer que esta visão parece surgir como novidade em nossa história, como reflexo da sensibilidade de certos setores da população a respeito das possibilidades de inclusão de nossos jovens.

Em outro sentido, aqueles(as) que postulam a juventude como um setor que gera problemas para a sociedade (jovens problemáticos/as) parecem expressar uma visão construída em torno do temor aos(as) jovens, de sua associação com o delito e a violência, uma visão que os(as) culpa em parte pelos problemas enfrentados por nossa sociedade e exige medidas punitivas para eles(as). Em síntese, jovens e pessoas adultas articulam diferentes visões e representações sobre a juventude, visões que convivem e disputam sentido, que se refletem e contrastam com a realidade de uma sociedade atravessada pelas desigualdades no acesso a bens econômicos, sociais, culturais e simbólicos, desigualdades que se reproduzem e aprofundam entre os(as) jovens.

Apesar disso, são escassas as diferenças expressadas, não apenas entre as visões e opiniões de jovens e pessoas adultas, mas, também, entre diferentes setores sociais. Isso nos faz pensar e prever que, em certas ocasiões, as visões histórica e politicamente construídas como hegemônicas impregnam os imaginários sociais para além das experiências concretas.

De fato, a realidade sociodemográfica da juventude argentina demonstra que grande parte dos(as) jovens se encontra distanciada das possibilidades materiais de viver a juventude como uma etapa de irresponsabilidade provisória, tanto que se veem impossibilitados de adiar suas responsabilidades adultas. Essa situação, tal qual se observou na Consulta Nacional, é vislumbrada no fato de que uma proporção importante não se assume como jovem.

Apesar dessa falta de variedade nas representações de jovens e pessoas adultas sobre as juventudes, a situação socioeconômica é uma variável fundamental que permite vislumbrar as desigualdades pelas quais atravessam os e as jovens, deixando de lado as representações hegemônicas que, como tais, abrangem nitidamente um setor reduzido da população. Atualmente, as brechas e desigualdades no acesso a bens básicos, tais como educação, saúde ou trabalho, alertam sobre a vulnerabilidade dos direitos fundamentais de que padece grande parte da juventude no país.

Significa que, mesmo não se percebendo diferenças com relação ao que se pensa sobre as juventudes, elas existem no que diz respeito ao que podem fazer e ser os e as jovens em função de seu setor social de procedência.

Diferentes situações históricas, estruturas econômicas e climas políticos pautaram um tipo de movimento pendular que oscilou entre uma imagem de esperança com relação à juventude e que vertia sobre ela os sonhos e desejos de mudança social (em contextos nos quais as circunstâncias políticas eram suficientemente permeáveis para considerar possível a transformação da sociedade) e uma imagem temerosa, que materializa nos(as) jovens as problemáticas sociais das quais padece a nossa sociedade e os culpa por elas – refletindo, assim, um modelo de sociedade excludente que responde com opções punitivas aos(as) jovens, sem visualizar que os mesmos são emergentes do processo de pauperização e exclusão social resultantes das transformações políticas e estruturais pautadas pelo modelo neoliberal.

No entanto, as promessas de transformação e de ação protagonista da juventude parecem se fortalecer com a emergência da postura que aponta os problemas dos e das jovens e as impossibilidades de habitar a moratória social, assinalando a exclusão social na qual se encontram imersos e chamando ao compromisso político e social que torne possível reverter essa situação.

Sujeitos de direitos: a visão dos e das jovens organizados(as)

Ao analisar as visões e percepções de jovens organizados(as), podemos observar coincidências e diferenças com relação às visões expostas pelo conjunto da população. Por um lado, as categorias de moratória vital, social e de atuação política se fazem presentes nas subjetividades dos(as) jovens participantes de organizações sociais, políticas e/ou comunitárias.

“Uma das características da juventude é a criatividade: nas diversas expressões, os jovens agregam sua vivência, sua inovação, têm um espírito de fazer algo louco no que fazem.”

“Ser jovem é estar imerso em um processo de tomada de decisões importante para o futuro. Ser jovem é também estar perdido por não ter conhecimento e experiência, a partir dos quais podemos aprender com os erros.”

Jovens participantes dos grupos focais

De acordo com o tipo de inserção que os(as) jovens protagonizem, assim como o caráter da organização à qual pertençam, prevalecerão umas ou outras posturas. Desse modo, os(as) jovens pertencentes a organizações articuladas em torno de interesses particulares, tais como a influência em políticas públicas e/ou temas ambientais e ecológicos, tendem a reproduzir visões que descrevem a juventude como moratória social e/ou vital. Já aquelas organizações com objetivos políticos vinculados a lutas sociais mais amplas (feministas, sindicais, comunitárias) priorizam as visões da juventude como ator político de transformação. Nesse sentido, pode-se dizer que ser jovem é: *“Começarmos a nos comprometer com mudar a nossa realidade para melhorar o presente e o futuro. É poder encarar novos desafios de maneira original e mais criativa. É ter direitos e responsabilidades”* (grupos focais).

Vale a pena ressaltar que uma visão sustentada de forma exclusiva pelos e pelas jovens organizados é a de que os(as) jovens são sujeitos de direitos e que as diversas problemáticas das quais padece a juventude atual tornam vulneráveis os direitos dos(as) jovens e, por isso, os impedem de exercer sua cidadania. Neste sentido, as diferentes situações econômicas vividas pelos(as) jovens seriam determinantes, segundo os(as) jovens organizados(as), para o modo de vivenciar e definir o que é ser jovem hoje: *“Custa-me defini-lo fora do contexto sociocultural. Ser jovem para um rapaz dos bairros pobres é diferente do que é para mim”* (destacado nos grupos focais). Frequentemente, os(as) jovens organizados(as) também sugerem que as problemáticas atuais consistem não somente na vulnerabilidade, mas, também, na falta de assimilação dos direitos por parte dos(as) jovens: *“Os rapazes que não estudam e são pobres... Quanto maior for a responsabilidade, menor será a rebeldia, não porque se queira, mas porque há condicionantes”* (grupos focais).

Por outro lado e não por acaso, está ausente entre os(as) jovens organizados(as) a visão que associa juventude com ameaça à sociedade. Aqui, não somente a juventude não aparece como um problema que afeta a sociedade com suas ações (potencialmente delituosas) que prejudicam a “convivência social”, mas, ao contrário, os(as) jovens organizados(as) visualizam essa situação como emergente perante a marginalidade, o abandono e a vulnerabilidade de direitos que sofrem jovens com menos recursos. Mediante tal situação, transferem essa responsabilidade à sociedade, em seu conjunto, e ao Estado, por não realizar ações que revertam e garantam os direitos dos(as) jovens. Por outro lado, como dizíamos, também está presente a responsabilidade dos(as) próprios(as) jovens que, por desconhecimento de seus direitos, não exigem seu respeito e cumprimento.

Essas percepções dos(as) jovens organizados(as) são reforçadas pelo discurso de especialistas no tema que foram entrevistados no âmbito da pesquisa e que postulam que os(as) jovens sejam vistos(as), essencialmente, como sujeitos de direito. As pessoas adultas referentes questionam, em termos gerais, a ideia de moratória social já que: *“Cada idade tem sua particularidade, cada etapa tem sua particularidade. (...) a grande mudança que tem de ocorrer na sociedade é entender que os jovens são jovens e que, a partir daí, têm que exercer seus direitos”*.

As particularidades relacionadas aos modos de ser jovem na atualidade referem-se a aspectos ligados ao vital, à flexibilidade e à possibilidade de aprender; ao que diz respeito à geração à qual

pertencem, na condição de época que possibilita o exercício de liberdades e o acesso a novas tecnologias, mas também propicia a imagem do(a) jovem como objeto de consumo ou associado ao delito e à marginalidade e, fundamentalmente, a aspectos transversais, aos modos nos quais as apropriações socioeconômicas, culturais, de gênero ou de etnia permitem ao sujeito transitar por essa etapa de sua vida, exercer seus direitos ou expor suas inquietudes:

“A brecha da desigualdade que existe hoje em todos os setores, jovens ou não jovens, repete-se nesse setor. [...] Ser jovem em muitos lugares é um problema. É um problema pela falta de oportunidades, pelos direitos vulneráveis, por não ter um horizonte inspirador, não ter visto seus pais trabalharem, estar em um contexto familiar desintegrado. Ser jovem em outros âmbitos, dentro de outros setores econômicos, é ser um diamante bruto com todas as possibilidades inerentes ao poder estudar, ter mais facilidade para compreender as mudanças permanentes que há, a época em que se tem mais vontade de fazer coisas, se tem mais projetos, mais força”.

Jovens como sujeitos de direito: do discurso ao seu cumprimento

Ao confrontar as representações de jovens e pessoas adultas da população geral com os pontos de vista e sentidos manifestados por jovens organizados(as), podemos notar que as definições acerca de juventude não diferem muito. No entanto, nota-se, também, que entre jovens organizados(as) prevalece a visão que os postula como sujeitos de direitos e como atores de transformação social. Na população em geral, apesar dessa visão não se manifestar de maneira tão clara, podemos pensar que o fato de surgir a representação que enuncia que os(as) jovens padecem de problemas pode estar relacionada – ou mesmo ser potencialmente assimilada – à visão dos(as) jovens como sujeitos de direitos. A contraposição são as definições que os postulam como uma ameaça social. Nesse sentido, consideramos que, nas assimilações de umas ou outras posturas, não há meios tons e refletem nitidamente as concepções acerca da sociedade, os temores, as esperanças e os desejos.

Pensando a partir do campo da juventude, nossas esperanças, desejos (e compromissos) voltam-se primordialmente em pensar os(as) jovens como sujeitos de direitos, focalizando nas ações que tendem a alcançar sua inclusão, levando em conta especialmente os direitos dos e das jovens dos setores mais desfavorecidos. Jovens que, como dizíamos, encontram-se invisíveis diante das pautas hegemônicas que capturam a definição (e o dever de ser) da juventude, deixando-os de lado e, assim, deixando de lado a maioria de nossa juventude na Argentina de hoje.

De todo modo, consideramos que o reconhecimento dos(as) jovens como sujeitos de direitos configura uma espécie de pontapé inicial para que a juventude consiga se ver como “promessa” de transformação social. Isto é, como um grupo com um papel político significativo na manifestação de demandas e a influência no rumo das políticas que se articulem em tornos de seus direitos.

Para que isso ocorra, entretanto, é preciso que todos os setores de nossa sociedade nos comprometamos. Docentes e professores(as), peritos das organizações sociais, patrões e empregadores(as), agentes de saúde, forças de segurança, funcionários(as), legisladores(as) e formadores(as) de opinião, famílias e a sociedade em seu conjunto ocupam um lugar-chave para conseguir tornar eficazes os direitos da juventude.

Nessa perspectiva, nossa sociedade e nossos(as) próprios(as) jovens proclamam a ameaça à nossa democracia implicada nos padrões de desigualdade de que padecemos, assim como reclamam maior participação, atenção e ação em sua vida e em sua comunidade. É necessário assumi-lo. É necessário reverter o presente e assentar as bases que nos permitam visualizar um futuro que inclua a todos(as): jovens, crianças, adultos, idosos. Trata-se de derrotar temores e ameaças. Trata-se de fazer triunfar os sonhos, desejos e esperanças.

BOLÍVIA: JUVENTUDE, CATEGORIA SOCIAL E DE ANÁLISE MUTÁVEL E NADA FÁCIL DE APREENDER

Os temas centrais da pesquisa foram as demandas juvenis e as políticas públicas. Isto é, por um lado conhecer: quais são as demandas dos(as) jovens e como as constroem e traduzem em direitos? E, por outro, o que faz o Estado, por meio das políticas públicas, para satisfazer as demandas juvenis? Estas questões, porém, não podem ser respondidas satisfatoriamente sem levar em consideração as características e os pontos de vista da própria juventude na sociedade em que vive. Por isso, no processo da pesquisa, foi importante conhecer o que é ser jovem ou como é construída a identidade juvenil? Os resultados parciais foram apresentados à proporção que o projeto avançava, desde 2007, de tal maneira que aqui somente ressaltamos alguns aspectos gerais desses resultados.

Visões do “ser jovem”

Para muita gente que talvez busque encontrar elementos de identidade nos critérios etéreos (a idade da liberdade, a imaginação, a força, a ausência de medo etc., ligada a uma etapa no decorrer do tempo) ou nos ideais de alguma “essência” juvenil (fala-se de uma “cultura juvenil” ou “o juvenil”), uma pesquisa empírica como esta – que combina informações qualitativas e quantitativas – traz resultados um tanto desalentadores porque quanto mais se busca o significado singular de juventude, mais difícil fica encontrar atributos que definam o ser jovem.

Em algum momento da pesquisa, os dados qualitativos das entrevistas ou dos grupos focais pareciam induzir a esse atoleiro, mas logo e por sorte, aqueles ideais foram enfraquecidos. Isto é, logo o valor dado à liberdade, força, autonomia, necessidades e demandas etc., teve que penetrar na história social de cada um(a) dos(as) jovens, de seus grupos e suas redes sociais. Era necessário saber quem são eles, de que bairro vêm, a que classe social (sabemos que este conceito é discutível) pertencem, que grau educacional têm, se trabalham ou não e, no caso de trabalhar, em quê trabalham etc.

A partir daí, a análise sugere que os conteúdos daqueles valores de ser jovem passam a ter tons diferentes, os quais já foram suspeitados nos resultados dos grupos focais, foram ratificados na entrevista e fortalecidos nos grupos de diálogo, à proporção que a juventude se dá conta de que não pode se projetar em seus desafios e no alcance de demandas e direitos de maneira isolada, pensando apenas em sua fortaleza interna (além do mais, o que seria sua fortaleza interna?) como grupo, mas que, sendo parte constitutiva da sociedade em que vive, trabalha ou estuda para “se superar”, como dizem os(as) jovens de meios sociais populares etc, deve entrar em contatos, encontros e, às vezes, alianças, que não estão isentas de riscos como corrupção, alienação, cooptação etc.

O aprendizado e a sugestão, portanto, é que o conhecimento da juventude e de sua identidade é muito importante, mas não para pensar e muito menos para fazer alguma metafísica do ideal da juventude e atuar em função disso, e sim para melhor integrar a análise, reflexão e ação das próprias estruturas sociais dos países, isto é, problemas educacionais que sofrem os(as) jovens – mas também outros grupos sociais –, trabalhistas, de saúde, culturais, segurança, discriminação etc.

Necessidades e demandas, fontes múltiplas de mobilização. Estamos sugerindo que nem as necessidades ou as demandas dos(as) jovens devem ser analisadas e atendidas apenas sob o princípio da categoria “juventude”. Ao contrário, e simultaneamente, devem ser analisadas nas condições sociais, econômicas e culturais dos(as) jovens, por um lado, e do caráter social e político do Estado e das políticas públicas pelo outro, pois, assim como a juventude é diversa e desigual e não pode ser traduzida com simplismo em seus valores e princípios teleológicos hegemônicos, o Estado também não tem um

princípio universal que garanta a toda a sociedade sob o princípio de igualdade (historicamente, foi demonstrado o contrário), mesmo quando, nas ideologias sociais de cada governante, existe a magia da universalização do particular.

Deixando de lado o componente Estado por um momento, convém assinalar o seguinte acerca da juventude e de suas demandas. Em primeiro lugar, segundo a pesquisa, o único componente em que a juventude aparece como algo singular com relação às pessoas adultas – falando de relações gerais – é no uso das novas tecnologias, sobre o qual já foi escrito bastante (ver, por exemplo, *Ciberculturas*, livro de Marcelo Urresti, publicado em 2008). Em segundo lugar, as fontes das necessidades e demandas juvenis estão condicionadas pelas variáveis sociais, econômicas e culturais já mencionadas; o que não exclui, obviamente, que jovens da classe média ou alta, por convicções ideológicas ou outras razões, “pensem” também nas necessidades e demandas de jovens pobres; posições que não são nada novas na história política de nossos países. Em terceiro lugar, os tipos e as especificidades das demandas diferem de acordo com o perfil social de jovens e pessoas adultas. Por exemplo, com respeito à demanda por educação: esta não tem o conteúdo nem o alcance similar entre a jovem trabalhadora do lar, o jovem de origem indígena e o jovem que está concluindo a universidade etc. Em cada caso, existem expectativas, mas também limitações diferentes. Outros exemplos podem ser mencionados, como a concepção da “qualidade em educação”, onde uns valorizam mais o acesso e as condições de infraestrutura enquanto outros invocam o trabalho docente e a qualidade dos currículos; assim, podemos continuar citando o significado do trabalho, da segurança, da saúde ou da discriminação.

Trajetos e caminhos sociais diversos

Os caminhos e as estratégias da ação social podem ser múltiplos, mas não sabemos se são infinitos. Talvez estejam relacionados com as condições sociais e históricas às quais estamos fazendo referência e às potencialidades e capacidades criativas dos atores. Nesse marco, certamente, existem muitos caminhos exploráveis e utilizáveis, tal como foi descrito no estudo de caso (situação-tipo) de Máximo Quisbert (2007) acerca da luta pela demanda de criação de uma escola normal na cidade de El Alto. Ideia que foi confirmada nos resultados dos grupos de diálogo, onde aparece com os outros. Mas nesse processo de trabalho com os outros (social e de geração diferentes) intervêm uma série de fatores e condições que os(as) jovens devem vigiar: por exemplo, a qualidade de participação (contanto que se participe), os acordos (sobre o que e qual é o benefício para os/as jovens), a firmeza de convicções (consciência ou conscientização como grupo), a visibilidade (estar aí para algo), a influência nas políticas públicas (ter impacto e eficácia) etc. Em resumo, existem diversos caminhos de ação dos(as) jovens para conseguir suas demandas e seus direitos, mas sua qualidade é determinada considerando-se os impactos sobre si mesmos e sobre os outros.

O Estado e a juventude: as políticas públicas

A pesquisa não traz a voz oficial do que o Estado faz, mas a percepção e valorização da sociedade civil, tão diversa como complexa. No entanto, vale a pena recordar alguns dados das políticas estatais.

- 1) A Nova Política Constitucional do Estado da Bolívia (NCPE), aprovada no Congresso Nacional e no referendo de janeiro de 2009, conta com aproximadamente sete artigos (14, 15, 23, 58, 59, 61 e 66) que se referem à adolescência e juventude;

- 2) a ratificação, por parte do Estado boliviano, do Convênio Internacional sobre direitos da juventude, no dia 2 de maio de 2008, por meio da Lei nº 3.845;
- 3) existem políticas sociais em educação, como o programa de alfabetização “Eu posso” e o abono “Juancito Pinto”; em saúde, o Seguro Universal Materno-infantil (Sumi), vigente desde 2003; no setor trabalhista, o programa “Meu primeiro emprego”;
- 4) por último, realiza-se a pesquisa de Adolescência e Juventude, iniciada em novembro de 2008, promovida por diversas instituições, entre as quais o Vice-Ministério de Gênero e Assuntos das Gerações (VGAG).

Supomos que os(as) pesquisados(as) recebem algum impacto dessas políticas e, talvez, de outras políticas mais locais dos municípios. No entanto as respostas a três perguntas sobre a ação do Estado, (se o Estado conhece suas demandas, porém não age; se não conhece nem age e, por fim, se apoia e promove ações para a juventude) são bastante variadas de acordo com as características sociais dos informantes. Diante desta realidade, conclui-se que:

- 1) as políticas públicas devem ser pensadas com um sentido de aproximação entre Estado e juventude mediante processos sociais que considerem como base a participação de jovens em todos as suas esferas, de tal maneira que sejam fortalecidas as organizações juvenis, sejam desenvolvidas alianças interinstitucionais, capacitação etc;
- 2) por outro lado, independentemente dos marcos jurídicos nacionais e internacionais sobre a juventude, as políticas públicas devem evitar esboços gerais que englobem a juventude em seu conjunto sem considerar suas particularidades. Aqui, a participação de jovens na construção de ideias e ações para solução de seus próprios problemas deve ser um princípio fundamental para o desenho de políticas que consigam maior impacto;
- 3) as Políticas Públicas de Juventude devem ter como base as demandas identificadas, como a qualidade da educação, garantia de acesso a emprego digno, apoio a atividades culturais, melhora na segurança cidadã, diminuição da discriminação etc. No entanto, este desenho das políticas públicas deve considerar as particularidades sociais, culturais e econômicas da sociedade civil regional e local, assim como as capacidades das estruturas políticas e institucionais dos departamentos e dos municípios;
- 4) por último, detalhando nossa análise anterior sobre a pouca singularidade juvenil em seus comportamentos a respeito dos outros grupos sociais, não é demais dizer (e parece óbvio) que o Estado faça da temática juvenil o eixo estratégico de seu desenvolvimento porque seu destino está sujeito à qualidade de seus recursos humanos e cidadãos.

BRASIL: JUVENTUDE, IDENTIDADES E MILITÂNCIAS, REFLEXÕES A PARTIR DO GRUPO DE DIÁLOGO NACIONAL

Considerando o grupo de diálogo nacional como uma importante etapa do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, apresentamos, a seguir, os resultados dos principais debates travados naquela ocasião que reuniu jovens brasileiros(as) participantes de diferentes coletivos juvenis.

A militância e os espaços de participação

Entre os(as) jovens que participaram do grupo de diálogo nacional, foi possível verificar que estes militantes não participam apenas dos seus próprios grupos. A atuação vinculada a redes e fóruns é usual: 77% dizem que participam de outras articulações juvenis. Uma parcela quase tão grande (73%) afirma participar de “espaços (fóruns, redes, conselhos, comissões) voltados para demandar ou participar da elaboração de políticas públicas de juventude”. Contudo, os espaços citados não são necessariamente conselhos ou fóruns criados para incidir nas políticas públicas voltadas para jovens. Muitos citaram os coletivos ou redes de suas próprias organizações (como o Coletivo Nacional de Juventude da CUT); ou fóruns e redes de que participam relacionados a outros “temas”, como o Fórum Estadual de Entidades na Luta contra a Homofobia.

No total, cinco jovens participam de “espaços institucionais”: três de conselhos de juventude (um municipal, um estadual e um nacional); e mais dois de outros conselhos temáticos: Conselho Municipal de Educação de Curitiba e Conselho Municipal da Comunidade Negra de Salvador. A maioria participou da I Conferência Nacional de Juventude, realizada em março de 2008, o que revela um alto grau de presença nesse espaço recém-aberto de debate sobre as Políticas Públicas de Juventude.

Valores e preocupações

É interessante notar que, quando instados a responder sobre qual seu maior *medo*, metade dos(as) jovens brasileiros(as) participantes do grupo de diálogo nacional dá respostas referidas ao plano pessoal, basicamente em dois sentidos: morte/perda de familiares e violência; e futuro/perspectiva de vida ou ficar sem renda ou trabalho. Por outro lado, pouco mais de um terço faz referências a apreensões no plano sociopolítico ou ambiental: o capitalismo, as desigualdades e injustiças sociais, a catástrofe atômica, a conjuntura política.

A maioria (22 de 26 jovens) assinala a *desigualdade entre ricos e pobres* como uma das principais ameaças à democracia. A *corrupção* também é vista como ameaça à democracia por jovens militantes (10 jovens de 26 assinalam essa alternativa). Comparando com os resultados da pesquisa quantitativa, podemos verificar proporções trocadas: enquanto nos resultados referentes à população em geral *corrupção* vem em primeiro lugar e *desigualdade* em segundo; entre jovens militantes, *desigualdade* ganha longe.

Também se nota um número significativo dos(as) que citam o *sistema judiciário* e a *falta de perspectiva profissional para os jovens* como ameaça à democracia, o que também na pesquisa quantitativa tinha sido mais citado por jovens que por pessoas adultas, reforçando a interpretação de que são dois temas que afetam muito esta geração.

Vale a pena reparar que o *consumismo* estimulado pelo *modelo econômico* gera mais preocupação que o *narcotráfico*. Cabe notar que a preocupação com a desigualdade também aparece com destaque nas respostas dadas à pergunta sobre o que mais preocupa no país: 10 entre 26 integrantes do GD (38,5%) explicitaram essa preocupação e mais quatro jovens citaram termos correlacionados, como “falta de distribuição da riqueza”, “exclusão”, “desemprego”. A desigualdade vai se firmando como um tema de preocupação central para a juventude, confirmando tendências já verificadas na pesquisa quantitativa e na etapa dos grupos focais.

Percepções sobre a juventude, direitos e demandas juvenis

De modo geral, as palavras associadas à juventude têm conteúdo positivo e, na maioria dos casos, estão ligadas a ideias de inovação e mudança, de força e esperança. Analisando o conjunto, é possível

perceber um sentido de postura de luta presente e projeção para a construção de um futuro melhor/ transformação social (mudança, revolução e transformação se combinam com luta, participação e construção para formar esse sentido).

Liberdade e esperança são os termos que, sozinhos, mais se repetem, três vezes cada um. Força e energia também são citados por três integrantes. São ideias e termos também encontrados na pesquisa quantitativa e, sobretudo, nos grupos focais, mas vale notar que aqui é ainda mais condensada a presença de sentidos voltados para a postura de luta e a mudança.

Também em congruência com as etapas anteriores da pesquisa, as respostas dadas ao exercício de escrever “em três palavras, todo jovem tem direito de...”, revela a consolidação da ideia do *direito à educação*: 12 de 26 jovens definem esse como um dos direitos juvenis. Muitos outros direitos são citados, mas nenhum, fora educação, chega a ser mencionado por mais de cinco jovens. Há, porém, uma novidade com relação às etapas anteriores da pesquisa: se juntarmos o termo *liberdade* com *liberdade de expressão*, temos oito citações, o que demonstra que esse também é um direito bastante valorizado por jovens militantes.

É interessante reparar que a maioria dos termos diz respeito a direitos “sociais”, tais como educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, segurança, esporte, renda ou, de modo mais genérico, qualidade de vida, políticas públicas, cidadania, totalizando 36 em 75 termos. Em uma proporção bem menor estão aqueles que poderíamos incluir na classificação de direitos “políticos” (participação, liberdade, liberdade de expressão), que somam 13 citações.

Vários outros se referem a direitos mais abstratos ou subjetivos (como autonomia, dignidade, respeito, realização, valorização), totalizando 20 citações.

Do ponto de vista dos resultados gerais do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, emerge mais claramente a noção de que a juventude se constitui como uma categoria forte no campo das mobilizações sociais, na luta contra a desigualdade, e que os atores juvenis em cena têm muito a dizer e a contribuir para o enriquecimento da pauta dos direitos e para os dilemas apontados por distintas estratégias assumidas por quem luta pela radicalização da democracia e da justiça social.

Foi proposto aos(as) participantes que se dividissem em pequenos grupos para que debatessem as sete demandas originadas das etapas anteriores da pesquisa (educação, trabalho, cultura, transporte, segurança, meio ambiente e saúde), e mais uma, de livre escolha (a oitava demanda escolhida foi **comunicação**), respondendo, em cada caso, às seguintes perguntas: essa demanda diz respeito a um direito? Trata-se de um direito dos(as) jovens? Em que medida está sendo garantido?

Os resultados desse exercício fornecem elementos interessantes principalmente para compreender de que modo jovens militantes entendem a singularidade das demandas e direitos juvenis. Todas as demandas foram definidas como direitos e, de modo geral, pode-se dizer que o sentido do termo remete a uma necessidade que deve ser atendida por políticas públicas.

Todas foram também definidas como direitos ao mesmo tempo universais e pertinentes aos(as) jovens. A frase “é um direito de todos e da juventude também” foi a mais comum. Isso remete ao entendimento de que não há direitos “exclusivos” da juventude, mas sim direitos que, sendo universais, afetam de modo peculiar a juventude.

No que consiste essa peculiaridade?

As elaborações dos(as) participantes revelam mais de um sentido: a necessidade se impõe de forma mais aguda ou de um modo diferencial para os(as) jovens em função do momento do ciclo de vida em

que se encontram ou das características da conjuntura histórica, que produz situações que afetam especialmente essa geração. Também aparece a explicação de que os(as) jovens se relacionam de forma especial e intensa com alguns temas, encontrando potências especiais na afirmação de certos direitos, transformando a sua demanda em bandeira de luta especialmente importante para os atores juvenis. Em todos os casos, concluiu-se pela avaliação de que esses direitos não estão sendo suficientemente atendidos e é necessário o desenvolvimento de políticas públicas específicas ou que apresentem um “recorte de juventude” ou uma abordagem na ótica da juventude.

Cabe ressaltar o impacto de perceber a profundidade com que os(as) jovens brasileiros desenvolveram e se envolveram nos debates: pelo conhecimento das questões, pela propriedade dos temas apresentados e pela profundidade da reflexão que demonstraram ter sobre questões cruciais, não só para os movimentos juvenis, mas para todos os movimentos e atores sociais brasileiros preocupados com as questões da superação das desigualdades e do aprofundamento da democracia. Foi muito impressionante, também, a postura de seriedade e respeito demonstrada uns pelos outros durante todo o processo, com disponibilidade para expor, de maneira clara, seus argumentos e, também, para ouvir os dos outros, mas sem obliterar as opiniões discordantes e sem forçar consensos artificiais.

Nesse sentido, a aposta de que um momento especial de diálogo pudesse acrescentar outros patamares de explicitação de opinião política parece ter sido alcançado. Como se sabe, os(as) jovens que pertencem a organizações juvenis brasileiras têm tido, mais que nunca, oportunidades de se encontrar e confrontar suas reivindicações e demandas nos diferentes encontros, fóruns, colóquios e conferências que têm sido realizados nos últimos anos. Mas o debate que se processou nesse grupo de diálogo, talvez por não estarem em jogo deliberações de nenhuma ordem, pode atingir um grau de explicitação e profundidade singular, que contribuiu muito para o esclarecimento das distintas posições no “campo da juventude”.

Enfim, do ponto de vista dos resultados da pesquisa, emerge, portanto, mais claramente, a noção de que a juventude se constitui como uma categoria forte no campo das mobilizações sociais, na luta contra a desigualdade, e que os atores juvenis em cena têm muito a dizer e a contribuir para o enriquecimento da pauta dos direitos e para os dilemas apontados pelas distintas estratégias assumidas por quem luta pela radicalização da democracia e da justiça social.

CHILE: A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DO QUE SIGNIFICA “SER JOVEM”

A construção institucional do que significa ser jovem marcou profundamente as políticas sociais vinculadas à juventude. O amplo programa de visões sobre a juventude que tem as instituições de governo pode ser resumido em dois discursos ou pontos de vista.

Um primeiro, que concebe o(a) jovem como gestor de seu projeto de vida. Um(a) jovem que acode aos serviços do Estado para pedir informação e capacitação e conseguir os recursos disponíveis para o seu desenvolvimento; Na condição de sujeito político, é um(a) jovem ao qual o mundo adulto propõe repetir as mesmas ações do passado, em outras palavras, que organize e aja – cabalmente - em função de demandas históricas, como educação e trabalho. A este(a) jovem, estrategista de seu próprio desenvolvimento, estão dirigidas as políticas do ramo, um(a) jovem empreendedor que há de saber “utilizar as tecnologias e entender o mundo globalizado”, porque somente dessa maneira poderá se integrar de forma eficaz a uma sociedade competitiva.

A segunda visão é menos recorrente e consiste em abordar o(a) jovem de hoje a partir de sua subjetividade. Indagar, por exemplo, o que querem, no que pensam, coletar as novas demandas em seu

cotidiano, contribuir para reconhecer o que significa ser jovem hoje. Abordar os(as) jovens de hoje a partir do segundo ponto de vista é algo muito complexo; muitas atividades realizadas por jovens estão «longe da compreensão adulta», fazendo com que o panorama fique ainda mais difuso. Nos grupos de jovens, são discutidos temas éticos, de valores e formas de relacionamento que as pessoas adultas não são capazes de traduzir, principalmente porque a “socialização que os jovens desenvolvem é à margem dos adultos e, por conseguinte, também da institucionalidade pública”. As relações de jovens com o mundo adulto são, em geral, tensas, seletivas e aparentemente muito instrumentais. Uma aproximação a partir da subjetividade juvenil, ao sentido que tem a vinculação com o seu entorno, permite visualizar um trânsito entre dois espaços de ação: um espaço interpessoal e de resistência, e um espaço de integração funcional marcado pelo mundo do trabalho. Esta separação parece não gerar conflito para os(as) jovens, ao contrário, o primeiro constitui o espaço de reserva para que o segundo possa funcionar. Da mesma maneira, os aprendizados realizados no mundo do trabalho são capitalizados nas negociações no campo do ócio.

Muitos das e dos jovens de hoje participam de grupos juvenis que não necessariamente respondem a formas reconhecidas. Vivem o dia, pois tendem a manifestar poucas esperanças no futuro, apesar de que isso pode, na verdade, significar que ocultam suas aspirações se não conseguem verbalizá-las ou se temem que seus sonhos se transformem nos pesadelos de seus pais e suas mães. Como jovens, têm muito a fazer e, às vezes, o que fazem ocupa todo o seu tempo livre. Outras vezes, torna-se mais uma atividade à qual dão atenção. Mesmo assim, é um estilo de vida e o que fazem desenha o trajeto de como se é jovem na época em que lhes corresponde viver.

Estão convencidos pela ideia de que a sociedade em que vivemos não está bem, acreditam que o governo do país não os considera e os vê como crianças que não refletem sobre o que acontece, não é comum que sejam envolvidos nas decisões sobre a sociedade que desejamos.

As políticas setoriais dirigidas à juventude respondem, esporadicamente, às suas necessidades, enquanto, para a sociedade civil em geral, os(as) jovens buscam sempre seu bem-estar egoísta e são terrivelmente vulneráveis e doentes de juventude. Suas demandas, portanto, são uma evidência daquele estado de euforia e loucura próprios da idade.

Assim, insistem em se agrupar, não com afã derrotista, mas se ocupando de seus interesses e se juntam a outras pessoas para compartilhá-los. Quando querem organizar algo maior, e podem adequar seus objetivos aos buscados por alguma instituição pública que outorgue o financiamento, o fazem sem dilemas. Sabem até que ponto as instituições do Estado podem dar e não pedem muito mais. Muitos(as) se ajustam. Sua meta é fazer o que gostam. As opções políticas geralmente os dividem enquanto a cultura os relaciona.

Outros(as) já se deram conta que podem aproveitar as circunstâncias quando se organizam bem. Somente assim podem expressar suas demandas ao governo e à sociedade. Sabem que suas demandas são legítimas porque receberam o apoio adulto, entretanto, esse apoio é depois retirado e é algo muito desconcertante. De todas as formas, sabem que se puderam mobilizar-se uma vez, poderiam fazê-lo novamente, mesmo que não seja agora. Criticam muito o governo por ser burocrático. Percebem que os políticos se aproveitam de suas demandas. Os tempos das pessoas adultas não coincidem com os seus.

A Política de Juventude e o diálogo com os atores

A Política de Juventude no Chile assinala permanentemente para o seu próprio fracasso. Com exceção daquelas experiências locais que efetivamente entendem seu trabalho sob o conceito de jovem

como sujeito de direitos, e não como beneficiário de políticas, o conteúdo da Política de Juventude é um sintoma da permanente invisibilidade da demanda de grupos juvenis, assim como da reiterada ausência de espaços para a construção coletiva de políticas.

Entre os conteúdos mais criticados da Política de Juventude está a individualização, mas não uma personificação do vínculo com o poder político. Observou-se que, entre jovens e outros atores vinculados à juventude, a forma mais recorrente de se encontrar é individual, com uma mediação fortemente burocratizada ou totalmente despersonificada, sem possibilidades de diálogo ou discussão.

Quais são os efeitos sociais de uma Política de Juventude com essas características?

O primeiro: os grupos juvenis fortemente atomizados, que não se conhecem entre si e competem pelos mesmos benefícios e recursos. Ao mesmo tempo, porém, jovens pragmáticos que geram novas formas de resistência, novas condições de uso, mobilidade, possibilidade e projeção. Ações juvenis nas quais o desencanto não explica os espaços de interação que os grupos estão gerando ultimamente.

A ação a ser empreendida deveria, portanto, conter a abertura ao debate entre jovens, de forma que eles e elas pudessem – sem a pressão de um aparato organizado ou corporativo e a partir da multiplicidade de papéis definidos pela incorporação deles(as) como sujeitos sociais – dar visibilidade àquelas áreas que precisam do impulso de uma política social, e não compensatória, que lhes permita ascender na sociedade em melhores condições para enfrentar a vida.

O objetivo que propomos deriva de uma premissa tácita. Para que haja uma integração efetiva da demanda juvenil na política pública, deveriam existir jovens capazes de exercer a cidadania plena, e este é o grande desafio. O contexto social não permite nem garante, ainda, o respeito aos direitos dos(as) jovens. Vivemos em um contexto social frágil que contém sérias exclusões dos grupos mais desfavorecidos da política, entre eles, os(as) jovens do país.

Acreditamos que a Política de Juventude será legitimada como o instrumento cartográfico preciso para tocar “a diversidade dos universos juvenis [coletando], de maneira respeitosa, a capacidade dos próprios jovens de representarem suas demandas”. É muito possível que sua intervenção não transforme radicalmente os mapas cognitivos elaborados até hoje, diante dos desafios apresentados pela política democrática atualmente (sistematicamente despojada de expectativas de melhoramento a médio e longo prazos e obrigada a obter resultados imediatos). Poderá incluir, porém, complexidade positiva na relação dos(as) jovens organizados com o poder público e as políticas setoriais, a sociedade civil e os meios de comunicação.

Demandas juvenis se tornam cativas, isto é aprisionadas às ofertas do poder público

Os grupos e coletivos de jovens percebem que não há muito o que fazer no campo político, mas quando vislumbram algum recurso que possa servir ao funcionamento de suas organizações, buscam os canais e se mobilizam para alcançá-lo. Isso tem um previsível efeito social: a demanda de certos grupos se estrutura a partir daquilo que a política pública lhes pode oferecer. Constituem-se, assim, demandas que se tornam cativas do poder público, pois se ajustam facilmente aos objetivos propostos. E, com isso, se convertem em demandas aprisionadas à oferta.

As demandas cativas são demandas concretas e factíveis. Elas são funcionais com relação às políticas de gestão que constroem e organizam, priorizando, para cada atividade um espaço. Os grupos e coletivos comungam com a percepção de que sua ação é problemática e, portanto, se constituem em prioridade para a política local. Os(as) jovens que empreendem esse tipo de demanda constituem

o correlato visível entre os discursos de identidade presentes na ação juvenil de projeto e o discurso préconcebido pelo poder público do(a) jovem de hoje. Nesse caminho, os(as) jovens desenvolveram estratégias particulares para enfrentar o mundo que lhes é apresentado. Alguns de seus itinerários parecem responder aos estereótipos elaborados pelo poder público, pela sociedade civil e pelos meios de comunicação. Tanto é assim que muitas ações juvenis reproduzem – em grau importante – tais visões.

Esses(as) mesmos(as) jovens têm, hoje, outras vivências, o que os leva também a abrir novos espaços de participação no mundo em que vivem e, como consequência, agrupam-se sob outros estandartes. Conectados fortemente à indústria cultural, a juventude de hoje imprime em seus itinerários outra ética, estética e política, apesar de parecer que os conflitos que vivem não são muito diferentes dos vividos por gerações anteriores, porém, possivelmente, esses sejam mais radicais.

A reflexão toma o sentido de problema quando a intenção é imaginar caminhos onde coincidam os mapas cognitivos dos diversos atores com os itinerários juvenis, para, assim, construir uma política pública adequada às vivências e ao trânsito do jovem de hoje.

É necessária uma Política de Juventude que responda às necessidades, aos interesses e, sobretudo, aos tempos juvenis. Um ponto são os mapas elaborados, outro ponto são os itinerários juvenis. A Política de Juventude deveria ser um terceiro elemento, atuar como mediador, um instrumento que ajude a construir um mapa mais fidedigno da geografia e que ajude a não naufragar na tentativa.

PARAGUAI: DA SOMA ZERO AO DIÁLOGO EMANCIPADOR

Em um país cuja cultura política está regida pela percepção estereotipada do *jogo de soma zero* (que implica uma atitude de oposição cuidadosa a atores diferentes, considerando que quando o outro aumenta o seu poder, o próprio diminui), até que ponto pode-se pensar em possibilidades de cooperação no interior da sociedade civil e em posicionamentos sensíveis perante as diferentes agendas (juvenil, social, econômica, rural, internacional etc.)?

Com efeito, os modos autoritários de dominação vigentes no Paraguai, sob o convencimento de que apenas um ator é aquele que, definitivamente, impõe sua liderança, fazem supor que o *grupo de diálogo nacional* realizado no Paraguai, pode ser visto como um instrumento superador de outros modos improvisados de planejamento que, muitas vezes, deixam para os grupos particulares, com maior poder político ou econômico, as decisões que são muito resistentes ao consenso democrático.

De fato, a experiência do diálogo nacional foi altamente satisfatória para o caso paraguaio. O *Projeto Juventudes Sul-americanas* utilizou o termo e a metodologia do diálogo para se referir a um encontro onde várias pessoas jovens conversam e trabalham a partir de seus diversos pontos de vista para descobrir novas possibilidades. Este é o ponto que destacaremos a seguir.

A juventude no mapa do poder

A juventude é um setor maioritário no Paraguai e não está inserido no mapa dinâmico do poder. Não tem recursos políticos e seus recursos argumentativos se dissipam por fragmentação enquanto outros setores – como o do agronegócio, liderado pelas corporações transnacionais, o dos partidos políticos, talhados de nacionalismo populista, social democracia ou neoliberalismo, inimigos dos movimentos sociais e grupos de interesse – precisamente por serem mais coesos, conseguem incluir suas próprias agendas e seu modelo de políticas públicas. Durante o grupo de diálogo nacional,

várias das mais importantes organizações expressaram a falta de condições materiais e as dificuldades práticas de contar com dirigentes que trabalhem de modo exclusivo para ações de coordenação do mundo associativo juvenil ao serem muito exigidos pelas tarefas de suas próprias organizações.

No Paraguai, a juventude só é reconhecida durante eventos e processos específicos, por exemplo, no momento da queda do general Stroessner, em fevereiro de 1989, nas eleições municipais e no apoio ao movimento Assunção para Todos, em 1991, durante o frustrado golpe de Estado de abril de 1996, assim como na semana trágica do Março Paraguai, de 1999, com o alto impacto participativo da rica experiência do Parlamento Jovem ou, mais recentemente, com a chegada à presidência de Fernando Lugo, entre outros momentos de enorme visibilidade.

Por outro lado, para além da tradicional desconfiança das pessoas jovens com relação a formadores(as) de opinião, é preciso também reconhecer que os movimentos e organizações juvenis não estão livres de conflito ou de desavenças perante a possibilidade de construir as agendas do aparato estatal. Ou seja, é preciso reconhecer que existem interesses divergentes, por exemplo, entre jovens de classes médias urbanas e jovens do campo.

Porém, durante o diálogo, chegou-se a uma conciliação de interesses superando essas diferenças e foram alcançados pontos comuns muito interessantes. Desse modo, cada participante teve uma oportunidade de chegar a uma compreensão mais integral das demandas dos jovens – como sujeitos de direitos – e de visualizar a capacidade de construir coletivamente ideias novas para, se assim for decidido, comprometer-se com uma rota compartilhada, de acordo com certas regras de jogo básicas.

Quais regras são estas? Por exemplo, ao adotar a metodologia dos grupos de diálogo para construir agendas políticas de juventude, é possível superar a crença de que somente um ator deve ganhar em uma discussão, de que existem determinadas certezas unilaterais sempre válidas para todas as circunstâncias.

De acordo com a experiência do diálogo nacional (e posteriormente sul-americano), é altamente factível a convergência da sinergia de diferentes organizações juvenis em certas linhas de prioridades, perfeitamente compatíveis com uma agenda aberta, por exemplo, das novas autoridades do Vice-Ministério da Juventude, que, por meio de seu organismo reitor, o Estado pode enriquecer e influir positivamente, sempre com flexibilidade.

Com efeito, no diálogo nacional, foi possível constatar que, para além das esperanças e até de certas tensões que podem ser analisadas pelos atores envolvidos, suas posições podem ser flexibilizadas, os acordos são possíveis, até mesmo vivenciaram a experiência de ser factível desenhar um caminho compartilhado para satisfazer as demandas da juventude, a partir do qual sejam reconhecidos como sujeitos de direitos. Recordemos o consenso final ao qual chegou o grupo de diálogo no Paraguai:

“Fomentar o fortalecimento de organizações e movimentos juvenis, mantendo colaboração conjunta (coordenação) entre as organizações e movimentos juvenis e adultos com o fim de lutar por objetivos concretos relacionados ao cumprimento dos direitos de todos os setores” (Relatório do Grupo de Diálogo do Paraguai, 2009b, p. 88).

Com a experiência do diálogo nacional de organizações juvenis, foi possível apreciar a necessidade de *espaços de diálogo* no Paraguai. Foi possível observar, também, que diferentemente de outros setores adultos, na juventude – para além da diversidade de posições ideológicas, trajetórias, bandeiras de luta, valores e particularidades – podem se mostrar de acordo e *compartilhar seus sonhos*, animar-se a *exigir com mais força seus direitos*, sentindo que têm *mais coragem* quando sabem que há outros movimentos ou outras organizações juvenis que também têm aspirações e lutam para conseguir suas demandas. Nesse marco, o grupo de diálogo é uma técnica superadora, não apenas para conciliar os grupos juvenis, mas também para aplicá-los em outras escalas. Por todas essas razões, a utilização desse tipo

de metodologia seria uma ferramenta sumamente apropriada para planejar e implementar Políticas Públicas de Juventude, ainda mais quando muitas outras metodologias foram testadas com eficácia distante dos resultados propostos, por exemplo, às aplicadas nas tentativas de lançar uma Lei de Juventude, fruto de problemas, foros etc.

A esse respeito, pode-se aspirar a que as mesmas estejam, mediante grupos de diálogo, em um processo de *laboratório*, provocação, intercâmbio de pareceres e informações, enriquecimento a partir da diversidade da condição juvenil, discussão democrática de prioridades, em suma, *de invenção de caminhos estratégicos* para que as juventudes do país possam garantir seus direitos.

Do Estado: espera-se um papel mais ativo

O *Projeto Juventudes Sul-americanas*, desenvolvido a partir da sociedade civil, revelou um processo dinâmico no interior das organizações e dos movimentos juvenis participantes; da mesma forma, demonstrou que o Estado tem possibilidade de desempenhar o papel do ator que pode gerar as condições para organizar *espaços de diálogo*, onde sejam legitimadas regras de jogo para contribuir com conhecimento e informação ao citado *laboratório* de construção de novas possibilidades.

Neste sentido, o Estado pode reconhecer posicionamentos diferentes, tem a capacidade de desnaturalizar a percepção de que indiscutivelmente se deve ganhar nos resultados. Isto significa, como poder público, se predispor a construir políticas públicas democráticas, co-definir com os próprios grupos juvenis quais e como devem ser as bases comuns das Políticas de Juventude.

De todo modo, outro desafio é estimular e mobilizar as capacidades associativas da juventude não organizada, o que implica uma série de competências inovadoras daqueles que as promovem e mantêm o apoio.

Conforme já indicado, a resposta estatal a esse quadro, no período do presidente Fernando Lugo, começou com a ampliação da cobertura de serviços básicos de saúde e programas mais eficientes de transferências condicionados aos setores mais pobres. Agora, ao se conseguirem recursos para Políticas de Juventude, esses devem ser orientados diretamente aos(as) jovens com demandas urgentes e legítimas, aos segmentos mais distanciados, para os quais deve haver intervenção nas decisões políticas e implementação. Por outro lado, o processo de mudança democrática em andamento no país criou espaços favoráveis para a assimilação dos requerimentos individuais e de demandas dos grupos juvenis, possibilitando as condições para um intenso diálogo.

Estão dadas as condições para começar. Parece inegável que, nas atuais circunstâncias, existe um momento de inflexão. É preciso aproveitá-lo, assumindo o desafio de ter como aliados os(as) jovens, mas tendo como objetivo caminhar em direção a formas mais avançadas de democracia, incorporando a participação juvenil na maior parte das decisões com relação a tudo aquilo que tem implicações em seu presente e futuro.

Para fechar... e abrir caminhos

No presente momento, existem sinais preocupantes para as juventudes do Paraguai. Estamos perante cenários mundial e nacional graves – crise econômica global –, com efeitos agudos na vida cotidiana da maior parte da juventude paraguaia. As conclusões dos estudos expostos constituem poderosos sinais que, por sua vez, se convertem em desafios.

A concertação de esforços entre o setor público e a sociedade civil é, nesse sentido, inadiável. O Vice-Ministério da Juventude é pouco conhecido no mundo jovem, o que pode ser explicado por

não formar parte do núcleo de agências que têm capacidade decisória. Com um orçamento reduzido, talvez seja uma das agências mais pobres da esfera estatal. Se bem que, durante o ano 2009, começou a mostrar o seu perfil, apesar do ano de governo, do baixo aporte de recursos e de não ter condições de enfrentar tamanhas demandas nem ter assistência dos outros ministérios, do parlamento e do empresariado.

Por outro lado, uma frente constante pela densidade do problema é erradicar as imagens estereotipadas e idílicas do sujeito jovem. Isto implica inserir o problema no debate público, onde não deve faltar, fazê-lo no interior das comunidades educativas, de modo a refletir com seriedade sobre os velados preconceitos fatalistas e as opiniões desfavoráveis apontados à juventude. Nesse sentido, é necessário fazer um enorme esforço no Paraguai para comprometer nesse desafio os meios de comunicação, em especial os jornalistas. O desafio é mudar o ângulo das percepções dos fatos que envolvem as pessoas jovens, mediante uma forte especialização do jornalismo na legislação que ampara seus direitos. Esse novo ângulo permitirá fornecer à sociedade informações úteis, procurando enriquecer as notícias e discussões com a participação das juventudes, em especial, daqueles que estão muito longe dos grandes centros de formação de opinião pública.

O desafio é aprofundar a democracia. O tipo de políticas públicas de uma sociedade é expressão da distribuição do poder da sociedade, que, por sua vez, está fortemente associada aos patamares de inequidade. Quanto maior for a organização do setor juvenil; suas demandas forem fortalecidas; seus direitos, defendidos; e levarem adiante estratégias de influência política, a correlação historicamente desfavorável de força da juventude pode mudar favoravelmente. Poder-se-á passar de uma visão predominantemente negativa, de sua marginalidade em termos de poder, a um esquema mais participativo e legítimo. Finalmente, a política de juventude deverá estar inscrita em uma política sul-americana de juventude, que seja encaminhada mediante uma profusa disponibilidade das tecnologias de informação e comunicação (TICs), diálogos e intercâmbios para fortalecer as democracias e as negociações com os países desenvolvidos, baseada nos valores próprios da juventude: a paz, o respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento com justiça. Formar as juventudes sul-americanas para a cidadania nacional, regional e mundial implicará uma cidadania vigorosa que poderá ser vinculada com uma influência decisiva de nossos países subdesenvolvidos no mundo.

URUGUAI: DISCUSSÕES E DESAFIOS PARA A COMPREENSÃO DO CONTEÚDO (SIGNIFICADO) DO QUE É SER JOVEM

“Sou jovem? Sou mulher? Sou afrodescendente? Sou tudo isso.” Esta frase foi dita por uma das participantes dos grupos focais realizados no âmbito do *Projeto Juventudes Sul-americanas*. Por meio dela, uma jovem feminista diz que não pode ser definida por uma determinada identidade acima das demais, também atribuídas a ela. Possivelmente, entre essas três mencionadas (aludindo a sexo, raça e idade), a última é a menos permanente. Quando e como o recorte geracional faz diferença? É disto que vamos tratar a seguir.

A ilusão da singularidade

Amartya Sen (2007), em sua aguda crítica à ideia de choque das civilizações de Huntington, argumenta sobre a falácia da identidade singular ocultada nessa construção das civilizações, a partir da religião.

“A ilusão da singularidade se baseia na suposição de que uma pessoa não deve ser vista como um indivíduo com muitas filiações nem como alguém que pertence a muitos grupos diferentes, mas apenas como um membro de uma coletividade particular que lhe confere uma identidade singularmente importante. A idéia implícita no poder abrangedor de uma classificação única não é apenas grosseira como enfoque para a descrição e a previsão, mas também é sumamente polêmica no que diz respeito à sua forma e a suas implicações. Uma visão singularmente desagregadora da população mundial vai contra a antiga crença de que “as pessoas são iguais em todo o mundo” e vai além do entendimento relevante e informado de que somos diferentes de muitas maneiras. Nossas diferenças não descansam em uma única dimensão”. (Sen, 2007)

Não obstante as classes de idade – produto da classificação em função da idade cronológica dos indivíduos – não serem objeto explícito do argumento de Sen, são perfeitamente extensivos a esse caso. Seu texto é altamente pertinente para argumentar contra a singularidade da “identidade juvenil” (ou de “identidade adulta” ou “identidade infantil”), se isto significar que todo aquele que tiver uma determinada idade compartilha com seus semelhantes de mesma idade, a mesma identidade. Logicamente que o anterior não impede reconhecer (e, eventualmente, defender e até estudar) a existência de identidades juvenis. Todos os indivíduos compartilham muitos grupos de referência, e variadas filiações. Não há nenhuma justificativa fundamentada para supor que a singularidade da idade suponha uma primazia sobre outras classificações possíveis, e em consequência, que essa identidade (mesmo que existisse) fosse a mais importante sobre outras. Vale a pena mencionar um “toque” que Sen dá ao argumento.

“A busca de apenas uma forma de classificar as pessoas para uma análise social não é nova. Até o agrupamento político das pessoas em trabalhadoras e não trabalhadoras, tão usado na bibliografia clássica socialista, teve esta característica simplista. Agora, é amplamente reconhecido que essa divisão em duas classes poderia ser muito enganosa para a análise social e econômica (também para aqueles com um compromisso com os desamparados da sociedade), talvez valha a pena recordar neste contexto que o próprio Karl Marx submeteu esta identificação única a uma severa crítica em sua Crítica do Programa de Gotha, em 1875 (25 anos depois do Manifesto Comunista) [...]

e cita:

“[...] os indivíduos desiguais (e não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) somente são mensuráveis com a mesma escala de medida quando são considerados a partir do mesmo ponto de vista, unicamente quando compreendidos a partir de um determinado aspecto, por exemplo, no caso dado, somente considerá-los como trabalhadores, não ver neles outra coisa e prescindir de todo o resto”. (Marx, 1875, in Sen 2007)

Foucault, ao assinalar a passagem da noção de indivíduo (súdito) para a de população, para a administração e gestão do bem-estar coletivo, da passagem da norma à normalidade, ilumina essa necessidade classificatória do Estado em “populações” e “subpopulações” requeridas para a administração. A definição de populações dada à idade dos indivíduos e, em consequência, a classificação que vem da idade cronológica, opera nesse sentido e adquire legitimidade a partir desse procedimento estatal. As instâncias de controle político, jurídico e social transferem a classificação dos sujeitos à vida cotidiana, materializando essas construções de tal forma a evitar o questionamento acerca da substância ou do conteúdo atribuído a essa classificação (estritamente funcional).

Ainda, há ocasiões em que essas “classes” acabam por se priorizar perante as outras construções possíveis, de tal forma a ocultar não somente a preponderância que podem eventualmente adquirir na compreensão de fenômenos de desigualdade social, mas que também desloca o sentido da desigualdade

a formas que eventual (e politicamente) resultam mais convenientes para a percepção e o tratamento da gestão social e política. Esse fato está apoiado sobre a base de que as classes construídas (neste caso de idade) são homogêneas em seu interior e, ao final, encontram-se enfrentadas entre elas (conflitos entre velhos e jovens, por exemplo, ou entre adolescentes e adultos), dificultando visualizar situações que podem determinar, em grande medida, não somente as próprias definições das classes de idade, mas também outros possíveis conflitos. Esse movimento retificador, então, também “coloca um véu” sobre outros processos sociais, mais difíceis de detectar ou de digerir, e leva a um “descobrimento” de certas desigualdades que “ocultam” (deliberadamente?) outras, as de classe social, por exemplo.

O risco derivado desta ambição de fazer da juventude uma totalidade pode ser entendido a partir do que manifesta Grüner na introdução ao trabalho de Zizek:

“Esta tensão entre os particularismos e a universalidade é também o fundo dessa ‘nostalgia da Totalidade’ que está na base do fenômeno mais enigmático da pós-modernidade ‘globalizada’, o sintoma mais cabal de que as categorias apressadamente abandonadas (ou melhor, excluídas) no simbólico acabam retornando no real: os assim chamados ‘neofundamentalismos’. A falsa totalidade dos neofundamentalismos que são, é necessário recordar, uma busca de ‘identidades’ novas, apesar de aparecerem como uma busca de uma identidade prévia perdida – resulta, como explicado por Zizek, de uma fratura constitutiva na qual a negação de uma identidade particular transforma esta identidade no símbolo da Identidade e a Completude como tal”. (Grünter, E, 1998)

Discussão e desafios

As premissas básicas que sustentam os argumentos anteriores são:

- 1) o conteúdo (significado) do que é ser jovem depende do contexto sócio-histórico, assim como entre “campos” e varia entre eles, do mesmo modo varia a duração atribuída ao ser jovem. (encontram-se, então, atitudes naturalistas, relativistas e construcionistas para definir as classes etárias);
- 2) o conceito de “população” de Foucault ilumina a necessidade de administração do Estado e, de quebra, da norma à normalidade, e dos parâmetros aceitáveis de desvio. Na construção de populações, a classificação opera como requisito. A idade é um dispositivo rígido capaz e ótimo de classificação dos sujeitos. A legitimidade que adquire a idade como critério classificador dos sujeitos não é suficiente para construir a “identidade” entre os classificados;
- 3) utilizar as classes etárias como o elemento que prima na construção de identidade dos sujeitos parece, portanto, um procedimento forçado e errôneo, no caso de ser utilizado como singular. Não há nenhuma evidência de que a idade prime sobre outros elementos na constituição de identidade dos sujeitos. De fato, está implícito e inerente o movimento (transitório no próprio sujeito) que dificulta por si só esta pretensão de singularidade. Por outro lado, não constitui um conceito único, estável nem homogêneo, mesmo entre as pessoas de mesma idade (ponto 1);
- 4) a mera classificação de infância, adolescência, juventude, vida adulta ou velhice, portanto, não é suficiente para constituir nem identidade juvenil ou identidade adulta ou identidade infantil. Também não o é para constituir atores sociais, com “consciência de classe de idade”.

Outrossim, podem ser apresentadas as seguintes condições para a utilização da classificação em classes de idade:

- » existe numerosa evidência da “vulnerabilidade social” e da situação desvantajosa dos(as) jovens – taxas de desemprego mais altas que as das pessoas adultas, escassos reconhecimentos para a tomada de decisões, maiores índices de pobreza etc –, o que torna necessário atender a essa população de forma particular;
- » seguindo a linha das classificações, pode ser apresentada a analogia com o sexo que constitui um critério classificatório que permitiu dar força e criar identidade de gênero para as mulheres que eram a “categoria” mais vulnerável dessa classificação.

As conquistas dos direitos das mulheres são indiscutíveis e permitem defender a possibilidade de inserir na agenda internacional como elemento fundamental e prioritário a equidade de gênero. Qual é a diferença substantiva em defender a “equidade de idade”? No caso das mulheres – para responder à pergunta anterior –, parte-se da noção de relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Surge, no entanto, nesse trajeto conceitual a noção de gênero, que conota cultural, simbólica e socialmente o ser mulher, abandonando, desse modo, a âncora exclusivamente biológica (o sexo). A distribuição diferenciada do poder e os mecanismos de dominação existentes não são explicados ou entendidos pelas diferenças biológicas, mas por essa conceituação da noção de gênero que não somente a produz, mas reproduz. Para isso, foi necessário uma teorização dos mecanismos dessa reprodução de papéis de gênero, que, a partir da noção de sistema patriarcal, permitiu desvelar tanto a constituição dos papéis de gênero como a sua socialização pelos indivíduos e os múltiplos agentes e sistemas que os reforçam e reproduzem.

O equivalente funcional à ideia de sistema patriarcal, responsável pela produção e reprodução dos papéis de gênero, para o caso das classes de idade, seria a noção de “adultocentrismo”. Talvez seja uma das noções de uso mais intuitivo e menos conceitualizado encontradas na teoria sociológica. Não somente essa noção não apresenta definição precisa e rigorosa, como não há desenvolvimento teórico suficiente sobre como opera, como é medida, o que relaciona e quais implicações são derivadas dela.

Se a noção de adultocentrismo alude a uma distribuição não equitativa do poder entre classes de idade (em qualquer esfera), deve, portanto, estar substantiada e especificada à forma com que esse poder é expresso, como são os mecanismos para gerar essa distribuição e, particularmente, como são reproduzidos. Esse é um desafio significativo para as Ciências Sociais, para conseguir avançar realmente em direção a uma equidade de idade, devem ser revelados os mecanismos postos em jogo para produzir e reproduzir essa dominação. Ainda não há avanços conceituais e teóricos suficientes sobre o que constitui um mecanismo necessário para consegui-lo.

TRÊS NOTAS PARA CONCLUIR O CAPÍTULO 10

Nota 1: para ler os relatórios na íntegra

Como já foi dito no início deste capítulo, o CD com os relatórios finais completos de cada país acompanha este livro. Para quem quiser saber mais sobre os saldos que cada etapa do projeto deixou em cada país, a leitura dos relatórios completos será de grande utilidade. Nestes relatórios, estão as referências bibliográficas completas para quem quiser aprofundar a reflexão.

Nota 2: para saber mais

Se houver interesse em conhecer melhor o que pensam os principais autores destes relatórios, assim como em entender melhor as diferentes etapas da pesquisa, você pode ir ao menu do DVD do documentário *Diálogos* – que acompanha este livro – e clicar no “extra” *Histórico do Projeto Juventudes Sul-americanas*. Ali, os pesquisadores dos seis países foram motivados a resumir (em minutos) quais foram os principais impactos e repercussões do projeto, tanto no avanço do conhecimento como na incidência no espaço público. Vale a pena conferir!

Nota 3: para renovar teorias e práticas

Podemos comparar os seis países em questão por suas semelhanças, sobretudo no que diz respeito às dívidas históricas e aos processos socioeconômicos recentes que vulnerabilizam suas juventudes. A pesquisa também demonstrou que cada país possui uma história singular que se revela em termos da produção acadêmica disponível sobre o tema; em termos de acúmulo dos grupos, redes e movimentos juvenis que atuam no espaço público, assim como se revela nas experiências institucionais (mais antigas, mais recentes ou ainda incipientes) com organismos governamentais de juventude. Ou seja, ao final do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, ficou claro que “comparar a partir das diferenças” também é um expediente enriquecedor que faz avançar o conhecimento.

Por outro lado, considerando as semelhanças e diferenças explicitadas em cada um dos itens deste Capítulo, podemos prever que as repercussões do *Projeto Juventudes Sul-americanas* nos seis países não serão homogêneas: dependerão de correlações de forças, características da cultura política, negociações possíveis e conjunturas nacionais. Em comum, porém, ficam para os seis países subsídios para apreensão de mapas cognitivos que operam no campo da juventude. Isto porque, em diferentes etapas da pesquisa, se explicitaram conexões entre os estereótipos correntes e concepções teóricas sobre os “problemas da juventude” veiculados pelos meios de comunicação, elaborados pelo poder público e que são, muitas vezes, também incorporados por organizações juvenis da sociedade civil. Tal explicitação, por si, afeta o repertório de perguntas e respostas mais correntes em cada país. Os campos de conflitos deixam de ser pensados de maneira estática – com aliados e antagonistas bem-definidos – e revelam a necessidade de pesquisas comparativas que renovem teorias e práticas. Para tanto, o debate precisa continuar.

FOTO | Chile / Arquivo CIDPA



PARA CONCLUIR

Juventudes em foco: reflexões sobre uma experiência sul-americana de pesquisa

Nestes últimos dois anos, realizamos vários estudos sobre as juventudes de seis países sul-americanos. Buscamos conhecer suas características, seus problemas, suas demandas, suas formas de organização e participação. *Quais os principais aprendizados, achados e repercussões deste conjunto de pesquisas realizadas?* Respostas para esta pergunta certamente virão aos poucos, com o passar do tempo e não se esgotarão em uma primeira tentativa de balanço. Para fechar este livro, porém, sempre torcendo que surjam novas apropriações deste rico conjunto de informações que foram produzidas em cada país, compartilharemos aqui as principais reflexões que fizemos até agora.

SEIS PAÍSES SUL-AMERICANOS: UM POUCO DE HISTÓRIA PARA CONSTRUIR UMA NOVA PROPOSTA DE PESQUISA

Sabemos muito pouco sobre nossos vizinhos sul-americanos!

Jovem participante do grupo de diálogo regional, RJ, 2009

Seis países sul-americanos, o que temos em comum e o que nos diferencia? Estes países se parecem? Pedacos destes países se parecem? Elites e classes trabalhadora destes países se distinguem? No que diz respeito à formação histórica, a colonização ibérica – com suas violências, contrastes e dominância católica – nos aproxima. A conquista de territórios, porém, as características das oligarquias e mesmo o peso político do catolicismo – religião oficial e dominante – nos diferenciam.

A história e memória social de cada país são produtos de diferentes embates. Combinações entre aspectos culturais, formas de dominação e interesses econômicos produziram cada população “nacional”. Desigualdades de classe, retroalimentadas por preconceitos e discriminações, determinaram o lugar social que seria ocupado pelos descendentes de escravos(as) africanos(as) no Brasil e pela maioria dos “povos originários” espoliados nos países pesquisados, sobretudo na Bolívia e no Paraguai.

No que diz respeito à juventude, pode-se falar de um “pacto intergeracional” – gestado no decorrer dos processos de industrialização – que repousava na capacidade contributiva dos(as) assalariados(as), vinculados(as) ao mercado formal de trabalho. Naquela época, quando os(as) jovens das classes populares se inseriam no mercado formal de trabalho, contavam com o sistema de solidariedade da Previdência Social. Paralelamente, o investimento em educação garantia – com maior ou menor sucesso – incorporação de jovens de estratos médios e altos que não precisavam entrar precocemente no mundo do trabalho. Para estes(as), tratava-se de desenvolver as aptidões exigidas pelo processo de qualificação da força de trabalho. Desta forma, configuravam-se aí duas juventudes: aquela a quem

se prepara para a vida adulta por meio da educação e a outra que, como parte da classe trabalhadora, sequer era vista como “jovem”. Na década de 1980, no entanto, toda a América do Sul foi atingida pela crise econômica e pelo ideário das reformas neoliberais. Nos seis países estudados, os governos foram os principais agentes de vinculação da região aos processos de globalização da economia, impulsionando privatizações ao gosto das chamadas “reformas estruturais”.

Se compararmos, porém, o que se passou no Chile e na Argentina com o que se passou no Uruguai, como exemplo, podemos observar situações polares. Os primeiros se destacaram nas privatizações, já o Uruguai é o país que mais preservou características de um Estado do Bem-estar Social. Não por acaso, o Uruguai é um país cada vez mais marcado pela migração dos(as) jovens mais escolarizados(as). Hoje, é quase impossível falar em Políticas Públicas de Juventude sem se indagar sobre quais seriam os efeitos destas políticas no sistema de aposentadoria dos(as) mais velhos(as).

Já o Brasil, a Bolívia e o Paraguai combinaram – cada qual bem a seu modo – iniciativas de modernização do aparelho do Estado com a manutenção de um jogo de interesses de grupos dominantes nacionais e internacionais. Enfim, foram diversificadas as experiências de cada país no que concerne ao encolhimento do Estado na economia, à liberalização dos mercados, à privatização de setores e serviços, às perdas de direitos trabalhistas.

Ao mesmo tempo, entretanto, no que diz respeito aos saldos do período das “reformas estruturais”, há bastante em comum. Os seis países entraram no novo milênio assistindo ao aprofundamento de desigualdades sociais atingindo, sobretudo, as juventudes, sobre as quais recaem fortemente as consequências das mutações do mercado de trabalho e do crescimento das diferentes formas de violência físicas e simbólicas presentes nas sociedades sul-americanas. Neste novo contexto, as demandas das juventudes da América do Sul se apresentam como uma peculiar combinação entre antigas dívidas sociais (tais como, acesso à educação, saúde e habitação) com questões renovadas no que diz respeito ao mundo do trabalho, ao transporte, à cultura e ao meio ambiente.

Além disto, neste mesmo momento, também se evidenciava um “bônus demográfico” a favor da juventude e os países da América do Sul foram convocados, por agências bilaterais dedicadas ao desenvolvimento e à redução da pobreza, a olhar as potencialidades de seus(suas) jovens. O ano de 1985 foi o Ano Internacional da Juventude e, a partir daí, surgiram os órgãos de juventude. Desta forma, começam a surgir agendas de *Políticas Públicas de Juventude* construídas na intercessão entre grupos, redes e movimentos juvenis, mediadores (locais, nacionais e internacionais) e ação de governos e poderes públicos.

Nos espaços universitários, na década de 1990, surgiram estudos que – muitas vezes enfatizando a apatia e a falta de participação da juventude nos espaços usuais da política – já começavam a reconhecer as novas formas de participação juvenil. Comparadas com a idealizada geração de 1968, as organizações juvenis se apresentavam como mais horizontais, mais voltadas para a afirmação de identidades de gênero, étnicas e raciais, mais locais e comunitárias. Destacavam-se, também, novas áreas temáticas que motivavam os(as) jovens, tais como cuidado com o meio ambiente, direitos humanos, cultura de paz, busca de outras formas de globalização.

A ampliação do espaço público se evidenciava por meio de movimentos localizados, com causas pontuais e busca de respostas no “aqui e agora” e se enriquecia com a presença dos chamados “grupos culturais”. Nessa mesma época, estudos de casos e levantamentos qualitativos registraram grupos que, por meio de diferentes linguagens artísticas (teatro, rádios comunitárias, grafite, dança e música, com especial destaque para o rap), expressavam-se e traziam demandas para o espaço público. Como se sabe, parte desses grupos nasceu de forma espontânea entre jovens moradores(as) de terri-

tórios urbanos pobres e considerados violentos; mas outra parte resultou de atividades desenvolvidas por projetos sociais realizados por igrejas e organizações não governamentais, com ou sem parcerias com os governos.

Naqueles anos, na literatura que tratava de juventude, parecia que os grupos locais, de causas bem-delimitadas, e os grupos de expressão artística e cultural tinham vindo para ocupar definitivamente o lugar do movimento estudantil, das juventudes partidárias e sindicais.

No entanto, sobretudo no início de 2000, surgiu a necessidade de um outro veio de pesquisa: os levantamentos quantitativos para traçar “o perfil da juventude”. Dados censitários, pesquisas domiciliares foram revisitadas. Assim como surgiram as pesquisas de opinião que entrevistavam apenas os(as) jovens para compreender mais sobre suas trajetórias e anseios. No geral, esses levantamentos chamaram a atenção para o abandono escolar, a defasagem dos graus de escolaridade e o desemprego juvenil. Chegava-se, assim, ao fim da primeira metade de 2000, com um significativo repertório de informações sobre a condição e a situação das juventudes em vários países da América do Sul.

A condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, alcança uma abrangência social maior, refere-se a uma dimensão histórico-geracional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.

Helena Abramo / *Projeto Juventudes Sul-americanas*

Nos dias de hoje, após alguns anos de governos democráticos na região, pode-se constatar o aumento de iniciativas de organismos governamentais e de instâncias internacionais voltadas para a juventude e já não se trata tanto de apresentar o perfil da juventude e diagnósticos sobre seus problemas. Novas questões já estavam postas, entre elas:

- » como a sociedade como um todo – composta tanto por jovens como por pessoas adultas – identifica e hierarquiza os problemas sociais que atingem diferentes segmentos juvenis? Como se fazem hoje as continuidades e rupturas intergeracionais?;
- » até que ponto os movimentos horizontais e localizados da década de 1990 se mantêm como tal ou já se engajaram em novos processos que combinam as lutas do “aqui e agora” com preocupações mais gerais com a construção democrática do país e da região? Como movimentos identitários e organizações tradicionais incorporaram as pautas de juventude?;
- » qual o peso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) na sociabilidade juvenil, nas articulações da sociedade civil e nas políticas propostas por órgãos governamentais? As novas tecnologias de informação e comunicação contribuem para aproximações entre jovens sul-americanos(as)?;
- » como a juventude em geral vê (ou não vê) as demandas (de velho ou novo tipo) que são levadas pelas “minorias ativas” ao espaço público? Existem possibilidades de diálogo entre os(as) jovens militantes e entre estas e o conjunto de sua geração?

Formular e buscar respostas para novas questões significa identificar dinâmicas societárias e produzir informações que possam subsidiar e incentivar a co-responsabilidade entre sociedade civil e governos na implantação de Políticas Públicas de Juventude em cada país. Neste contexto, em 2007, nasceu o *Projeto Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*.

COMO FAZER?

O USO DE MÉTODOS E TÉCNICAS E AS POSSIBILIDADES DE COMPARAR

O primeiro passo para renovar o conhecimento já acumulado sobre um tema é estabelecer novas comparações, buscando distâncias e proximidades. Não por acaso, o uso do método comparativo é fundamental para a produção de novos conhecimentos em Ciências Sociais. O apoio do IDRC para que pudéssemos pesquisar para além de fronteiras nacionais, abrangendo a região ampliada do Mercosul, foi estimulante. Tratava-se, então, de encontrar caminhos, avaliar possibilidades e limites.

Como sabemos, a escolha de técnicas de pesquisas deve responder às exigências das questões dirigidas a cada objeto de estudo em questão. Do nosso ponto de vista, quando se busca compreender as fronteiras e conexões entre gerações e entre segmentos juvenis de uma mesma geração, duas escolhas se impõem: a complementaridade entre abordagens quantitativas e qualitativas; ouvir também as pessoas adultas. Essas duas vias foram escolhidas com o objetivo de renovar o conhecimento já acumulado sobre o tema da juventude.

As abordagens qualitativas são mais adequadas para conhecer jovens mobilizados(as) em torno de grupos, redes e movimentos. Mas para conhecer as percepções da “juventude em geral” e das pessoas adultas de seis países sobre a problemática juvenil, é preciso contar com amostras representativas e produzir percentagens, daí a necessidade do *survey*.

Por outro lado, lembrando que as concepções de “juventude” se constroem em uma relação de oposição complementar com o chamado “mundo adulto”, retomar este feixe de relações intergeracionais nos pareceu fundamental:

- » nos momentos de abordagens qualitativas, as equipes entrevistaram e dialogaram com jovens participantes de diferentes grupos, redes e movimentos, mas também com estudiosos(as) do tema, educadores(as), mobilizadores(as) sociais, gestores(as) de políticas públicas que (sendo jovens ou adultos/as) trabalham com jovens;
- » no momento da pesquisa quantitativa, considerou-se distintas “faixas etárias” ou “grupos de idade”, jovens de 18 a 29 anos e pessoas adultas de 30 a 60 anos.

Certamente, a comparação dos resultados dessas abordagens deve ser cautelosa. Afinal, entrevistas abertas, grupos de discussão, grupos de diálogo e questionários produzem informações de natureza diferente. Fugindo dos veredictos ou das conclusões simplificadoras, no entanto, é possível fazer costuras explicativas que busquem continuidades e discontinuidades entre o que declaram em entrevistas aqueles(as) jovens que participam de grupos, redes e movimentos juvenis (as chamadas “minorias juvenis ativas”) e o conjunto de sua geração, abordada por meio de um questionário de perguntas fechadas. Principalmente, quando a elaboração do questionário levou em conta questões levantadas nas etapas da pesquisa que o precederam.

Além disso, como já foi dito, também enfrentamos o desafio de comparar respostas colhidas em seis países sul-americanos. É evidente que uma pesquisa comparativa sobre a *condição e a situação juvenil em países distintos* deve levar em conta tanto os processos mais gerais que atingem todos(as) como os arranjos e efeitos desses mesmos processos no âmbito de cada nação. Essa constatação reforçou a necessidade de construir uma rede de pesquisa.

Contar com equipes de trabalho em cada país a ser pesquisado é a melhor maneira de garantir que a interpretação das informações recolhidas se façam a partir de contextualização histórica e dos embates presentes no espaço público de cada país. Isso não significa, contudo, uma mera divisão de trabalho: “*cada equipe local analisa seu próprio país*”. No projeto que desenvolvemos, começamos a aprender uns sobre os outros antes de iniciar a pesquisa. Os momentos de definição de instrumentos e técnicas de coleta de informações e de escolha de referenciais teóricos e metodológicos a serem acionados foram ricos e reveladores. Cada argumentação (a favor ou contra) sobre um item de um roteiro de entrevistas ou sobre uma pergunta para o *survey* produziu efeitos sobre as certezas que cada equipe de pesquisadores(as) trazia sobre os(as) jovens de seu país. Dessa maneira, se é verdade que a análise de dados não pode prescindir do conhecimento prévio que pesquisadores(as) de cada país têm das sociedades onde vivem os(as) jovens, este conhecimento se amplia e se modifica no próprio processo de coleta conjunta de informações.

Ao final, os resultados obtidos reafirmam a importância da pesquisa comparativa internacional. Não só pelo que foi possível explicar, comparar por semelhança ou diferença. Mas, também, pelo que não foi possível explicar. As informações recolhidas nos seis países trazem consigo incoerências e correlações díspares que resistem a explicações usuais que, em geral, em sociedades marcadas pelas desigualdades sociais, alinham escolaridade / renda / mundo urbano. Nem sempre a área rural responde da maneira considerada mais conservadora. Por exemplo, algumas respostas do mundo rural paraguaio foram surpreendentemente mais abertas a novos processos ecológicos. A Bolívia surpreendeu pelo patamar de “participação social”. O Brasil, que se mostrou tão aberto para questões raciais, surpreendeu pela mais alta aprovação aos condomínios fechados onde moram os ricos. Respostas que causam estranheza exigem mais reflexão.

Essas dificuldades podem ser vistas não só como um importante alerta sobre a necessidade de evitar toda a tentação de atribuir uma índole ou uma “essência cultural” a cada país, mas também, como um questionamento a pares clássicos de oposição como conservador/ liberal; moderno /tradicional. Nem sempre o país tido por todos como o “mais politizado” responde da forma que consideraríamos menos conservadora, foi o caso do Chile no que diz respeito aos seus 51% de aprovação da pena de morte. Assim como causou também uma certa surpresa o fato de os(as) jovens argentinos(as) serem – em comparação com os outros cinco países – aqueles(as) que menos acreditam que “a maior participação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino” pode ser importante para se ter uma educação de boa qualidade. Mas o mais importante é que estes números nos fizeram pensar juntos, comparar países vizinhos, formular novas questões. Ou seja, para a produção de conhecimento está sempre apontada a necessidade de inovar em técnicas de pesquisa e abordagens de temas e também de desnaturalizar seu jargão explicativo disponível.

JUVENTUDES SUL-AMERICANAS: INFORMAÇÕES PARA INCIDÊNCIAS NO ESPAÇO PÚBLICO

a) Jovens e pessoas adultas: conexões e pactos possíveis

As juventudes destes seis países sul-americanos se constituem no espelho retrovisor das sociedades em que vivem, com suas marcas conservadoras, incoerências e contínuas transformações culturais. Ao comparar gerações, utilizando diferentes abordagens, a pesquisa evidenciou que as juventudes de cada país refletem e revelam características e processos históricos das sociedades em que vivem. Tomadas em sua totalidade, não são mais conservadoras e nem necessariamente mais abertas ou progressistas.

Com um olhar atento às respostas obtidas na pesquisa de opinião, entretanto, é possível identificar nas respostas dos(as) jovens sutis deslocamentos de opinião que remetem ao momento histórico em que eles e elas vivem sua juventude. Informados por sua própria vivência geracional, os(as) jovens tendem a tratar com mais fluidez e naturalidade questões polêmicas (tais como livre orientação sexual e consumo de maconha) e são mais permeáveis às preocupações com o meio ambiente.

Como se sabe, estas questões produzem embates no espaço público democrático contemporâneo e fazem parte da pauta de certos grupos, redes e movimentos juvenis. Pode-se observar, assim, algumas possibilidades de conexão entre os indivíduos que se socializam como jovens em um mesmo período histórico. Nesse sentido, abrem-se perspectivas para as chamadas “minorias juvenis ativas” ampliarem o escopo da participação juvenil.

Por outro lado, a pesquisa quantitativa também evidenciou aproximações entre as percepções de pessoas adultas e jovens sobre os atuais problemas que afetam a juventude e os itens que compõem a agenda pública que vêm sendo construída por grupos, movimentos e redes

Por outro lado, os resultados da pesquisa de opinião mostraram que, nos seis países, os(as) entrevistados – jovens e pessoas adultas – têm uma percepção similar sobre os problemas comuns aos(as) jovens de hoje. As áreas do **Trabalho, Educação, Saúde** são recorrentes e se revezam no *ranking* das respostas às diferentes perguntas contidas no questionário.

PROJETOS E AÇÕES DO GOVERNO VOLTADOS PARA OS(AS) JOVENS. QUAIS SÃO OS MAIS IMPORTANTES?

→ As prioridades nos seis países estão relacionadas a questões básicas da cidadania: educação, trabalho e saúde.

→ Ações visando ao retorno dos jovens ao sistema educativo e para impedir sua evasão ocupam o primeiro lugar na Argentina, Chile e Bolívia; o segundo lugar no Brasil, Paraguai e Uruguai.

→ O apoio à inclusão dos(as) jovens no mundo do trabalho constitui a primeira prioridade para os(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as).

→ Os serviços de saúde (em particular, gravidez na adolescência e programas de doenças sexualmente transmissíveis) ocupam o primeiro lugar no Paraguai e Uruguai; o segundo na Argentina e Bolívia; o terceiro no Brasil e Chile.

Nessas respostas, podemos identificar o potencial de legitimidade da pauta de juventude. A percepção e identificação dos “problemas da juventude” pode ser um poderoso ponto de partida para o reconhecimento das demandas juvenis e da legitimação de políticas dirigidas aos(as) jovens.

A **educação** é vista como demanda inquestionável, nela estaria a solução dos problemas da juventude. As respostas dos(as) entrevistados(as) avaliam positivamente as manifestações juvenis que reclamam da perda de qualidade, da violência em torno das escolas, da falta de acesso ou do preço do transporte, do uso indevido do dinheiro público destinado à educação.

Ao mesmo tempo, tanto na pesquisa quantitativa como nas etapas qualitativas do *Projeto Juventudes Sul-americanas*, o **trabalho** foi assinalado como o mais importante para os(as) jovens e se alterna com a educação no primeiro e no segundo lugares das demandas juvenis. Dados etnográficos e entrevistas feitas durante os estudos qualitativos demonstram que a atual geração juvenil busca alternativas de inserção produtiva por meio de apoio para produção cultural, a grupos ou cooperativas de produção, às novas profissões nas áreas da ecologia, do turismo, da cultura, internet. Assim como categorias de trabalhadores(as) predominantemente jovens também renovam as maneiras de levar suas reivindicações ao espaço público. Bons exemplos nesse sentido são as ruidosas Marcha dos Motoqueiros (*motoboy*s) pelas ruas de Buenos Aires, na Argentina, ou as “Assembleias Baladas” do Sindicato de Telemarketing em São Paulo.

Desde já, porém, sabemos que identificar problemas que atingem os(as) jovens não significa automaticamente partilhar soluções. A pesquisa de opinião também revelou sociedades divididas no que diz respeito ao binômio educação / trabalho.

Nas entrevistas com especialistas e gestores(as) de Políticas Públicas de Juventude, evidencia-se uma tensão quando se analisam dados de emprego/desemprego de jovens. Para uns(umas), há de se comemorar se o desemprego juvenil diminui; para outros(as), o aumento do emprego juvenil é um sinal contundente de que a “moratória social” só se realiza para os mais ricos.

A outra face da mesma questão também se revelou polêmica na pesquisa quantitativa. Não há consenso sobre a preponderância do direito à educação com relação ao trabalho. O Chile apresentou 54% de concordância com a frase “*Os jovens devem apenas estudar e não trabalhar*”. Na Argentina e no Uruguai, os(as) que concordam com esta frase estão na casa dos 41% e 43%, respectivamente. Já no Brasil (24%), Paraguai (26%) e Bolívia (31%), reconhece-se mais fortemente a possibilidade de os(as) jovens conciliarem trabalho e estudo.

Essa questão remete diretamente às mudanças nos padrões de transição da juventude para a vida adulta. No idealizado padrão linear e previsível, a educação antecede o trabalho e a constituição da nova família. Nas sociedades em questão, contudo, a maioria dos(as) jovens tem ou já teve experiências com o mundo do trabalho. Cada vez mais, as trajetórias juvenis não obedecem sequências lineares e possuem lógicas diversas.

Tais incongruências refletem diretamente na concepção e no desenho de Políticas Públicas destinadas à Juventude. Trata-se de priorizar programas e ações que retenham os(as) jovens no sistema educativo (e, com isso, também contribuir para a diminuição da pressão sobre o mercado de trabalho) ou se trata de priorizar programas e ações que permitam a conciliação de trabalho e estudo? Ou ainda, se são variadas as trajetórias, por que não oferecer aos(as) jovens diferentes combinações entre elevação da escolaridade, formação profissional e inserção produtiva? Essas alternativas indicam a necessidade de ampliar o debate público sobre este assunto, e os dados da pesquisa podem ser úteis para iniciar a discussão.

b) Ser jovem, ser jovem participante: ambivalências, identidades fluídas e “invenção social” da juventude como público-alvo de políticas públicas

Em nossa pesquisa, 14 mil entrevistados(as) usaram 1.851 expressões para responder uma só pergunta: qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça quando digo “juventude”? São ambíguas e ambivalentes as representações que as sociedades fazem de suas juventudes. As vantagens e as desvantagens de “ser jovem” revelam um complexo jogo onde entram aspectos biológicos, desigualdades sociais e aspectos culturais.

Ao mesmo tempo, as abordagens qualitativas permitiram que percebêssemos que, para além dos recortes de classe, gênero, cor/ etnia, local de moradia que diferenciam jovens de cada país, no seio das juventudes de hoje, “ser militante” também, em certa medida, identifica um segmento à parte. Olhando esse segmento mais de perto, no entanto, pode-se observar que há várias maneiras de ser jovem e participante. Registros etnográficos e grupos de discussão indicaram que, mesmo entre as chamadas “minorias juvenis ativas”, o “ser jovem” não se constitui como uma identidade homogênea, sólida, excludente. A identidade “jovem” convive e se acopla a outros recortes identitários provedores de causas e demandas.

Por exemplo, os(as) jovens atuam em movimentos rurais, de gênero, raça ou etnia, não exclusivamente juvenis, ao introduzir recortes etários nesses espaços intergeracionais, provocam rejuvenescimento de pautas de ação, de linguagem e de formas de fazer política.

Frequentando (ou vindo a frequentar) “espaços de juventude” para onde levam suas bandeiras, esses(as) jovens se enriquecem de argumentos e pertencimentos.

A rigor, as demandas juvenis não estão desconectadas de outros grupos e movimentos sociais. Articulam questões estruturais de distribuição e acesso, com a necessidade de reconhecimento do que é específico desta geração juvenil e, neste sentido, implicam incremento da participação de jovens. Por outro lado, nos seis países, existem “espaços de juventude” promovidos e/ou patrocinados pela sociedade civil e pelos poderes públicos onde “ser jovem” funciona como atributo principal.

Se olharmos o que se passou nos últimos 25 anos, podemos perceber alguns fatores que determinam a convivência e a construção de identidades entre jovens dos distintos países. Como já foi dito, a partir de 1985, com a anuência de organismos internacionais que buscavam aproveitar o bônus demográfico a favor da juventude e, também, saídas para o desemprego e para a violência vivenciada pelos(as) jovens da América Latina, criaram-se “espaços de juventude” (governamentais e não governamentais). Voltados para promover capacitação profissional, inserção produtiva, estímulo da autoestima, desenvolvimento cultural, seus projetos e suas ações buscavam estimular o protagonismo juvenil.

Com o passar dos anos, entretanto, uma conjugação de fatores econômicos e sociais contribuiu para o reenquadramento da questão juvenil, que deixou de ser anunciada pela ótica da proteção e prevenção para ser pensada a partir da ótica dos “direitos”. Superava-se a designação “*jovens em situação de risco*” que, inicialmente, inspirou governos e iniciativas da sociedade civil, para considerar “*jovens como sujeitos de direitos*”. Isso não quer dizer que os riscos não devem ser considerados. Mas quer dizer que o foco deixa de estar nos desvios, incompletudes e na chamada vulnerabilidade juvenil, para se considerar suas especificidades e necessidades que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs.

Tal deslocamento entre designações refletiu nas relações entre os “espaços de juventude não governamentais” e órgãos de juventude. A ideia de “direitos” remete diretamente ao Estado e a seus poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Certamente, os grupos, redes e movimentos sociais tiveram

e continuam tendo um lugar decisivo nos rumos do processo, porém é do Estado que se exigem direitos e oportunidades. Pela ótica dos direitos, o Estado tornou-se o principal artífice da recente *invenção social da juventude* como um setor social com demandas de políticas públicas específicas.

Não é por acaso que o poder Legislativo dos seis países estudados, desde 2005, está sendo convocado para ratificar a Convenção Ibero-americana dos Direitos da Juventude proposta pela OIJ (Organização Ibero-americana de Juventude que abriga países da América Latina mais Andorra, Espanha e Portugal). Observando os 44 artigos da Convenção, evidencia-se a intercessão entre direitos de cidadania e direitos humanos. Não por acaso, antes mesmo de se referir aos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e ambientais, já no início, nas disposições gerais da Convenção, fala-se sobre direito à paz e sobre o princípio da não discriminação (seja por raça, cor, origem nacional, seja por pertencimento a uma minoria nacional, étnica ou cultural, orientação sexual, língua, religião; seja por deficiências físicas ou pelo lugar onde vive).

Esta ênfase no princípio da não discriminação funciona como um mecanismo agregador das diferenças entre segmentos juvenis e torna a “diversidade juvenil” um meio para construir a legitimidade de Programas, de Ações, de Conferências, de Conselhos. A ideia é “*quanto mais diverso o conjunto, mais representativo da juventude de uma cidade, estado, país ou região*”.

Neste contexto, do poder público exige-se que faça sua parte convocando “todas as juventudes”. Tal convocação (mesmo com seus vícios e conhecidas inoperâncias) “inventa” um público-alvo, a juventude. Isso porque provoca o encontro de segmentos juvenis que – separados por distâncias sociais ou por recortes ideológicos – nunca haviam se encontrado antes. Sem a hegemonia que tiveram na década de 1960, e também sem poder falar pelos(as) jovens de sua geração, jovens do movimento estudantil se encontram nos espaços de juventude, não só com representantes de juventudes partidárias e de sindicatos, mas, também, com “jovens de projetos”, do movimento de favelas, de cooperativas rurais, do hip hop, do movimento *gay*, de cooperativas agrícolas etc.

Contudo, é preciso sublinhar, os “espaços governamentais de juventude” não lograram grande visibilidade social. Como ficou evidente na pesquisa de opinião, nos seis países, o grau de conhecimento sobre o que são e fazem os governos por suas juventudes é baixo. Também quando se pede para citar programas e ações, as respostas indicam que não são muito bem-percebidas nem as fronteiras entre os governos e as ONGs, nem entre os(as) jovens, as crianças e as famílias, “público-alvo” se confundem. Esse desconhecimento pode ser atribuído, em parte, às dificuldades que os governos têm de divulgar suas ações e em parte ao fato de a sociedade (jovens e adultos/as) priorizar seu olhar para as crianças e as famílias.

Não só não há visibilidade para o público em geral como, também, recorrendo às entrevistas feitas com especialistas dos seis países, evidenciam dúvidas sobre a eficácia das políticas voltadas para a juventude, sobretudo na área da inserção produtiva. Sabemos que a implantação de políticas públicas depende tanto de disputas por recursos como de pressão social que gere o reconhecimento de demandas. Tentaremos identificar, a seguir, alguns elementos que podem ser obstáculos ou podem contribuir para maior reconhecimento e legitimidade das demandas juvenis.

c) A juventude mobilizada e a nova configuração do espaço público

A última década trouxe consigo uma evidência: o espaço público – como lugar de conflito, negociação e pactuação entre governos e sociedade civil – ampliou-se e diversificaram atores, pautas e centros de negociação.

Por um lado, a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho produziram pautas diferenciadas que não se dirigem a um centro único de representação ancorado em interesses comuns, corporativos ou de classe. Desemprego, flexibilização, terceirização, autoemprego provocaram a descentralização das negociações entre trabalhadores(as), empresários(as) e governos. Por outro, muitas das questões sociais atuais se exprimem em termos de combate a preconceitos e discriminações. Atitudes, sentimentos e sofrimentos entram na pauta pública, provocando um enfraquecimento de fronteiras entre o público e o privado, reconstruindo relações entre a dimensão individual e as ações coletivas, introduzindo a questão da solidariedade em pautas que antes se moviam, sobretudo, pela busca de liberdade e igualdade.

Durante nossa pesquisa, pudemos observar o quanto a linguagem dos direitos humanos não só criou novos grupos, redes e movimentos, como se adentrou em velhas organizações políticas, inibindo a manifestação de preconceitos. Não há dúvidas que existem hiatos entre tais premissas e as práticas correntes, no entanto, também não é sem consequências o fato de a sociedade inibir tais manifestações no espaço público.

Ao lado dessas duas características que multiplicam representações de interesses e modificam a linguagem para denunciar injustiças e inibir discriminações, a conformação atual do espaço público também dá lugar de destaque para a publicidade e para as performances. O uso dos símbolos faz parte da política e eles estão nas campanhas publicitárias, no marketing social, nos eventos culturais, performances teatrais que povoam o espaço público.

Importante ainda lembrar do peso de outro “ator” na conformação do espaço público ampliado: os meios de comunicação. Além dos jornais e telejornais diários, das notícias veiculadas nas estações de rádio, também outros meios de comunicação (por exemplo, *blogs* de jornalistas, de políticos, de movimentos) ganham um considerável peso no desenrolar dos embates no espaço público. E por fim, como não falar das imagens (fotografadas e filmadas) que têm repercussão garantida e podem mudar rumos de disputas políticas?

Os grupos, movimentos e redes juvenis atuais são partes constitutivas do espaço público ampliado. Segundo registros qualitativos realizados nos seis países, foram registradas novas conexões entre pequenos grupos que sustentam demandas pontuais e nascidas “de baixo para cima”, com outros que se reconhecem a partir de pertencimentos estudantis, partidários e sindicais, assim se articulam grupos culturais de vários estilos e tamanhos e, também, jovens ecologistas que reinventam utopias e almejam cidadania planetária. O Acampamento Internacional da Juventude – uma das situações estudadas em nosso projeto – exemplifica bem esta diversidade e suas conexões.

Qual é o peso das novas tecnologias de informação e comunicação nestes processos? As novas tecnologias se embrenham em aspectos relevantes da socialização, da construção de subjetividade e de identidade, das formas de estar no mundo desta geração. A internet faz parte do processo educativo, da capacitação para entrar no mundo do trabalho, do lazer, das maneiras de fazer amigos, de fazer relações afetivas, de escolher religiões. Como mostrou nossa pesquisa de opinião, em todos os países, os(as) jovens usam mais a internet que as pessoas adultas e esta é a primeira geração em que jovens com

pouca escolaridade têm acesso à internet. Os computadores baratearam e são vendidos a crédito. Ao mesmo tempo, também houve a ampliação da presença de computadores nas escolas, o aumento dos espaços de conexão subsidiados por organismos governamentais; a proliferação de espaços comerciais em favelas, bairros e periferias com preços acessíveis (cibercafés, *lanhous*, etc), permitem que jovens de diferentes classes sociais utilizem redes sociais como *Facebook*, *Orkut*, *Twitter* etc.

Por outro lado, os estudos de coletivos juvenis, realizados nos seis países, mostraram como os(as) jovens usam celulares, *sites*, *e-mails* nas manifestações e no cotidiano de seus grupos, redes e organizações. A internet não é apenas uma ferramenta para o mundo do trabalho e estudo, ela é também um poderoso meio de comunicação – sem um só dono ou um centro – que pode subverter lógicas de reprodução de distâncias sociais. Por isso mesmo, fortemente disputada por forças sociais antagônicas.

Nos grupos de diálogo, os(as) jovens fizeram observações sobre as virtualidades da grande rede: assim como por meio da internet se podem potencializar valores consumistas, individualistas e as distintas formas de violência presentes em nossas sociedades, também por meio dessa rede é possível disputar valores e adesões a causas democráticas. Ao retomarem as informações da pesquisa quantitativa – que mostravam a rapidez com que a internet está chegando nos espaços mais excluídos da sociedade –, sublinharam a necessidade de fazer uso criativo deste meio para sensibilizar outros(as) jovens, sobretudo aqueles(as) que tiveram menos oportunidades para conhecer espaços de participação coletiva. Além disso, as redes digitais tecem um potencial estratégico para a integração sociocultural dos(as) jovens sul-americanos(as).

Para o uso criativo da grande rede, é preciso procurar temas que despertem interesse. Neste sentido, a pesquisa de opinião também oferece informações sobre os espaços dos quais os(as) jovens gostariam de participar. Entre as alternativas oferecidas, em quase todos os seis países, os(as) jovens disseram que lhes interessaria mais participar de grupos de defesa do *meio ambiente* e dos *direitos humanos*. Esses temas, como já foi dito, são também muito valorizados por jovens que participam de grupos, redes e movimentos juvenis: temos aí um *link*...

Por fim, resta ainda falar das diferenças entre aqueles(as) que participam. O tamanho, o grau de organicidade, as motivações são heterogêneas, às vezes até dispare (é só lembrar das opiniões divergentes entre grupos religiosos e grupos feministas na questão da descriminalização do aborto). Não há porque negar concorrências e tensões. Em fóruns e conferências de juventude, no entanto, têm acontecido inéditos exercícios de convivência democrática. Determinadas características da atual configuração do espaço público contribuem para isto: por um lado, o princípio de valorização da diversidade e, por outro, a ideia de que só apresentando demandas comuns cada grupo pode ser atendido pelos governos, pelo Estado. Ouvindo e observando o que se passa atualmente em determinados “espaços de juventude”, nota-se que ali se somam formas de participação, tais como individual e coletiva; solidária e ideológica; virtual e presencial; política, associativa, cultural ou religiosa.

Enfim, os grupos, movimentos e redes juvenis atuais se constituem e são constituídos a partir de uma nova configuração do espaço público. Sem dúvida, isso não garante eficácia de suas ações em direção ao atendimento de demandas. As estratégias para construir e apresentar esta agenda no espaço público dependem de consensos negociados entre os diferentes grupos, redes e organizações juvenis envolvidas. Mas, sem dúvida, a valorização da diversidade dos atores e a busca de demandas comuns se constituem na principal força motriz criadora do “sujeito-jovem” e a fonte de sua constante e necessária renovação.

d) Uma rede de pesquisa: interlocuções múltiplas e simultâneas

Descrevendo ainda a atual configuração do espaço público, vale observar o quanto cresceu nos últimos anos o lugar e o papel das pesquisas. Porta-vozes de grandes agências de pesquisa de opinião são constantemente consultados. Apresentam-se dados, informam e conformam a opinião pública. Por meio deles, ganha-se ou perde-se credibilidade. A pesquisa torna-se cada vez mais como uma carta coringa que pode fazer diferença em um jogo político.

Desde o início, tínhamos a intenção que nossa pesquisa tivesse algum tipo de repercussão nos meios de comunicação de maneira a influenciar o debate público. Não havia pretensão de tanta repercussão como ocorre com as pesquisas eleitorais, que possuem lugar garantido nas manchetes de jornal, mas também tão pouco gostaríamos de acompanhar certas pesquisas realizadas no meio acadêmico que não se preocupam com a falta de incidência no espaço público. A responsabilidade com nossas instituições, e com o Instituto que nos apoia, fez com que cada passo fosse pensado de maneira a tentar fazer diferença. Isso contou na composição da rede.

Para desenvolver um projeto de pesquisa regional, é preciso articular interesses e competências. De saída, significa compreender que, embora o espaço acadêmico seja, por excelência, o lugar de produção de conhecimento, não é o único. Como se sabe, em vários países da América do Sul, existem centros de pesquisa e organizações não governamentais que combinam produção de conhecimento com incidência no espaço público e intervenção entre grupos sociais que vivem situações de vulnerabilidade. O primeiro passo, portanto, é poder contar com pesquisadores(as) que se interessem pelo tema e estejam bem-situados em diferentes espaços sociais de produção de conhecimento. Foi o que aconteceu em nossa rede de pesquisa, que reuniu entidades com histórias e inserções bastante diferenciadas.

INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPARAM DA REDE JUVENTUDES SUL-AMERICANAS

ARGENTINA → Fundación SES

Uma organização não governamental voltada para questões juvenis onde trabalham jovens que fazem pós-graduação na área de Ciências Sociais.

BOLÍVIA → U-PIEB

Uma universidade, nascida como centro de apoio aos movimentos populares, hoje voltada à produção de pesquisas e levantamento estatísticos na Bolívia.

BRASIL

→ Pólis

Uma organização não governamental voltada para questões urbanas aliando pesquisa e intervenção social.

→ Ibase

Uma organização não governamental que se dedica à produção de informações para o fortalecimento da democracia.

CHILE → CIDPA

Um centro de estudos sociais voltado para questões de educação e juventude.

PARAGUAI → Base-IS

Um centro de pesquisas voltado para os movimentos sociais no Paraguai.

URUGUAI → Cotidiano Mujer + Facultad de Ciencias Sociales Universidad de la República

Uma organização não governamental voltada para as questões de gênero em parceria com um grupo de pesquisa acadêmico dedicado às questões de geração.

A flexibilidade das equipes também conta para as relações com os meios de comunicação. Lembrando o papel ativo dos meios de comunicação na disseminação de imagens contraditórias, ambíguas e ambivalentes sobre a juventude, reforçando estereótipos presentes no imaginário social, buscamos espaços para divulgar resultados. Em cada etapa, houve uma preocupação de disseminar as informações da pesquisa na imprensa falada, escrita e televisada. Há temas que interessam mais e há temas que não interessam. Conseguimos espaços para falar sobre “os valores de jovens e pessoas adultas” e as “questões para a juventude de hoje” – que renderam notícias e tabelas (construídas a partir de pesquisas de opinião) – em vários periódicos e em jornais televisivos (ver repercussões na mídia no *site* da pesquisa). As informações sobre as pautas e atividades dos grupos, redes e movimentos juvenis despertaram bem menos interesse. Diante dessa constatação, desenvolvemos uma estratégia para divulgar os resultados da pesquisa de opinião e, durante as entrevistas, para comentar as tabelas, os(as) pesquisadores(as) introduziam informações advindas dos estudos qualitativos e dos grupos de diálogo. Para nós, esse também foi um exercício para explorar as conexões e complementaridade entre os resultados das pesquisas quantitativas e qualitativas.

Isto foi possível porque formamos uma rede diversificada, composta por pesquisadores(as) que – de diferentes maneiras – aliam **produção de conhecimento e compromisso social**. De fato, o resultado dessa combinação garantiu interlocuções simultâneas e sucessivas com os diversos atores que compõem hoje o campo de juventude, a saber:

- a) participamos de *espaços de militância juvenil*, levando informações úteis para justificar demandas, para ampliar espaços de participação e para qualificar o debate político;
- b) estivemos presentes em *reuniões de conselhos, grupos de trabalho, secretarias e outros espaços governamentais nacionais ou do Mercosul*, levando também as informações de pesquisa para os(as) formuladores(as) e gestores(as) de Políticas Públicas de Juventude;
- c) participamos de *eventos acadêmicos organizados por associações nacionais e internacionais de pesquisas*, onde as informações produzidas passaram a fazer parte do repertório científico das investigações sobre o tema;
- d) fomos convocados para colaborar com *agências das Nações Unidas*, levando resultados de nossas pesquisas seja com o Informe Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), seja com atividades da Unesco (fundo das Nações Unidas de apoio à educação e à cultura).

Hoje, as informações produzidas no âmbito do *Projeto Juventudes Sul-americanas* são citadas em dissertações e teses de doutorado defendidas nos seis países. Mas, também, encontramos referências e tabelas produzidas no âmbito do projeto em documentos de instâncias governamentais nos seis países. As atas das reuniões da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul e do setor juvenil da Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul citam a pesquisa e, a partir dela, tomam decisões e constroem pautas. A citação de nossas pesquisas em documentos sobre juventude, elaborados em 2009, por agências das Nações Unidas – como Pnud/Mercosul e Unesco também contribuíram para ampliar a confiabilidade das informações produzidas.

Ao fim deste jogo delicado entre o *reconhecer diferenças de perfis das equipes locais e, ao mesmo tempo, propor uma unidade* para não perder o fio condutor comum, podemos dizer que tiramos grande proveito das diferentes competências pessoais e das vocações institucionais que compuseram a rede. Sua composição favoreceu múltiplas e novas interlocuções em cada país e entre países. Equipes nacionais que estavam mais longe da universidade ou dos espaços governamentais acabaram se aproximando mais e, vice-versa, uma equipe predominantemente acadêmica ampliou sua interlocução com a sociedade civil.

Em resumo, de todo o trajeto percorrido, podemos chegar a duas constatações complementares.

Por um lado, **sem abrir mão da postura crítica inerente à interlocução acadêmica, é possível realizar uma pesquisa científica fora dos espaços exclusivamente universitários.**

Por outro lado, **para incidir no espaço público, é preciso contar com pesquisadores(as) que saibam fazer mediações entre diferentes linguagens e/ou códigos institucionais, sem perder o foco no objetivo de estar sempre qualificando o debate.** Em nossa experiência, muitas pontes foram feitas entre a linguagem da academia, da militância; da gestão pública; dos Informes de Agências das Nações Unidas, da mídia etc.

Certamente, existem outros aspectos que viabilizaram esta empreitada. Sem dúvida, uma conjugação de fatores conjunturais (a predominância de governos democráticos nos seis países e a retomada das discussões sobre Mercosul) contribuiu para que cada etapa da pesquisa pudesse repercutir na conformação do espaço público regional.

No presente momento, levando em conta as distintas abordagens que permitiram sucessivas aproximações de uma realidade complexa e mutante, a pergunta inicial (*o que temos em comum e o que nos diferencia?*) foi progressivamente dando lugar à outra: *o que, jovens e pessoas adultas de países vizinhos podemos fazer juntos(as) para fazer face aos problemas comuns que atingem as juventudes da região? Ou, o que eu posso fazer com meu vizinho?*

Neste sentido, pode-se dizer que esta rede de pesquisa regional tornou-se também uma maneira de valorizar a cooperação Sul-Sul, para além da integração dos mercados. A circulação de informações e ideias entre os seis países amplifica vozes e deve contar na soma de esforços para democratizar a democracia na região.

Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional

REDE PARCEIRA

Argentina



Chile



Bolívia



Paraguay



Brasil



Uruguai





ibase.
Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas



Instituto **Pólis**

IDRC  CRDI

Juventudes Sul-americanas